

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**



**A EXTINÇÃO DOS CONVENTOS NA ANTIGA DIOCESE ELVENSE:
O EXEMPLO HISTÓRICO-ARTÍSTICO DE S. DOMINGOS DE ELVAS**

Nuno Alexandre Cruz Santos Grancho

MESTRADO EM ARTE, PATRIMÓNIO E TEORIA DO RESTAURO

2010

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**



**A EXTINÇÃO DOS CONVENTOS NA ANTIGA DIOCESE ELVENSE:
O EXEMPLO HISTÓRICO-ARTÍSTICO DE S. DOMINGOS DE ELVAS**

Nuno Alexandre Cruz Santos Grancho

ORIENTADOR: PROFESSORA DOUTORA TERESA LEONOR MAGALHÃES DO VALE

CO-ORIENTADOR: PROFESSORA DOUTORA MARIA JOÃO NETO

Resumo	4
Abstract	6
Siglas e Abreviaturas	8
Nota Introdutória	9
CAPITULO I	
1. A Diocese de Elvas: 1570-1882	14
1.1. A Diocese de Elvas: contextualização histórica	14
1.2. A Importância da Diocese elvense como pólo aglutinador de casas religiosas	26
1.3. A Diversidade de Factores na Implementação das Ordens Religiosas na Diocese de Elvas	32
CAPITULO II	
2. A Ordem de S. Domingos em Elvas	36
2.1. S. Domingos de Gusmão: o Bom Mestre: A Europa, o Homem e a Ordem	36
2.2. O Reinado de D. Afonso III	47
2.3. O Convento de Nossa Senhora dos Mártires	52
2.3.1. Fundação e História	52
2.3.2. Do século XIII ao século XV	55
2.3.3. Do século XVI ao século XVII	60
2.3.4. Do século XVIII ao século XIX	63
CAPITULO III	
3. A Extinção das Ordens Religiosas em Portugal	71
3. 1. Antecedentes Históricos	71
3.2. O Cumprimento da Extinção: o Decreto de 30 de Maio 1834	78
3.3. A Realidade das Ordens Religiosas na Cidade de Elvas	81
3.4. A Extinção do Convento de Nossa Senhora dos Mártires	89
3.4.1. Os Novos ciclos de S. Domingos de Elvas	89
3.4.2. Arquitectura	89
3.4.3. Pintura	96
3.4.4. Escultura	109
Considerações finais	125

Resumo

A realidade conventual na antiga Diocese de Elvas, caracterizava-se por uma diversidade de tipologias de Ordens Religiosas implantadas na referida geografia, com especial incidência nos principais centros urbanos - como sejam Elvas, Campo Maior e Olivença -, detentores da maioria das fundações existentes no referido território diocesano.

A prevalência das principais Ordens Mendicantes, implantadas na sua maioria entre o século XIII e o XVI, é reveladora da importância que estas congregações detiveram durante toda a Idade Média, sobressaindo, no âmbito da extinta diocese elvense, a Ordem de S. Domingos ou Ordem dos Pregadores, quer pela importância na conversão das almas, através da pregação, quer pelo seu protagonismo no âmbito do ensino no período medieval.

Essa dupla vocação permitiu uma rápida e sólida implementação da Ordem fundada por S. Domingos de Gusmão em Portugal e, em Elvas em particular. A relação da ordem dominicana com as populações locais, justificou ainda as doações e legados testamentários feitos pelos fiéis à comunidade religiosa dos Pregadores, contribuindo para o seu vigor económico. A nobreza, assim como o clero, e no seio deste o regular, constituem-se, durante a Idade Média, como os principais encomendadores de obras de arte. A estes agentes deve reunir-se, na Idade Moderna, a burguesia, da qual vai alimentar-se a Ordem Terceira de S. Domingos e as confrarias (com a muito frequente invocação de Nossa Senhora do Rosário).

A extinção das ordens religiosas em Portugal, corresponde a períodos históricos bastante diversificados, os quais culminam no ano de 1834, quando por decreto de 30 de Maio do dito ano são extintas todas as Ordens Religiosas existentes em território nacional. Quando analisada a situação na cidade de Elvas, primeiro com a expulsão dos Jesuítas, seguindo-se a extinção das restantes ordens masculinas, permanecendo apenas os conventos femininos até à morte da última freira, verificamos uma correspondência com a realidade do restante país.

De todos os exemplos ocorridos na cidade de Elvas, destacamos o convento de Nossa Senhora dos Mártires, da Ordem dos Pregadores, pela importância que deteve no decorrer de aproximadamente cinco séculos e meio, durante os quais deteve uma preponderância face às restantes fundações religiosas, patente na sua arquitectura, pintura e escultura, que subsistem dos vários períodos artísticos, como nos comprova o estudo que aqui apresentamos.

Na presente dissertação aborda-se, em particular, o entendimento do percurso empreendido pelas obras de arte, assim como, a importância detida pelas diferentes dinâmicas ocorridas no período compreendido entre o século XIII e o XIX, as quais se desenvolveram maioritariamente em torno do poder político e institucional, ditando diferentes trajetórias dos objectos artísticos, assim como, impondo novas funcionalidades ao espaço conventual de S. Domingos de Elvas.

Palavras-chave: S. Domingos; Arquitectura, Pintura, Escultura; Extinção.

Abstract

The conventual reality of the ancient Elvas's Diocese was characterized by the diversity of Religious Orders based at the referred geographical área, particularly at the main urban centres – such as Elvas, Campo Maior and Olivença, which held of the existing foundations of the diocesan territory.

The prevalence of the main Mendicant Orders, implanted mostly between the XIII and XVI centuries, reveals the importance these congregations had during the Middle Age, specially the Order of Saint Dominic, or the Order of the Preachers, due to its role on converting the souls through preaching, and also by its role regarding education, during the Medieval Period.

This double vocation has allowed a quik and solid implementation in Portugal of the Order founded by Saint Dominic of Guzman, particularly in Elvas. The relationship between the Dominican Order and locals to the religious preachers community, enhancing its economical power. The aristocracy, as well as the clergy – the regular one, becomes the most important customer of art during the middle age. By the Modern Age the bourgeois join these groups, often nurturing the Third Order of Saint Dominic and its Brotherhoods (by the frequent invocation of Our Lady of the Rosary).

In Portugal, the extinction of the Religious Orders corresponds to several distinct historical periods, which culminate on the year of 1834 when, by an ordinance of the 30th of May, all Religious Orders existing in Portugal were to be extinguished. When analyzing the Elvas's situation, beginning with the expulsion of the Jesuits, followed by the extinction of all the male Orders, only remaining the female Convents until the death of the last Nun, we are able to establish a correspondence with the reality of the rest of the country.

From all the examples occurred in the city of Elvas, we have to emphasize the Convent of Our Lady of the Martyrs, of the Order of the Preachers, regarding the importance it has had for approximately five and a half centuries, during which it held a predominance over the remaining Religious Orders, and that is noticed on its architecture, painting and sculpture, crossing several artistic periods, as the study we now present shows.

This essay specifically approaches the understanding of the path taken by the artwork, as well as the acknowledgement of the importance of all different dynamics that took place in the period of time between the XIII and the XIX centuries, which has mostly developed around both political and institutional power, dictating different trajectories for artistic objects, as well as establishing a new dynamic to the space of Elvas's Saint Dominic Convent.

Key words: Saint Dominic; Architecture; Painting; Sculpture; Extinction.

Siglas e Abreviaturas

- A. D. P.** – Arquivo Distrital de Portalegre
- A. H. M.** – Arquivo Histórico Militar
- A. H. M. E.** – Arquivo Histórico Municipal de Elvas
- A. N. T. T.** – Arquivos Nacionais da Torre do Tombo
- B. A.** – Biblioteca da Ajuda
- B. S. D.** – Biblioteca de S. Domingos
- D. G. E. M. N.** – Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais.
- D. I. E. E.** – Direcção de Infra-Estruturas do Exército
- I. P. C. R.** – Instituto Português de Conservação e Restauro
- P. M.** – Prédio Militar

A escolha do tema para a presente dissertação de mestrado, intitulado *A Extinção dos Conventos na Antiga Diocese Elvense: o exemplo histórico-artístico de S. Domingos de Elvas*, provém em parte de uma relação afectiva existente para com a cidade de Elvas e, por outro lado, da convicção de que existem lacunas que poderíamos ajudar a suprimir com a realização desta investigação. Deste modo afigurava-se-nos pouco compreensível, que a Igreja de S. Domingos, constituindo a primeira fundação conventual onde ainda é possível visualizar uma singular ábside em estilo gótico, sendo também o templo mais amplo de todos os existentes em Elvas, já para não referir a supremacia da comunidade religiosa dominicana, face às demais implantadas na cidade, por isso, surpreendeu-nos que nunca tenha sido alvo de um estudo histórico-artístico exclusivamente dedicado ao conjunto conventual a que nos reportamos.

Necessitávamos, conseqüentemente, de parâmetros de estudo mais alargados, que nos permitissem empreender análises comparativas com outras Ordens Religiosas existentes na cidade, ou mesmo fora dela, que de algum modo contribuíssem para melhor fundamentar a escolha de S. Domingos, como o caso paradigmático, entre os restantes. O critério seguido foi a abordagem da geografia diocesana elvense, a qual nos forneceria os parâmetros para eventuais estudos comparativos, nomeadamente, no número e localização dos conventos no referido território episcopal.

Impunha-se-nos uma pesquisa bibliográfica que nos permitisse um conhecimento do que até então havia sido realizado no conjunto das temáticas por nós idealizadas, ou seja, um conhecimento efectivo do estado da questão. Para o efeito, iniciámos a nossa pesquisa pelos autores elvenses, onde apenas nos deparámos com comentários ou estudos superficiais, sempre numa perspectiva demasiado específica, sendo totalmente desconhecidos os estudos científicos sobre o tema aqui proposto, com excepção de alguns autores tanto a nível nacional como internacional, que trataram a história da diocese de Elvas e a Ordem dos Pregadores com fundamentação científica.

Parece-nos ainda propícia, uma chamada de atenção para a questão do bispado, já que os estudos alusivos à história da diocese de Elvas, não contemplam uma análise da distribuição das fundações conventuais no referido território, como abordagem integrada, verificando-se sempre uma opção pela análise isolada.

Acerca do convento de S. Domingos e, no que à historiografia da arte diz respeito, em particular no que concerne à Arquitectura são conhecidos estudos científicos desde inícios da segunda metade do século XX, embora focalizados estilisticamente nos períodos do Gótico e do Barroco, ocultando-se praticamente o período quinhentista correspondente ao reinado de D. João III. Por outro lado, estes mesmos estudos consagrados ao convento de Nossa Senhora dos Mártires, prendem-se exclusivamente à denominada igreja de S. Domingos, sendo rara qualquer alusão por parte dos autores ao restante complexo conventual.

No que se refere à pintura, registam-se estudos de cariz científico, nomeadamente para a obra de maior prestígio que existiu na Igreja de S. Domingos: as oito tábuas que compunham o retábulo-mor. De mencionar os estudos recentemente desenvolvidos referentes às pinturas sobre pedra, bem como as quatro tábuas (merecedoras de um breve comentário por parte de Reynaldo dos Santos, ainda na década de trinta do século passado) todas pertencentes à capela de Nossa Senhora do Rosário.

No âmbito da escultura, conhece-se apenas um estudo pouco rigoroso referente às imagens de Nossa Senhora dos Mártires, desconhecendo qualquer estudo devidamente fundamentado referente à diversificada tipologia escultórica existente no conjunto conventual, alguma da qual de considerável qualidade artística.

Apesar dos estudos já existentes sobre S. Domingos, nas suas diversas áreas artísticas, julgamos existirem, ainda assim, determinadas vertentes histórico-artísticas que permanecem ausentes da historiografia nacional, com especial atenção para a escultura, já acima referida, dado a existência de estudos para ambas as restantes artes, falhas essas que pretendemos ver colmatadas com a realização deste estudo.

Parece-nos oportuno, antes de prosseguir com esta apresentação, um esclarecimento que se prende com a estruturação deste trabalho de investigação, no mesmo apenas se abordarão as questões relacionadas com as três artes ditas maiores: Arquitectura, Pintura e Escultura.

Iniciamos este estudo por uma necessária contextualização - *Conventos na Antiga Diocese Elvense* - que nos permite antes de mais, uma maior consciencialização da própria geografia diocesana, herdeira já de algumas ordens religiosas e, disponível para a implementação de outras, maioritariamente no decorrer do século XVII. O número significativo de ordens religiosas pré-

diocesanas, ainda que fora da cronologia do bispado elvense (1570-1881), pelo seu elevado número e, por deterem, não raras vezes, uma relação directa com a cidade de Elvas, foram incluídas no conjunto a estudar, neste primeiro capítulo.

Tem por objectivo, esta investigação dar especial relevo ao convento de Nossa Senhora dos Mártires, da Ordem dos Pregadores, pelo que julgamos imprescindível a existência de um capítulo que tratasse, ainda que sem grande aprofundamento, da vida e obra de S. Domingos de Gusmão, permitindo assim uma maior integração dos valores histórico-artísticos do referido convento, na filosofia e estética dominicana.

Assim considerámos abordar num segundo capítulo, a Arquitectura, com a profundidade que a documentação recolhida nos permitiu. Esta opção prende-se com uma leitura mais clarificadora que pretendemos dar a cada uma das artes, independentemente da natural interligação entre elas.

O terceiro e último capítulo, compõe-se por uma necessária contextualização, à questão da extinção das ordens religiosas em Portugal, após o decreto liberal de 1834. Nesta óptica os conventos da cidade de Elvas proporcionaram um importante contributo, dadas as diversas realidades existentes, manifestas na diversidade dos seus percursos. Sobressai neste contexto histórico-artístico conventual a fundação dominicana, cujo convento de Nossa Senhora dos Mártires é a expressão maior, levando-nos a especifica-lo neste estudo.

Por outro lado, interessa, neste contexto, uma justificação para o facto de apenas seleccionarmos como objectivo deste trabalho os conventos existentes na cidade de Elvas, o que se prende com a questão de estarmos perante diversas realidades conventuais no mesmo espaço urbano, o que nos permite, por certo, uma maior coerência nas conclusões a retirar, o que não se verificaria se abordássemos todas as realidades tão distintas quanto os espaço geográfico da diocese.

Realizar-se-á, assim, uma leitura geral das existências no conjunto conventual dominicano. Tentaremos ainda, chegar a um entendimento do circuito e das dinâmicas que os respectivos objectos detiveram no decorrer do tempo, incluindo a arquitectura.

Em linhas gerais são estas as motivações que achámos pertinentes e suficientemente válidas, as mesmas que foram promotoras da nossa investigação e, que culminam no estudo que aqui apresentamos, o qual tem como principais objectivos:

a) Entender quais as Ordens Religiosas estabelecidas na antiga geografia diocesana, considerando, deste modo, a importância de Elvas e, dos centros urbanos mais significativos, no período anterior e posterior à criação do bispado elvense.

b) – Efectuar uma contextualização geral antes da abordagem individual das obras de arte seleccionadas, dentro do contexto da circulação das mesmas. Tais aspectos consistiram, sempre que a historiografia nos permitiu, num percurso histórico-religioso que uma obra de arte teve no seu contexto local ou nacional, terminando com uma descrição artística mais pormenorizada.

c) Exemplificar quais as dinâmicas ocorridas com os percursos empreendidos pelas obras de arte, já que consideramos serem estas as responsáveis por alguns dos circuitos dos objectos artísticos, conjuntamente com as simples ocorrências, de entrada ou de saída, de um determinado objecto do espaço conventual de S. Domingos de Elvas. Considerando o fim das Ordens Religiosas, o factor responsável pela diversidade de dinâmicas que daí advieram e se expressaram nas mais distintas formas, alterando organizações institucionais, religiosas, ou simplesmente organizativas dos espaços. Embora por vezes essas dinâmicas possam levar ao fim da relação dos fiéis para com determinadas imagens e obras pictóricas de culto, não nos podemos esquecer que estas transmitem em qualquer período razões para eventuais diálogos ou conflitos com os objectos de arte.

A metodologia utilizada foi a de em primeiro lugar, definir as balizas cronológicas a ter em consideração neste estudo, pelo que decidimos ser a melhor escolha o arco temporal compreendido entre os séculos XIII-XIV – época de fundação do convento de S. Domingos - e o século XIX, centúria da extinção do referido convento. Em segundo lugar, não nos limitaremos à extinção de 1834 em si mesma, já que no decorrer da investigação se verificaram saídas e entradas consideráveis, tanto de pintura, como de escultura, ocorrências estas, coincidentes já com o século XX – após a campanha de obras empreendida pela antiga Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais – e que viriam a demonstrar-nos serem bastante enriquecedoras numa perspectiva de percursos empreendidos pelas obras de arte, apresentando trajectórias até então desconhecidas.

Para que nos fosse possível concretizar cada um dos objectivos anteriormente delineados, dirigimos a nossa investigação para diversos arquivos e bibliotecas nacionais, entre os quais destacamos:

- Arquivo da Cúria Patriarcal (Lisboa), onde se encontra a bula de extinção da Diocese de Elvas relevante na medida em que abordamos a história diocesana elvense.
- Arquivo de Infra-Estrutura do Exército (Lisboa), é de referenciar já que trata, sobretudo do período de requerimentos por parte do Ministério da Guerra e, posterior ocupação militar.
- Arquivo Distrital de Portalegre (Portalegre), onde consultamos os fundos *Livros do Cartório Notarial de Elvas* e, o fundo *Convento de S. Domingos de Elvas*.
- Arquivo Histórico Militar (Lisboa), fazendo-se constituir por documentação naturalmente de cariz militar.
- Arquivo Histórico Municipal de Elvas (Elvas) onde destacamos os seguintes fundos: *Bispado e Vigarias de Elvas*, *Diocese de Elvas*, *Convento de S. Domingos*, *Colecção de Outros Documentos*, *Major José Baião*, entre outros.
- Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (Lisboa), onde consultamos os fundos *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças* e *Convento de S. Domingos de Elvas*.
- Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa), destacando o Cod. 10744, que integra o fundo de manuscritos da Secção de Reservados.
- Biblioteca de S. Domingos (Elvas), pela documentação referente à Ordem Terceira de S. Domingos e à Confraria do Rosário.
- Instituto de Conservação e Restauro (Lisboa), onde se encontra o processo n.º 233/93, referente ao processo de restauro da *Adoração dos Pastores*, uma das oito tábuas do retábulo mor da igreja de S. Domingos.

Por fim compete-nos um especial agradecimento à orientadora desta tese, a Professora Doutora Teresa Vale e, à co-orientadora a Professora Doutora Maria João Neto, pelo apoio prestado no decorrer deste estudo, fundamental como estímulo necessário à realização do mesmo. Agradecemos igualmente às seguintes pessoas, pelos seus valiosos contributos para o nosso trabalho:

- Dr.^a Isabel Pinto (Directora do Departamento do Património da Câmara Municipal de Elvas);
- Frei Filipe Rodrigues, o.p. (Prior do Convento de S. Domingos de Lisboa);
- Dr. João Grancho;
- Dr. José António Falcão (Director do Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja);
- Dr. Jorge Moleirinho (Técnico de Inventário - Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora);
- Coronel de Infantaria José Ribeiro (Director do Museu Militar de Elvas – S. Domingos);
- António José Brito Carlos (Irmão da Fraternidade Leiga de S. Domingos de Elvas);

1. A Diocese de Elvas: 1570-1882

1.1. Diocese de Elvas: contextualização histórica

A intenção de se erigir uma diocese tendo Elvas por sede de bispado, surge com o Cardeal D. Henrique, enquanto arcebispo de Évora (1540-1564), ainda que fosse apenas concretizada no terceiro quartel do século XVI, já no reinado de D. Sebastião. Analisemos, antes de mais, a conjuntura que determinou a criação do bispado elvense.¹

Assistimos, no reinado de D. João III, a um significativo crescimento demográfico, ao mesmo tempo que se verifica um expressivo aumento de número de saídas do país, dada a necessidade de colonizar o imenso território brasileiro, não sendo despreciables as questões comerciais, que por si só contribuíram para uma significativa movimentação de pessoas. Neste contexto, impunha-se, numa primeira fase, uma reorganização do aparelho administrativo e, numa segunda, uma organização da administração eclesiástica, que levaria a uma maior intervenção do Estado na esfera religiosa, notória na intromissão da gestão de alguns mosteiros, num certo controlo do clero secular, no desenvolvimento das instituições de carácter social, culminando com a reestruturação geográfica das dioceses.²

A reorganização eclesiástica pretendia uma maior racionalização e equilíbrio dos territórios diocesanos, um melhor aproveitamento financeiro das rendas e, uma maior viabilidade e eficácia dos governos episcopais, junto das igrejas e leigos.³ Consciente da necessidade dessa mesma reestruturação administrava da Igreja, D. João III, propõe ao papa Paulo III a realização de um estudo para criação de novos bispados, resultando na nomeação de uma comissão, a qual elabora um plano de trabalho, fundamentado nos censos populacionais (1527-1532), tendo em atenção três

¹ Cf. Fortunato de ALMEIDA, na sua obra *História da Igreja em Portugal*, Vol. II, Porto, Livraria Civilização, 1968, p. 8 e Carlos Moreira de AZEVEDO, *História Religiosa de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Circulo de Leitores, 2000, p. 191. Segundo a obra de João DIAS, *Gentes e Espaços*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996, p. 239, o autor refere com base numa informação (1635) do Cónego e escrivão da Sé de Elvas, António Gonçalves de Novais, ser de iniciativa de D. Manuel I, o projecto de reforma eclesiástica, na qual se incluía a criação da Diocese de Elvas, ainda que o mesmo não tenha tido qualquer desenvolvimento. Uma outra referência, contida no estudo de Artur Goulart de Melo BORGES, “A Igreja de Nossa Senhora da Assunção de Elvas”, in *Monumentos*, Revista semestral do património construído e da reabilitação urbana, n.º 28, Dezembro de 2008, p. 104, diz-nos ser a criação da Diocese de Elvas, um projecto do primeiro Arcebispo de Évora, o Cardeal D. Henrique, avançando o ano de 1555, para o início do mesmo.

² Cf. João José Alves DIAS, *Nova História de Portugal. Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, Vol V, Lisboa, Presença, 1998, p. 402.

³ Cf. *Ibidem*, p. 415.

importantes factores, a saber: as rendas eclesiásticas, o número de fogos e, a distância a que cada unidade administrativa se encontrava da nova sede proposta.⁴

Interessa sublinhar, o facto de que os trabalhos da referida comissão não se circunscreveram apenas aos bispados já autorizados, mas antes, à totalidade do país, fornecendo ao monarca um projecto completo da reforma da divisão eclesiástica em Portugal, na qual se incluía a futura diocese de Elvas, na opinião de José Alves Dias.⁵

A aplicação prática de tão complexa reforma, impunha a necessidade de uma prudente condução de todo o referido processo, tanto quanto a Igreja portuguesa, demonstrar-se-ia avessa a tais reestruturações, já que as mesmas iriam repercutir-se supostamente, de um modo desfavorável para a referida instituição. Neste sentido, D. João III, aproveitando o momento em que se encontravam vagas as dioceses, inicia gradualmente a já citada reforma, nomeando novos bispos, mais afectos às medidas a implementar.⁶

Assim, podemos avançar o ano de 1543, como a data em que o monarca inicia a reorganização eclesiástica dos territórios diocesanos, aproveitando, como já foi referido, o facto das dioceses de Braga e Coimbra se encontrarem vagas nesse mesmo ano.⁷ De todo este processo, interessa-nos particularmente a criação da diocese de Elvas, com a qual se dava por terminado todo o processo de administração eclesiástica em Portugal (ver MAPA N.º 1). Encontramos referenciados, para o caso da constituição da diocese em análise, os argumentos tidos por parte da comissão pontifícia, a quando da realização dos trabalhos encomendados por D. João III, o que vem dar maior sustentabilidade, à hipótese de ser a diocese elvense parte integrante desse mesmo projecto.

⁴ Cf. João José Alves DIAS, *Gentes e Espaços*, (...), p.

⁵ Cf. *Idem*.

⁶ A possibilidade de nomeações de bispos mais adeptos das alterações delineadas pelo monarca D. João III e, concluídas pelo seu sucessor D. Sebastião, nomeadamente a criação do bispado de Elvas, no reinado anteriormente referido, não constitui uma novidade estratégica para a coroa, em questões eclesiásticas de grande fragilidade como as referidas, antecedentes idênticos já tinham sido adoptados por D. Afonso III, na discórdia com D. Julião, bispo do Porto, devido aos privilégios e liberdades eclesiásticas na dita cidade, opondo a Igreja e a Nobreza, tendo-se associado ao referido bispo, o arcebispo de Braga e os bispos de Coimbra, Guarda, Viseu, Lamego e Évora. A hostilidade entre a coroa e o poder eclesiástico, chegaram a deter contornos pontificais, apenas terminando com a morte dos bispos opositores e, a sua substituição, por outros mais próximos do monarca, segundo consta da obra de Fortunato de ALMEIDA, *op. cit.*, Vol. I, pp. 188-189.

⁷ Interessa referir, pela importância que apresenta neste contexto, uma medida que antecede a reorganização eclesiástica iniciada com D. João III e, que nos reporta ao ano de 1514, reinado de D. Manuel I. Trata-se da troca de três pequenos territórios no Alentejo (Campo Maior, Ouguela e Olivença), até então sob administração do bispado de Braga, transitando para o bispado de Ceuta, que possuía a administração de territórios entre o Rio Minho e o Rio Lima.

Como já referimos, este foi um processo nem sempre pacífico entre o poder régio e eclesiástico, o que por vezes resultou em quezílias, resolvidas apenas com a intervenção da Santa Sé. É disso exemplo o conflito gerado quando D. Sebastião, no ano de 1568, solicita a D. João de Mello e Castro⁸, arcebispo de Évora, assim como, ao cabido da dita Sé, que se proceda ao desmembramento dos territórios da sua jurisdição para a criação do bispado de Elvas, tendo o mesmo arcebispo recusado ceder os territórios necessários.

A insistência por parte do monarca, suscitaria uma nova recusa por parte de Évora, que decide levar a questão à Santa Sé, tendo sido nomeado para o efeito, o Dr. Manuel Fialho, que, na qualidade de procurador do Cabido, se encontrava na corte pontifícia no ano de 1568. Sabemos, contudo, que o Papa Pio V, face à desobediência do arcebispo eborense em ceder os territórios necessários para a formação da diocese elvense, expede um breve, no qual ordena que o mesmo, em nome da santa obediência, apresente com a maior celeridade as motivações justificativas de tal rejeição.

Desconhecemos o teor da resposta apresentada a Pio V, porém, sabemos que no ano de 1570 é erecta a diocese elvense, pela bula *Super cunctas*, a estância do rei D. Sebastião, sendo a mesma composta por territórios desmembrados da diocese de Évora e da diocese de Ceuta, correspondentes a Juromenha, Landroal, Veiros, Monforte, Barbacena, Vila Fernando, Vila Boim, Fronteira, Cabeço de Vide, Alter Pedroso, Alter do Chão e Seda, assim como, a Olivença, Campo Maior e Ouguela, respectivamente (ver MAPA N.º 2).

Segundo nos dá a conhecer a bula edificadora da diocese elvense, os referidos territórios ficariam perpetuamente desmembrados das dioceses de Ceuta e Évora, «*com todas as mencionadas povoações com os seus termos e territórios, castelos, casais e lugares, bem como com o clero, povo*

⁸ D. João de Mello e Castro, segundo arcebispo de Évora, natural de Vila Viçosa é filho de D. Pedro de Castro e de D. Brites de Mello. A sua esmerada educação passou pelo Paço do Bispo de Évora, D. Afonso de Portugal. A sua ascensão eclesiástica iniciava-se em 1549, com a nomeação e, respectiva confirmação, como Bispo de Silves, transitando em 1564, para a cidade de Évora, na qualidade de arcebispo, cargo de que toma posse a 19 de Janeiro do ano seguinte. No decorrer do seu mandato realiza pontuais obras na Sé Catedral e no paço arcebispal, sendo também do seu mandato o lançamento da primeira pedra do Colégio da Companhia de Jesus. São de sua autoria as primeiras constituições do bispado do Algarve (impressas em Lisboa no ano de 1554), as segundas constituições do arcebispado de Évora (impressas em Évora por André de Burgos, no ano de 1565), resultantes da sua iniciativa em convocar Sínodos em Fevereiro de 1565, ao que se seguiu os sínodos de 1569 e 1574. De salientar ainda a autoria de duas obras, a *Doutrina Christã*, impresso em Lisboa e, *Princípios e fundamentos da christandade ou diálogos com um breve summario de lembranças do que cada hum deve guardar no estado da vida que tomou* (reimpresso em Évora por André de Burgos, em 1565). Foi D. João de Mello e Castro o primeiro presidente da Mesa do Desembargo do Paço, por nomeação do rei D. Sebastião. Faleceu a 9 de Agosto de 1574, sendo sepultado na Capela da Ceia do Senhor, na Sé de Évora. Sobre esta figura cf. António Francisco BARATA, *Memória histórica sobre a fundação da Sé de Évora e suas antiguidades com os esboços chronologicos – biographicos dos Bispos e Arcebispos d' ella*, Évora, Minerva Comercial, 2.ª edição, 1903, (1.ª edição, 1876), pp. 53-55.

*e pessoas, com mosteiros e igrejas, lugares pios e benefícios eclesiásticos, com ou sem cura de almas, seculares ou regulares e de quaisquer ordens;»*⁹ tal como «*todos os frutos, rendimentos, proventos, dízimos, oblatas, emolumentos e direitos*»¹⁰, ainda que os direitos e proventos apenas tivessem aplicação aos casos de Elvas, Juromenha, Landroal, Veiros, Campo Maior, Olivença e Ouguela ficando livres de pagamentos as restantes povoações. O bispo de Elvas, detentor do direito ao exercício de jurisdição na totalidade dos territórios desmembrados, ficava perpetuamente submetido à jurisdição e superioridade episcopal metropolitana de Évora.

A bula de edificação da diocese elvense é bastante elucidativa quanto às razões que determinaram a escolha de certos territórios para a criação da mesma, entre eles, a excessiva distancia das vilas de Olivença, Campo Maior e Ouguela, a cem léguas da diocese de Ceuta, acrescido ainda, do espaço geográfico castelhano, que as separava, acentuando ainda mais essa noção de distanciamento.¹¹ Para o caso da diocese de Évora, então composta por oitenta circunscrições administrativas e significativas povoações, esta, dificilmente seria governada pelo seu arcebispo, tendo em conta a sua vastidão territorial.¹² Por outro lado, a definição de novas igrejas catedrais, em lugares relevantes e, onde se verificasse um aumento da população, constituíam um importante contributo no crescimento da devoção por parte das populações e, conseqüentemente um importante auxílio para a salvação das almas.

Deveremos ainda ter em atenção, a situação geográfica da cidade de Elvas, localizada entre as vilas de Olivença e Campo Maior, sendo constituída por aproximadamente três mil casas, distinguindo-se ainda pelo número e nobreza dos seus moradores, assim como, por deter uma igreja matriz de linhas nobres, reunindo deste modo as premissas necessárias para a sua elevação a sede episcopal, como nos refere o documento eclesiástico referenciado.¹³

⁹ Cf. *Ibidem.* p. 181.

¹⁰ Cf. *Idem.*

¹¹ Cf. *Idem.* A título exemplificativo, o autor refere ainda os perigos e as dificuldades com que se deparavam os Bispos, nas viagens empreendidas à cidade de Ceuta, capital de bispado, factores que limitavam a praticabilidade dos exercícios que lhe estavam inerentes, pelo que durante consideráveis períodos de tempo, os mesmos não visitavam pessoalmente a séde do seu bispado.

¹² Cf. *Ibidem.*, pp. 181-189. Segundo o estudo apresentado na obra *Nova História de Portugal. Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, devemos salientar o facto da Diocese de Évora, no conjunto das dez, à data existentes em Portugal continental, segundo os censos mandados realizar no decorrer do reinado de D. João III, apresentarem a referida diocese em primeiro lugar no que respeita à área territorial, com aproximadamente 25.724 Km², contrariamente ao ultimo lugar que a mesma ocupa no tocante à densidade populacional, não ultrapassando 1.4 fogo/Km².

¹³ *Idem.*, pp. 182.

Em termos avaliativos dos valores provenientes dos direitos e proventos dos territórios de Olivença, Campo Maior e Ouguela, estes ascendiam à importância de quatro mil e quinhentos cruzados, montante bastante superior aos seiscentos e vinte cruzados das povoações e lugares desmembrados da Diocese de Évora, os quais só poderiam ser recebidos com a visita pessoal do bispo elvense a esses lugares, sendo da sua responsabilidade a administração dos referidos rendimentos, devendo a sua aplicação ser feita na fábrica da dita igreja, prevendo a sua ampliação, reparação e aquisição de paramentos e ornamentos.¹⁴

A escolha para Sé Catedral da igreja de Santa Maria na cidade de Elvas, prendia-se com o facto de ser um exemplar arquitectónico com a dignidade necessária ao seu novo estatuto, todavia, tinha como padroeiro D. Francisco de Melo, conde de Tentúgal, razão que mereceu a sua rápida rectificação, sendo mencionado na bula, pelos cardeais pontifícios, a concessão do seu padroado a D. Sebastião, rei de Portugal, assim como, a todos os seus sucessores o direito do dito padroado e, da apresentação junto da Santa Sé, de pessoa competente para bispo de Elvas.

Relativamente a D. Francisco de Melo, seus herdeiros e sucessores, ficaria reservado, a título perpétuo, a apresentação ao bispo de pessoa competente para um dos canonicatos e prebendas, sendo que ambos os direitos não poderiam ser suprimidos pela Sé, por qualquer juiz ou comissário, mesmo no desempenho de qualquer autoridade, onde se incluía os auditores das causas da Igreja Romana.¹⁵

A criação da Diocese de Elvas, última etapa de um moroso processo de reorganização da administração eclesiástica em Portugal no século XVI, demonstrou ser um importante contributo de enriquecimento histórico para esta cidade, mas também, para todos os territórios por ela abrangidos. Neste seguimento, interessa salientar os acontecimentos que julgamos pertinentes no âmbito do percurso evolutivo da mesma diocese, os quais serão apresentados seguidamente, tendo em atenção a sua ordem cronológica.

A informação contida na obra de Carlos Moreira de Azevedo, remete-nos para o ano a seguir à erecção da diocese de Elvas (1570), a criação do cabido, sendo este, contemplado com as dignidades de deão, chantre, arcediago, mestre-escola e tesoureiro, assim como doze cónegos, dois

¹⁴ Idem., pp. 185.

¹⁵ Idem.

de meia prebenda e os restantes de prebenda inteira.¹⁶ Ainda, neste mesmo ano, seria erigido o paço episcopal, orçado em dezasseis mil cruzados, segundo nos refere Fortunato de Almeida, muito provavelmente por encomenda de D. António Mendes de Carvalho, primeiro bispo de Elvas, à semelhança da criação do citado cabido.¹⁷

Após a criação das dignidades que permitem assistir ao governo do prelado elvense, o mesmo bispo, procedeu à convocação do primeiro sínodo diocesano, em 1572, no qual se aprovaram as constituições diocesanas do arcebispado de Évora, pelas quais se havia de reger o governo eclesiástico de Elvas, nos próximos sessenta e três anos. A reunião deste órgão consultivo, verificar-se-ia por mais três vezes, no decorrer dos anos de 1633, 1652 e 1720, com correspondência aos bispados D. Sebastião de Matos de Noronha, D. Manuel da Cunha e D. João de Sousa Castelo Branco, respectivamente.¹⁸

Dos três últimos sínodos realizados, interessa-nos particularmente, o realizado pelo quinto bispo de Elvas, D. Sebastião de Matos de Noronha, o qual se reveste de particular relevância, dado terem sido aprovadas as primeiras Constituições do bispado de Elvas, no ano de 1633, as quais no ano seguinte, após a atribuição das licenças do Santo Ofício e do Desembargo do Paço, passaram a entrar em vigor, conforme os sagrados cânones do Concílio Tridentino, pelas quais se passava a reger o governo eclesiástico do bispado de Elvas.¹⁹

A questão do seminário diocesano de Elvas, é uma temática pouco abordada pelos diversos autores, quase sempre de um modo superficial, com excepção feita a José Pereira Paiva Pitta, autor da única obra dedicada exclusivamente àquela instituição. Segundo o autor, tudo indica ter sido D. António Pereira da Silva, decimo segundo bispo eleito, o primeiro a tentar erigir um seminário em território

¹⁶ Carlos Moreira de AZEVEDO, (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, (C-I), Lisboa, Circulo de Leitores, 2000, p. 102.

¹⁷ Fortunato de ALMEIDA, *op. cit.*, Vol. II, p. 619.

¹⁸ Carlos Moreira AZEVEDO, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, (...), p. 103.

¹⁹ Cf. *Primeiras Constituições Sinodais do Bispado d'Elvas feitas e ordenadas pello Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Dom Sebastião de matos Noronha Quinto Bispo d'Elvas e do Conselho de Sua Magestade*, Lisboa, Lourenço Craesbeeck, 1635. Realizou-se o referido Sínodo na Sé Catedral de Elvas, durante os dias 8, 9, 10 e 11 de Maio de 1633, onde estiveram presentes D. Sebastião de Matos de Noronha, as dignidades que constituem o cabido, Priores, Reitores e Vigários das igrejas seculares e regulares. No decorrer do mesmo Sínodo foram apresentadas as primeiras Constituições pelas quais se passa a reger o bispado e, nomeados os examinadores e Juizes Sinodais, entre os quais destacamos o Padre Mestre Frei António da Natividade, Prior do Convento de S. Domingos, assim como todos os seus sucessores, assim como, o Padre Frei Diogo de Ataíde, Pregador Geral da Ordem de S. Domingos.

diocesano, prevendo, para esta finalidade, o recurso às rendas pertencentes ao extinto convento de Nossa Senhora da Conceição, na vila de Olivença.²⁰

Ainda assim, a fundação de seminário diocesano, não conheceu qualquer desenvolvimento no referido mandato, passando para o seu sucessor D. João de Sousa Castelo Branco, que consegue, por provisão de D. João V (datada de 13 de Setembro de 1727), licença para reedificar o referido convento de religiosas em Olivença e, ali fundar o seminário. A interferência deste instituto com a defesa da praça de Olivença, seria o mote às dificuldades levantadas pelo Governador de Armas, as quais ditariam novamente o seu adiamento.²¹

Com a nomeação de D. Baltasar de Faria Villas-boas, o processo ganha novo desenvolvimento, suplicando a Sua Santidade, para que as rendas inerentes ao antigo convento de Nossa Senhora da Conceição, em Olivença, revertissem a favor do desejado seminário. A sua morte levava a mais uma suspensão do projecto seminarista, cabendo ao sucessor, D. Lourenço de Lencastre, a efectivação do mesmo. O extinto colégio da Companhia de Jesus, em Elvas, passaria a poder albergar o seminário da diocese elvense, antes de receber as devidas bulas (expedidas a 26 de Fevereiro de 1759), cumprindo-se as disposições saídas do Concílio de Trento, no âmbito da educação e instrução de matéria eclesiástica.²²

De todas estas circunstâncias, anteriormente focadas, a perda da jurisdição eclesiástica do território de Olivença e seu termo, no decorrer do governo de D. José da Costa Torres, revelar-se-ia, como a mais nociva de toda a existência diocesana, já que economicamente, correspondia a uma elevada percentagem de dízimos recebidos pelo prelado elvense, correspondentes a dois terços do rendimento total.

Com base na correspondência trocada entre D. José da Costa Torres e D. João de Almeida de Melo e Castro, à data, secretário de Estado de Negócios de Guerra, sobre os rendimentos eclesiásticos e problemas resultantes do desmembramento do território de Olivença da Diocese de Elvas e, posterior união ao Bispado de Badajoz, permite-nos um conhecimento bastante realístico da difícil situação em que se encontrava a Diocese de Elvas neste início do século XIX. Assim, «*a terça parte de todos os Dízimos, que entrão no dito Celeiro (...) a decima quinta parte de metade dos mesmos Dízimos destinada pera a*

²⁰ José Pereira Paiva PITTA, *Breve Memória do Seminário Diocesano de Elvas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1878, p. 7.

²¹ *Ibidem*, pp. 7-8.

²² *Ibidem*, pp. 8-9.

sustentação do Culto Divino da sua Cathedral» e «certas rendas de trigo, e dinheiro provenientes de fazendas situadas na sobredita Villa, e seu território e aplicadas á conservação do Seminario Episcopal» até então administradas pela mitra elvense, em virtude de diversas bulas apostólicas (ver DOCUMENTOS N.º 1 a 5).

Apesar das sucessivas tentativas por parte do bispo de Elvas em inverter a presente situação, estas, não lhe retiravam a clarividência da sua condição de chefe de uma diocese menor e, como tal, consciente de que as suas tomadas de posição não teriam suficiente impacto junto da corte de Madrid, tornando-se urgente um claro posicionamento por parte do príncipe regente de Portugal, nomeadamente, junto do papa. Por outro lado, Castela via-se fortalecida com o apoio da Santa Sé, atitude contestada por parte de D. José da Costa Torres, que se via impossibilitado de transmitir ao seu sucessor um bispado ileso, tal como o havia herdado (ver DOCUMENTO N.º 5).²³

Como se fazia prever, Pio VII a instâncias do monarca espanhol, emite um breve, executado pelo núncio em Madrid, a 30 de Junho de 1803, pelo qual separa definitivamente da jurisdição episcopal de Elvas o território de Olivença, unindo este último à diocese de Badajoz, facto, que D. José da Costa Torres se vê pressionado a aceitar, com a permissão do príncipe regente D. João VI. Ainda assim, a questão da perda do território oliventino estava longe de estar resolvida do ponto de vista eclesiástico, dado o acordo estabelecido com o governo de Madrid, no qual ficaria firmado o pagamento ao prelado elvense, da quantia de cinco mil escudos, o qual nunca se chegou a efectuar.

Em 1804, o provisor do bispado de Badajoz, Gabriel Rafael Blasques Preto, na qualidade de procurador do prelado, devidamente autorizado por cédula real, toma posse do mencionado território, que incluía juntamente com a vila de Olivença, as povoações de S. Jorge, S. Domingos, S. Bento, Vila Real e Tálega, passando o mesmo a ser formalmente incorporado juntamente com os seus habitantes na diocese de Badajoz.

O bispo de Elvas, informado por carta assinada pelo mencionado provisor do bispado de Badajoz, contesta, alegando que o pontífice se referia ao tratado de 6 de Junho de 1801, no qual não se incluía o lugar de Vila Real, pertencente ao termo de Juromenha e não de Olivença, constituindo tal apropriação uma injustiça e, nesse sentido, D. José da Costa Torres dá conhecimento ao ministro e

²³ *Idem.*

secretário de Estado, António Araújo de Azevedo, que remete o dito assunto para o corpo diplomático (ver DOCUMENTO N.º 2).

A questão de Olivença, perduraria até ao governo de D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, 23.º Bispo de Elvas, a quando da emissão da bula *cunctis ubique nota*, por Pio VII, no ano de 1808, autorizando a anexação da quarta parte dos rendimentos da mitra de Beja, até que haja uma resolução de carácter definitivo. Previa ainda, a referida compensação do prejuízo causado à Mesa Episcopal de Elvas, o estabelecimento do montante a pagar ao Vigário Capitular, porém, encontrando-se vaga a Sé de Elvas no ano de 1829, D. Luís da Cunha Abreu e Melo, arcebispo de Beja, recusa-se a efectuar o pagamento acordado,²⁴ ainda que o seu antecessor, D. Frei Joaquim do Rosário, houvesse dado consentimento para a referida pensão.²⁵

Seria no reinado de D. Miguel I, que, no seguimento de uma representação do cabido de Elvas, o monarca emite dois avisos expressos, datados de 17 de Setembro de 1829, nos quais declara a sua vontade em ver efectuados os pagamentos das devidas pensões à Mesa Episcopal de Elvas, sendo os mesmos dirigidos ao bispo de Beja e, um outro ao deão e cabido de Elvas.²⁶ A vontade expressa pelo monarca no cumprimento da compensação ao bispado elvense, leva-nos a questionar se este é unicamente uma medida de justiça, ou por serem já conhecidos os laços ideológicos que unem a cidade de Elvas, ao absolutismo miguelista.

Através da documentação analisada, não obtivemos qualquer informação da eficácia da medida expedida pelo monarca, porém, dificilmente terá sido executada pelo bispo de Beja, pelo menos até 1834, aumentando ainda mais a improbabilidade, deste ano em diante, dado o distanciamento que ganhava o dito processo, mas sobretudo, pelas novas realidades políticos e sócio-culturais vividas em Portugal.

Relativamente à eventual repercussão no quotidiano diocesano, de acontecimentos como as invasões francesas, ou a guerra civil, que opunha D. Pedro e D. Miguel, a documentação analisada revelou-se-nos pouco expressiva. Todavia, para o caso das Invasões Francesas, segundo uma carta pastoral, do Provisor da diocese (na ausência do Bispo) de Junho de 1808, pede aos habitantes da

²⁴ Cf. *Idem*, e Carlos Moreira AZEVEDO, *op. cit.*, p. 102.

²⁵ Cf. *O Elvense*, 31 de Agosto de 1882, 3.º ano, n.º 16.

²⁶ Cf. Fortunato de ALMEIDA, *op. cit.*, Vol. III, p. 11.

cidade de Elvas que sejam fiéis e leais aos franceses, apelando a mesma à obediência e à paz. Na catedral chega-se a celebrar um *Te Deum* pelos benefícios que o país tinha recebido de Napoleão.

O bispo D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, no período da ocupação francesa, faz afixar uma pastoral (assinada na Quinta de S. Caetano), datada de 27 de Agosto de 1808, na porta da catedral, assim como, nas restantes igrejas da sua diocese, no qual se podia ler um claro apelo à concórdia, união e tranquilidade, da qual dependia a salvação do Estado e a felicidade. Face a uma situação de extrema dificuldade, sobretudo, para a parte subjugada, o bispo elvense conseguia pela via diplomática, travar o impulso devastador dos invasores e, mais tarde, após a capitulação de Junot, a ocupação da cidade de Elvas pelos espanhóis, ao mesmo tempo que impedia a ira dos elvenses sobre as tropas francesas.²⁷

Para a questão das Guerras Liberais (1831-1834), verificamos uma idêntica ausência de estudos no contexto elvense, ainda assim, obras mais abrangentes permitem-nos formular uma ideia precisa a respeito do posicionamento da cidade de Elvas face aos referidos acontecimentos.²⁸ Assim, conhecida como a Praça-forte do Reino de Portugal, a cidade de Elvas teve sempre uma fiel e próxima relação com a facção absolutista, representada por D. Miguel, expressa, por diversas vezes na unanimidade por parte dos habitantes elvenses, em manifestações de apoio à causa miguelista, mas também, à pessoa de D. Miguel, de que é exemplificativo a relação dos festejos por ocasião do seu aniversário, no ano de 1829, existente no Arquivo Histórico Municipal de Elvas.²⁹

Segundo, o mesmo documento, integraram os referidos «*votos públicos*», instituições como a «*Câmara, Magistrados, Chefes, e Corporações Cívicas, Militares, e Ecclesiasticas, Seculares e*

²⁷ Domingos Gomes CARVALHO, *Estado crítico em que se encontra a Igreja de Elvas no tempo do Governo Francez*, Lisboa, s/ ed., 1808, p. 4.

²⁸ No contexto das Guerras Liberais, na cidade de Elvas, interessa referir a obra do elvense Eurico Gama, *Elvas entre Dois Fogos: Liberais e Absolutistas*, pese embora, tenhamos optado pela omissão da mesma dado esta, não fazer referência à questão do quotidiano na Diocese elvense.

²⁹ Cf. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ELVAS, Mss. 1018. Um mês após o envio dos avisos régios, para o bispo de Beja, assim como, ao Deão e Cabido de Elvas, seguido do ofício que reconhecia institucionalmente como rei de Portugal D. Miguel I, datado de 16 de Outubro de 1829, tinham lugar na cidade de Elvas (26 de Outubro de 1829) os festejos que assinalavam o aniversário do referido monarca, que tiveram como promotores a Câmara da referida cidade, diversas corporações e os seus habitantes, que viam no monarca o fim do inimigo e a total restituição da paz. Na documentação analisada, faz-se alusão ao içar de bandeiras em todas as fortalezas, a muitos foguetes, ao repique de sinos, aos alegres vivas, às paradas militares, a grandes concentrações de elvenses, à actuação de bandas de música, representações teatrais, danças, discursos e, nas principais vias da cidade, ricas e vistosas cobertas. Fazia igualmente parte do programa comemorativo o habitual *Te Deum*, ao qual assistiram o Governador da Praça, o Governador do Forte de Nossa senhora da Graça, a Câmara, Magistrados, Chefes, Corporações Cívicas e Militares, Eclesiásticos, Seculares, Regulares e o Povo, os quais, seguidamente, transitaram pelas ruas, transportando a real efígie de El Rei D. Miguel I. Os festejos decorreram até ao dia 31 do dito mês e ano.

Regulares, e quanto Povo pôde caber».³⁰ Duas outras provas documentais, nomeadamente dois ofícios, um primeiro do Governador da Praça, conde de Barbacena, datado de Julho 1831 e, um segundo, de Outubro do mesmo ano, do então Governador marquês de Tancos, onde se oficializa a «*firmesa e entusiasmo*» patentes nas tropas de guarnição da Praça de Elvas.³¹

Caberia ainda a D. Miguel a nomeação de D. Frei Ângelo de Nossa Senhora da Boa-Morte, último bispo eleito da Diocese de Elvas, segundo escolha feita em 1832, tendo a tomada de posse por procuração tido lugar ano seguinte. Esta eleição não teve qualquer efectivação, dado não ter sido reconhecida por D. Pedro IV, o reconhecimento do bispo apenas se verificou em 1841, por decreto régio datado de 20 de Julho do mesmo ano.³²

Ainda que se verifiquem procedimentos idênticos, com a vitória do Liberalismo, nomeadamente com a celebração solene de um *Te Deum* na Catedral de Elvas, como acto de Fidelidade, Obediência e Vassalagem a Sua Majestade D. Maria II, prática litúrgica bastante corrente em acontecimentos de primeira importância, não partilhamos porém da opinião de Eurico Gama, que na sua obra *Elvas entre Dois Fogos: Liberais e Absolutistas*, refere que os poderes instituídos da cidade são resultantes das circunstâncias do seu tempo e não de uma verdadeira convicção política.

A partir de 1852 o bispado de Elvas entra num período de vacância, durante o qual o seu governo fica à responsabilidade de um Vigário Capitular até à sua extinção, ocorrida em 1881. Este interregno eclesiástico de vinte e nove anos, denunciava por si só, a intenção do Estado português em extinguir a mitra elvense, dada a recusa do mesmo, com base na Concordata vigente, em eleger novo bispo.³³

Uma circular régia de 2 de Outubro de 1872, revela-se bastante elucidativa quanto à intenção do Estado português, circunscrever o número de dioceses que devem subsistir. Resumindo, tratava-se

³⁰ *Idem*.

³¹ *Idem*.

³² Carlos Moreira AZEVEDO, *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, (...), p. 103. Pese embora, a renitência por parte de D. Pedro VI, na aceitação de D. Frei Ângelo, a qual se prende com questões do foro político, em virtude deste prelado ter sido nomeado por D. Miguel, na obra de José Pereira Paiva PITTA, *op. cit.*, p. 50, diz-nos que no início do ano de 1834, em virtude das perseguições de que era alvo na cidade de Lisboa, D. Frei Ângelo acabaria por procurar alguma segurança na cidade de Elvas, instalando-se inicialmente no Convento de Santo António, extra-muros, passando posteriormente a instalar-se na cidade, onde permanece até 12 de Junho do dito ano, abandonando a cidade na companhia de António de Sousa Macedo, vice reitor do seminário diocesano.

³³ *Idem*.

de um levantamento com o intuito de se proceder a uma nova estruturação eclesiástica, pelo que se pedia a maior brevidade ao Vigário Capitular, um parecer acerca do mesmo assunto.

A resposta dada pelo Vigário Capitular, salientava as mais-valias da cidade de Elvas e a importância da religião, aproveitando a ocasião para acentuar a necessidade de ampliar os meios de subsistência do referido bispado, apresentando para o mesmo efeito as suas próprias sugestões.

«Nesta Dioceses havia trez conventos de Religiosas sofrivelmente dotados e bem administrados, porem todos trez acabarão, ou por fallecimento da ultima religiosa, ou pela sahida voluntaria da ultima supestite, os rendimentos destes conventos estão entregues a Repartição da Fazenda e por esta são administrados dos rendimentos d'algum destes trez conventos pode muito/ bem algum ser aplicado a Cathedral para/ sustentação do culto e clero da mesma sem [...vam...] do Thesouro, nem o osta que o quadro pesoal seja hum pouco diminuto porque não he para admirar que as Cathedraes de Pr vincia não eguallem o esplendor de huma Patriarchal ou de huma Bazilica.

Os rendimentos de outro dos conventos findos pode ser aplicado a Mitra e por este lado se acigmenta a amplitude episcopal diocesana sem que se augmente a despesa do Thezouro.

Os rendimentos do terceiro dos conventos que acabarão por si mesmos podem/ muito bem ser aplicados ao seminario desta Diocese e em elles dar maior amplitude e, desenvolvimento ao mesmo Seminario, principalmente em preparativos, em que tambem se possam instruir estudantes seculares que se destinão ao altar, visto que nesta Diocese não há Liceo algum dos que existem nesta Província são a grande distancia.

Pelo Tratado de 1801 a Mitra d' Elvas perdeu huma das mais preciosas pedras do seu ornato e jurisdição passando Olivença e suas dependências para o Reino d' Hespanha e a jurisdição ecclesiastica para o Bispado de Badajoz e o seminario prdeu seus rendimentos que tambem passarão para o Bispado de Badajoz mais ainda não foi indemnizado, e he esta,/ como parece a occasião mais própria para/ a indemnização.» (ver DOCUMENTO N.º 6).

Nesta passagem documental é realçada, a importância que o território eclesiástico de Olivença detinha na sustentação económica do culto e clero da Catedral elvense, assim como, do próprio seminário diocesano. O facto de nunca se ter compensado a diocese, leva o Vigário Capitular, a reforçar uma vez mais as sérias dificuldades com que subsiste, pelo que, em sua opinião, seria esta a conjuntura para se proceder à esperada e necessária indemnização.

A par da resposta favorável à manutenção da diocese elvense, por parte do Vigário Capitular, a sociedade civil, organiza-se e faz entregar um requerimento com 655 assinaturas, por intermédio do Cónego Barradas, ao reverendo núncio apostólico, em Lisboa, para a conservação do bispado de Elvas, sendo esta mesma iniciativa repetida pelo prior da matriz de Campo Maior, que soma o numero de duzentas assinaturas.³⁴

³⁴ Cf. *O Elvense*, 1881, n.º 35 a 37.

Tais iniciativas não tiveram qualquer impacto junto do Estado português, nem junto da Santa Sé, onde em reunião de «*Cardeaes da Santa Igreja Romana, reunidos em Congregação especial para tratar d'este assumpto, e examinado todo elle com madura deliberação, de Seu motu proprio, Sciencia certa e na plenitude da Sua Auctoridade Apostólica, Ha por bem declarar que das dedezesete actuaes Dioceses existentes, supprime e extingue para sempre as cinco de Aveiro, Castello Branco, Elvas, Leiria e Pinhel, com suas Cadeiras Episcopaes, Dignidade, titulo, natureza e essência de Cathedraes; por modo que em tempo algum possam assumir tal denominação, ou n'ellas ser alguém provido e constituído Bispo;»*.³⁵

A 30 de Setembro de 1881, Leão XIII, expede a bula *Gravissimum Christi*, que extingue a diocese de Elvas, juntamente com as de Aveiro, Castelo Branco, Leiria e Tomar, assim como, o priorado do Crato. A 4 de Setembro de 1882 procede-se à sentença executória da bula papal lavrada pelo cardeal D. Américo, bispo do Porto, interrompendo de forma definitiva os trezentos e onze anos de existência da diocese, correspondentes a 25 bispos, que se regeram por constituições sucessivamente aprovadas e renovadas por quatro sínodos Diocesanos.³⁶

Determinava ainda «*o Santo Padre que as Igrejas Cathedraes extinctas sejam para sempre anexadas*»³⁷ sendo a Diocese de Elvas anexada à de Évora,³⁸ «*tudo porém na conformidade das deliberações tomadas na reunião dos Prelados do Reino de accordo com os Ministros de Sua Magestade Fidelíssima*».³⁹

1.2. A importância da Diocese elvense como pólo aglutinador de casas religiosas

O papel que o prelado elvense deteve na instalação das ordens religiosas no seu território, prende-se, em nossa opinião, por questões tão diversas quanto a cronologia abrangida pelas dezasseis fundações conventuais contabilizadas na geografia diocesana em análise (século XIII a XVII),

³⁵ Cf. *O Elvense*, 24 de Setembro de 1882, 3.º ano, n.º 178. As doze dioceses subsistentes foram as de Lisboa, Braga, Évora, Guarda, Beja, Bragança, Miranda, Coimbra, Lamego, Portalegre, Porto, Faro e Viseu.

³⁶ Cf. Carlos Moreira AZEVEDO, *Dicionário da História Religiosa em Portugal*, (...), p. 103.

³⁷ Cf. *O Elvense*, 24 de Setembro de 1882, 3.º ano, n.º 178.

³⁸ No mesmo periódico podemos verificar as restantes anexações: a de Aveiro anexada à de Coimbra, Castelo Branco a Portalegre, Leiria à de Coimbra e, Pinhel à diocese da Guarda.

³⁹ Cf. *O Elvense*, 24 de Setembro de 1882, 3.º ano, n.º 178.

sendo que para o efeito, apenas foram tidas em consideração as primeiras fundações, de conventos e mosteiros, existentes no território aqui em estudo.

Contudo, sendo a erecção da diocese de Elvas da segunda metade do século XVI, parece-nos evidente, que o dinamismo económico, social e cultural verificado para o caso de Elvas mas, também, de Campo Maior e Olivença - o qual perduraria sensivelmente até finais da primeira metade do Século seguinte - constituíram motivações suficientemente apelativas às ordens religiosas que ali se instalaram em número significativo entre finais de quinhentos e meados da segunda metade de seiscentos.

Sendo a diocese de Elvas o factor contextualizador desta investigação, não podemos deixar de incluir a totalidade das casas religiosas, as quais ainda que fundadas em datas anteriores à sua criação, foram herdadas, assumindo por essa via, a legitimidade necessária para serem incluídas no âmbito deste estudo. Por outro lado, o legado conventual herdado dos territórios desmembrados das dioceses de Évora e Ceuta, constituíam a maioria das fundações existentes na antiga diocese elvense, justificando em nossa opinião a inclusão da totalidade das fundações das ordens religiosas.

Em resultado do levantamento efectuado, com base em três obras de diferentes autores, contabilizámos o total de dezasseis diferentes referências religiosas em territórios pertencentes à antiga diocese de Elvas, constituindo, estas, a base contextualizadora deste trabalho (ver QUADRO N.º 1).⁴⁰

A par das questões territoriais das dioceses de Ceuta e Évora, o crescimento populacional e o poder económico, constituíram os factores prevaletentes na elevação de Elvas à categoria de cidade e de diocese, no decorrer do século XVI, mas que tem antecedentes no século XV, quando Elvas inicia um significativo crescimento, justificativo dos 1. 916 vizinhos que apresenta, em meados da

⁴⁰ A nossa aproximação ao número de conventos e mosteiros existentes no antigo território da Diocese de Elvas, tiveram por base algumas obras de diferentes autores e cronologias, que vão desde do século XVIII ao século XXI. Neste sentido, destacamos João Baptista CASTRO, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, 2.ª edição, Lisboa, Officina Patriarcal de Luiz Francisco Ameno, 1763. Referente à primeira obra, esta, apresenta algumas lacunas, no sentido em que não refere a totalidade dos mosteiros e conventos existentes, ou que existiram na geografia a que nos remete o estudo em causa, nomeadamente, dois conventos de religiosas situados nas vilas de Campo Maior e Olivença. Devemos juntar ao anterior, dois outros autores, Rui Rosado VIEIRA, *Centros Urbanos no Alentejo Fronteiriço: Campo Maior, Elvas e Olivença*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, obra referente aos três maiores centros urbanos do território diocesano, marginalizando todo o restante território. Esta obra, constitui-se como o único estudo, onde nos é referido um convento feminino em Campo Maior, ainda que não apresente uma referência precisa à sua designação ou orago. Por fim, a obra do oliventino Luis Alfonso Limpo PÍRIZ, *Memorial del Antiguo Convento de la Concepción en la Villa de Olivenza*, Badajoz, Edição do Autor, 1999, a qual se restringe às fundações de conventos e mosteiros que tiveram lugar na vila de Olivença.

primeira metade de quinhentos, segundo o levantamento mandado executar pelo monarca D. João III, ao qual aludimos anteriormente.⁴¹

Segundo o cronista João Cascão, que por ocasião da digressão de D. Sebastião ao Alentejo e Algarve, no ano de 1573, a cidade de Elvas registava um número aproximado de 3. 500 vizinhos, crescimento significativo, tendo em conta a quase duplicação do número de habitantes, num espaço de tempo de apenas quatro décadas, tornando-se, esta, o maior número contabilizado entre as décadas de trinta e setenta do século XVI, decrescendo para um total de 2. 500 vizinhos no ano de 1635, segundo uma descrição dos aglomerados do bispado de Elvas.⁴²

Em relação directa com a questão populacional, encontra-se o poder económico, mas também, a localização geográfica da própria cidade, importantes contributos para as questões anteriormente referidas, as quais no seu conjunto, permitiram todo o desenvolvimento ocorrido no decorrer do século XVI até meados do século XVII.

Neste sentido, Elvas dispunha de cursos de água e boas terras agrícolas, elementos naturais importantes para o desenvolvimento desta área geográfica, nomeadamente a partir de meados do Século XV, coincidindo deste modo com o período em que Portugal e Castela passam a deter o domínio das principais rotas marítimas da economia global.⁴³

Acresce ainda, um outro factor, que se prende com o facto da cidade de Elvas se encontrar no final do circuito português de uma via internacional, que ligava Lisboa ao interior de Castela e, desse modo à restante Europa, contribuindo para a permanência de inúmeras e variadas gentes, desde as comitivas reais ao mais comum viajante, que tivesse Lisboa como destino ou ponto de partida.⁴⁴ A

⁴¹ Rui Rosado VIEIRA, *op. cit.*, p. 23.

⁴² *Idem.*

⁴³ *Ibidem*, p. 18.

⁴⁴ *Ibidem*, pp. 18-20. Campo Maior e Olivença, territórios integrantes da diocese elvense, acabavam por usufruir, ainda que em diferentes proporções, quando comparadas com a cidade de Elvas, da sua situação estratégica geográfica, na medida em que ambas se situavam na fronteira de Portugal com Castela. Neste sentido, a referida via internacional, depois de Elvas e, antes de entrar em Castela por Badajoz, apresentava uma bifurcação, sendo que por Norte, no sentido de Campo Maior e Ouguela, se estabelecia a ligação a Castela por Albuquerque e, a partir desta à cidade de Salamanca e Valladolid, cidade esta última, que fora sede da corte castelhana, entre 1601 e 1606, capital do Império Espanhol, razões que justificam, em parte, ser este o itinerário mais aconselhado no Século XVI, segundo o *reportório dos caminhos*, para efectuar a viagem entre as cortes de Portugal e Espanha. Por outro lado, Albuquerque passava a deter, por esta altura, alfândega própria, constituindo-se ainda como local de passagem do correio trocado entre as referidas cortes ibéricas. Acresce, ainda, um outro trajecto a Sul, que para além de estabelecer a ligação entre Elvas e Olivença, permitia ainda uma diferente entrada em Castela, através de Valverde e Zafra, que passando por Cáceres, onde entroncava com a *Via de la Plata*, permitia aceder por Norte a Salamanca e, pelo Sul a Sevilha, Málaga e Granada.

via internacional, constituía por estas mesmas razões, uma mais-valia para toda esta geografia de fronteira, entre Campo Maior e Olivença mas, sobretudo, para Elvas.

Assim, tendo presente o conjunto de fundações religiosas na diocese elvense (ver QUADRO N.º 1), verificamos que numa totalidade de dezasseis, exceptuando três - uma datada do século XIII e duas do século XV - a larga maioria das referidas fundações, situavam-se indiscutivelmente no período áureo dos três maiores grupos urbanos do bispado (Elvas, Campo Maior e Olivença), ou seja, no decorrer do século XVI e XVII.

A relação directa, entre fundações religiosas e um período de crescimento excepcional da sede do bispado, permite-nos equacionar com alguma sustentação, que a procura desta área territorial por parte das ordens religiosas, se justifica na medida em que mais facilmente encontravam uma clientela com suficiente poder económico, para patrocinarem obras pias em troca da salvação da alma.

Relativamente à distribuição das ordens religiosas, podemos concluir que oito se verificam antes da criação da diocese, das quais seis em territórios desmembrados à diocese de Évora e, apenas dois estabelecidos dentro do que era a antiga geografia diocesana de Ceuta (ver QUADRO N.º 1). Por outro lado, tendo em conta que do conjunto das mesmas oito fundações, pré-diocesanas, cinco se encontram dentro da cronologia abrangida pelo período de desenvolvimento da geografia em análise, mais ainda se acentua, o seu carácter económico, na edificação destes mosteiros e conventos, que na sua maioria foram por iniciativa particular.

Relativamente às restantes oito fundações religiosas, pós-diocesanas, verificamos uma maior concentração em relação directa com a hierarquia dos aglomerados urbanos, tal como no conjunto anteriormente analisado, porém, denota-se um equilíbrio conseguido no que se refere às fundações em territórios desmembrados da diocese de Évora e Ceuta, ambos com quatro instituições regulares, assim como, um idêntico equilíbrio no tocante à sua distribuição pelos três principais núcleos urbanos, cada qual com duas fundações religiosas (ver QUADRO N.º 1).

Tal perspectiva, permite-nos olhar para o território diocesano, como um importante factor nivelador do número de conventos e mosteiros erigidos na cidade de Elvas e nas vilas de Campo Maior e Olivença, situação que não verificamos anteriormente, dado se tratar de territórios pertencentes a

duas diferentes metrópoles diocesanas, as quais divergiam enormemente quanto à área geográfica e sobretudo, em aspectos de cariz económico e de prestígio eclesiástico.

Pese embora uma notória influência dos principais centros urbanos, o território diocesano contava com outros pólos populacionais, os quais, ainda que secundários face aos anteriores, necessitavam igualmente de uma presença de comunidades religiosas, como um importante contributo para a necessidade espiritual da população, paralelamente, ao papel desempenhado pelo clero secular.

Assim, destacam-se as vilas de Alter do Chão, Fronteira e Monforte, para as quais registámos a existência de apenas uma fundação para cada núcleo, sendo no caso de Monforte uma fundação pré-diocesana. Ainda no âmbito das três fundações atrás referidas, duas verificam-se no decorrer do século XVI e, uma terceira, no século seguinte, ou seja, três instituições, resultantes do período de maior expansão da sede diocesana.

O número superior de fundações religiosas no período posterior à criação do bispado de Elvas, correspondentes aos séculos XVI e XVII, justifica-se em certa medida, pelo desenvolvimento ocorrido nos três grandes centros urbanos da diocese, os quais, pela sua superioridade em número de habitantes e, pela concentração de riqueza na posse de algumas famílias, mas sobretudo, de um franco desenvolvimento comercial, permitiu a edificação e a sustentabilidade da maioria das fundações, que integram o conjunto em análise (ver QUADRO N.º 1).

Não podemos deixar de referir o papel desempenhado por alguns bispos, ainda que este constitua um factor secundário, comparativamente com os critérios de ordem económica referidos. Sendo oito as fundações pró diocesanas, distribuídas por seis diferentes governos episcopais, destaca-se o bispo D. Manuel da Cunha, mandato no qual registamos a existência de três fundações religiosas e, apenas uma para cada um dos restantes cinco bispos.⁴⁵ São as referidas três fundações o colégio de

⁴⁵ A ausência de estudos bibliográficos dos diversos prelados elvenses e, a escassez de informação encontrada referente a D. Manuel da Cunha, não nos permite a percepção necessária, no tocante ao seu percurso. Ainda assim, encontramos nas obras analisadas, algumas informações biográficas, nomeadamente, na obra de José Pereira da Paiva Pitta, *Boletim Eclesiástico da Diocese de Elvas* (Ano I, n.º 4, Abril de 1877) e, *A Capela Real: um espaço de conflitos (Séculos XVI a XVII)*, estudo de autoria Diogo Ramada Curto.

No primeiro estudo, encontramos uma referência feita ao traslado da provisão de doação que fez D. Manuel da Cunha da Ermida de Santiago, na cidade de Elvas, aos padres da Companhia de Jesus, o que, por si só, nos indica a presença do 6.º bispo à frente da diocese elvense em Março de 1653. Todavia, na segunda obra, referida anteriormente, o autor alude à presença de D. Manuel da Cunha, como capelão mor de D. João IV, informação confirmada no estudo de Ignácio de Carvalho e SOUSA, “Catalogo dos Bispos de Elvas”, in AAVV, *Collecção dos Documentos, Estatutos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, Lisboa, Officina de Paschoal da Sylva, 1721. A documentação permitem-nos, com as devidas reservas, acentuar a duplicidade de cargos que manteve entre c.1641 e 1658, ano em que

Santiago Maior (Companhia de Jesus), o convento S. João de Deus (Ordem Hospitaleira de S. João de Deus), ambos na cidade de Elvas e, convento S. João de Deus na vila de Olivença, pertencente à ordem anteriormente referida.

Os bispos D. António e D. Sebastião de Matos de Noronha, eleitos por Filipe I e Filipe III, foram os principais rostos de uma campanha movida contra a Companhia de Jesus em Elvas, que viu negada a licença régia para edificação do colégio por quatro décadas consecutivas (1604-1644). Iniciada por D. António de Matos de Noronha, a contestação ganhou maior proporção no governo de D. Sebastião, seu sobrinho, conseguindo retirar da posse dos padres Jesuítas a fazenda legada em testamento por D. Aldonça e seu marido, Diogo de Brito, para construção do referido colégio.

Neste aspecto, a documentação é bastante reveladora, designadamente, nas razões que D. Sebastião de Matos de Noronha alega para que se não dê licença para edificação colégio da Companhia de Jesus na cidade de Elvas. Assim, da exposição enviada a Filipe III, o bispo elvense sugere que o monarca, *«nam deve conceder, porque pedindoa já no Concelho de Madrid Dona Joanna Coutinha, 2.^a mulher e testamenteyra de Diogo de Britto. Magestade lha negou avendo por escuzado o dittorequerimento .em. 27. de Mayo de .1616. como consta da/ petiçam e despacho junto. Depois disso tornarão os ditos Padres da Companhia pedir a Vossa Magestade no mesmo Concelho de Madrid esta propria licença a qual. Vossa Magestade. lhe negou, avendo por escusado o ditto requerimento por carta de 22. de Novembro de .1621. E sendo negada duas vezes a ditto licença por. Vossa Magestade. injustamente e sem fundamento torna o supplicante. nesta petição fazer .3.^a vez o mesmo requerimento; principalmente quando as razoes que elle nesta petição allega, se allegaram já a Vossa magestade nos outros requerimentos pello que nam avendo (como não ha) razam algua se novo que seja concludente e [esfica...] nenhum lugar fica ao supplicante (?) pera fazer este requerimento.*

*E o que nesta peticam allega dizendo que o fundamento porque Vossa Magestade negou esta licença quando da outraves se pedio, foy por parecer que a ditto fazenda de Dona Aldonça de Diogo de Britto seu marido, se podia applicar conforme seus testamentos ao casamento de orfas da ditto cidade, e que esse fundamento não he certo».*⁴⁶

Concluindo,

«Principalmente porque se entende que [...] ao que Vossa Magestade teve pera negar a ditto Licença foy entender que não era necessário na ditto cidade edificarse este collegio, por aver nella outros mosteyros de Religiosos bastantes para a capacidade da mesma cidade, que he o motivo que Vossa Magestade tomou pera negar semelhantes licenças

deixa o bispado da diocese elvense. A acumulação do bispado, com o prestigiado cargo de capelão mor de D. João IV, permitiria utilizar a influência de que dispunha no desempenho deste, em questões relacionadas com o bispado de que era representante.

⁴⁶ A.H.M.E., *Fundo Colégio Jesuíta de Elvas* – “Livro Da Fundação do Colégio, Relação do Principio do Colégio que se há de fazer em Elvas de que são fundadores Diogo de Brito fidago da casa del rey, e Dona Aldonça sua primeira mulher”, s/d, Mss. 78, fl. 8 v.

pera se edificarem mosteyros em outros Lugares deste Reyno, e esta razão e motivo esta ainda em seu vigor, e contra ella se não allega nem pode allegar cousa em contrario. (...) E todas as razões que concluem não se aver de edificar Collegio, militão pera não se aver edificar Residencia, de que nesta peticam tratam porque nem o nome da casa nem o numero mayor, ou menor dos Religiosos della podem alterar os ditos despachos dados, porque qualquer numero de religiosos faz comunidade e convento; principalmente que os dittos Padres podem começar com. 12. e depois crescerem a mayor numero, como se tem visto em outras casas que neste Reyno edificarão.

E lembra-se a Vossa Magestade que por sua provisão cujo treslado aqui se assenta mandou Vossa Magestade ao Curador da Corte que secrestasse os bens, e rendas, que a ditta dona Aldonça deixou pera este Collegio, e os ditos Padres possuyam; fundando se Vossa Magestade nesta provisam em ter negado esta licença aos ditos Padres pello que estando o negocio já nestes termos com menos funmento podem fazer requerimento e pedir a dita licença a qual Vossa Magestade lhe deve negar mandando que nella se ponha perpetuo silencio».⁴⁷

Assim, o poder económico de que Elvas usufruía e, consequentemente, Campo Maior e Olivença, constituíam, na nossa perspectiva, um factor determinante para a instalação de conventos e mosteiros no território diocesano, contudo, o bispado acabaria por usufruir, naturalmente, desse mesmo poder, na medida em que se passava a constituir por territórios suficientemente atractivos, pelas doações e dízimos, que um significativo crescimento populacional poderia assegurar, tanto quanto a Igreja, se constituía como a instituição modelar da sociedade portuguesa.

1. 3. A diversidade de factores na implementação das Ordens Religiosas na Diocese de Elvas

Para um entendimento das diferentes ordens religiosas existentes em territórios da antiga diocese elvense, impõem-se-nos uma clara percepção das características que as definem e, consequentemente, dos factores geográficos, estratégico-militares, ou mesmo, sócio-culturais, que paralelamente a uma tão extensa cronologia, contribuem de algum modo, directa ou indirectamente, para a sua implementação.

Posto isto, encontramos no espaço geográfico em análise, cinco diferentes congregações religiosas, sendo estas, a ordem de S. Domingos, S. Francisco, S. Paulo, Companhia de Jesus e Hospitalários de S. João de Deus, o que nos levou a optar por uma análise individualizada de cada uma das ordens religiosas, ao mesmo tempo que assumimos como critério, a cronologia das primeiras fundações.

⁴⁷ *Idem*, fl. 8 v – 9.

A ordem fundada por Domingos de Gusmão constitui a primeira comunidade religiosa a ocupar o território que viria a integrar a diocese de Elvas. Sob o orago de Nossa Senhora dos Mártires, o convento dos frades dominicanos, constituía a primeira expressão de uma nova filosofia de evangelização fortemente apoiada por uma exigente preparação cultural, pelo voto de pobreza voluntária e, pela localização extra-muros, na convicção de que estes eram a visualização pragmática dos novos conceitos de modernidade religiosa a conquistar as mentalidades medievais intra-muros.

Se estes três factores permitiam a sustentabilidade do objectivo primeiro da comunidade dominicana, a pregação, por outro lado, deveremos analisá-la na perspectiva de uma nova estratégia de evangelização, que obrigava a questionar um clero secular e regular, instalado e com práticas sócio-culturais e morais condenáveis, tanto quanto, alheadas das realidades e necessidades quotidianas dos seus crentes.

Tal cenário de proximidade, permitiu aos frades pregadores um imediato sucesso junto das populações, não obstante alguma hostilidade, sobretudo, por parte das altas hierarquias do clero secular, um pouco por todo o território nacional.

Os Franciscanos, constituíam juntamente com os frades pregadores, as ordens religiosas mais emblemáticas dentro dos mendicantes, afirmando-se estas como as mais influentes durante toda a Idade Média. Pese embora, a pobreza, a cultura e a pregação, se constituíssem como os pilares estruturantes de ambas as congregações, a sua aplicação prática divergia entre ambas. Se no caso dos Franciscanos, a pobreza voluntária, era vivida de forma absoluta, no caso dos dominicanos, a pobreza e a cultura, constituíam um processo para alcançar o fim da pregação, merecendo a designação de Ordem dos Pregadores.

Ainda no âmbito das ordens de S. Domingos e S. Francisco, deveremos ter em atenção as comunidades de religiosas, as quais não constituindo uma excepção às próprias Constituições que as definem, apresentam um processo, ainda assim, distinto das comunidades de religiosos. Por outro lado, vivendo as religiosas em clausura, não deixava de estar presente a oração, a vida comunitária e a pregação, contudo, esta última, era feita por via da oração e penitência, processo distinto, mas com a mesma finalidade: anunciar o Evangelho de Deus com o exemplo das suas próprias vidas.

Em suma, a pregação como identidade de ambas as ordens mendicantes referidas, é comum a todas as comunidades religiosas, sejam elas masculinas ou femininas, sendo eventualmente mais directa, no caso das primeiras, assumindo um carácter mais místico, se assim o entendermos, quando analisada no contexto das comunidades femininas.

A presença dos frades paulistas em Elvas, remonta ao início do século XV, quando ainda sob a designação de eremitas da Pobre Vida de Jesus Cristo, se instalaram no termo da dita cidade. De uma vida eremítica dedicada à contemplação, passamos a visualizar a partir de 1578, já sob o título de S. Paulo, uma vida comunitária que considera, também ela, a pregação, passando a integrar as denominadas ordens mendicantes.

A Companhia de Jesus, surge como a ordem religiosa da Contra-Reforma, por excelência, residindo na acção educativa, nos exercícios espirituais, na pregação e na missionação, os principais ministérios desta congregação. Coincide a sua implementação em Portugal, no início da Idade Moderna, com um período de acentuado declínio do clero regular, as quais «*andavam depravadas em forma da sua regra*» em parte justificados pelos «*esplendores do renascimento literário e do luxo faustoso que o deslumbramento e riquezas da Índia meteram em Portugal*».⁴⁸

Finalizamos, esta sumária análise, com a Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, que tal como se designa era uma Congregação religiosa, equiparável a ordem, destinada a socorrer os mais enfermos, quer numa perspectiva médica, quer espiritualmente. Após a Restauração de Portugal, passam a administrar os Hospitais Militares do reino - passando o Prelado a deter o título de Enfermeiro-Mor – detendo uma primordial importância no auxílio aos soldados portugueses feridos em batalha.

A aplicação destas diversas filosofias religiosas, à realidade diocesana elvense, expressa-se desde logo numa presença numérica de edificações da ordem de S. Francisco, bastante superior, quando comparadas com as demais ordens religiosas enumeradas, constituindo estas, precisamente, metade do número total de conventos e mosteiros em análise neste estudo (ver QUADRO N.º 1). Relativamente à sua distribuição, contrariamente às restantes ordens, esta é bastante transversal, pelo que podemos encontra-las em Elvas, capital diocesana, ou em outros centros urbanos

⁴⁸ Cf. Francisco RODRIGUES, *História da Companhia de Jesus na Assistência em Portugal: A Fundação da Província Portuguesa 1540 -1560*, Tomo I, Porto, Apostolado da Imprensa, 1931. Referencia feita por D. Fernando de Farão, filho do mordomo-mor da rainha, por ocasião das Cortes de Évora de 1544.

relevantes, como Campo Maior e Olivença, mas também, em vilas secundárias como são os exemplos de Alter do Chão, Fronteira e Monforte.

Entre os oito registos encontrados referentes à ordem de S. Francisco, podemos ainda proceder a uma subdivisão em comunidades de religiosos e de religiosas, sendo as primeiras em maior número, com um total de cinco e apenas três o número verificado para o ramo feminino.

Observando a ordem de S. Domingos, apenas encontramos duas fundações, ambas erigidas na cidade de Elvas, constituindo-se, naturalmente, por uma fundação de religiosas e uma de religiosos, apresentando estas, uma cronologia bastante díspar entre si, mas também, no conjunto das dezasseis instituições, tendo em conta o ano de 1267, como data de fundação do convento de Nossa Senhora dos Mártires, pertença da família dominicana.

Tal cronologia, permitiu ao convento de S. Domingos, um percurso paralelo ao de Elvas, durante aproximadamente seis séculos, o mesmo período de tempo correspondente à existência de Elvas cristã. Acresce, porém, uma outra particularidade associada a esta mesma fundação religiosa, que se prende com o facto da mesma, constituir a primeira fundação no espaço territorial que futuramente viria a constituir a diocese elvense, o que se verificou durante um século e meio.

Tendo em conta, tratar-se de uma fundação religiosa pré diocesana, à data parte integrante da diocese de Évora, mais se afirma esta fundação dominicana, quando examinadas as restantes fundações desta ordem, existentes na dita diocese eborense. Assim, após um atento exame à obra de João Baptista de Castro, concluimos tratar-se da primeira comunidade religiosa da ordem de S. Domingos a ocupar o espaço territorial abaixo da linha do Tejo, seguida de Évora no ano de 1286.⁴⁹

Os Paulistas, registam apenas uma fundação conventual em toda a geografia diocesana, à semelhança da Companhia de Jesus, ambas situadas na cidade de Elvas. Se a estas, juntarmos as duas fundações dominicanas, a que nos dedicamos anteriormente, concluimos, que para os casos em que se verifica apenas uma fundação de uma determinada ordem, em território diocesano, ou duas, tendo em atenção as comunidades femininas, as mesmas incidem na totalidade dos casos, na sede de bispado.

⁴⁹ Cf. João Baptista CASTRO, (...), pp. 99-101.

A Ordem Hospitalária de S. João de Deus, apresenta um total de três fundações situadas na cidade de Elvas e nas vilas de Campo Maior e Olivença, os três principais núcleos urbanos, compreensível, dada administração dos Hospitais Militares por parte da dita ordem religiosa e, por estarmos na presença de três importantes Praças de Armas da fronteira portuguesa, factor por si só, justificativo da sua presença.

2. A Ordem de S. Domingos em Elvas

2.1. S. Domingos de Gusmão: o Bom Mestre: A Europa, o Homem e a Ordem

Pretende-se com este capítulo, elaborar uma pequena síntese do percurso humano, intelectual e religioso de Domingos de Gusmão, a qual nos permita um conhecimento mais consistente, ainda que generalista, da Ordem de S. Domingos, fornecendo-nos, simultaneamente, a contextualização necessária a um melhor entendimento da fundação dominicana na cidade de Elvas. Neste sentido, impunha-se-nos algumas noções referentes ao ambiente social, religioso e cultural em que o mesmo se formou, num enquadramento geográfico, que tendo em linha de conta Castela, de onde era natural, se tornou forçosamente extensível à Europa Cristã.

Colocou-se-nos, a par da limitação geográfica desta abordagem, a questão cronológica, que entendemos ser metodologicamente necessária, pelo que circunscrita aos séculos XII e XIII, numa perspectiva, desde o nascimento de Domingos de Gusmão à fundação da Ordem dos Pregadores, constituindo-se como factores determinantes.

Permitiu-nos a metodologia adoptada, uma clara percepção de que o percurso de Domingos se realizara em duas etapas, uma primeira, correspondente ao final do século XII, reservada à formação intelectual, a qual lhe permitiu os conhecimentos necessários ao desempenho exemplar das suas acções futuras, transmitindo a sua importância aos primeiros dominicanos, como fica patente no Capitulo Provincial, realizado em 1288, na Provença, onde se afirma serem os livros as armas de luta dos frades pregadores.⁵⁰

Um segundo momento, tem início no século XIII e prende-se com um conjunto de vivências práticas, resultantes das novas realidades no seio da cristandade. A componente teórica e prática, no

⁵⁰ Cf. Frei Raul de Almeida ROLO, *A Formação e Vida Intelectual de D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, Porto, Movimento Bartolomeano, 1977, p. 132.

percurso de Domingos de Gusmão, encontram-se plenamente articuladas, tanto quanto o sucesso da pregação depende de um sólido conhecimento da sua doutrina.

Oriundo de família titular, Domingos era filho de Felix de Gusmão, descendente em linha directa de D. Álvaro Pires de Gusmão, um exímio guerreiro na luta contra os mouros e, notável em todo o território castelhano. Contraiu matrimónio Félix de Gusmão com D. Joana d'Aça, centrando-se Domingos de Gusmão entre a descendência havida.

O processo de gravidez de D. Joana d'Aça, do qual nasceria Domingos, mostrou-se, desde logo, singular, nomeadamente, a quando de uma sua deslocação ao Convento de S. Domingos de Silos, pertença dos religiosos de S. Bento, com o propósito de encomendar a Deus o filho que esperava, por intermédio de S. Domingos, que fora abade no referido convento. No decorrer das suas orações, feitas na proximidade das relíquias do referido santo, o mesmo surge como mensageiro de Deus, comunicando-lhe que daria ao mundo um filho bastante valioso. Mais tarde, D. Joana d'Aça sonha com um cão com uma tocha acesa, atravessada na boca, causando-lhe algum receio, devido à aparente contradição com a boa nova tida anteriormente.⁵¹

Tais episódios, descritos com maior pormenorização na obra de frei Luís de Sousa, relacionam-se com aspectos tão simples como a origem do seu nome, Domingos, para além, de reunirem informações, através das quais, nos é permitido um conhecimento da formação e origem de alguns elementos iconográficos da posterior figuração de S. Domingos de Gusmão.

Após o seu nascimento em 1170, em Caleruega, Burgos, os indicadores da sua santidade vão-se revelando, como sucedera com o sacerdote no decorrer do seu baptismo, que observa na testa de Domingos uma brilhante estrela, sinónimo de salvação, segundo as palavras do conhecido cronista da ordem dominicana.⁵²

A sua formação, inicia-se na Igreja de Guimel de Yçan, onde seu tio era arcediogo, permitindo-lhe um primeiro contacto com as letras, paralelamente a uma aprendizagem do serviço litúrgico. Com catorze anos desenvolve os estudos superiores em Palência, num centro de Estudos Gerais de conceituada reputação pelo seu elevado número de alunos, quer pela competência dos seus

⁵¹ Cf. Frei Luís de SOUSA, *Primeira Parte da História de S. Domingos*, Lisboa, Impresso no Convento de S. Domingos de Benfica, 1623, fl. 2 v.

⁵² Cf. Frei Luís de SOUSA, *op. cit.*, fl. 3.

mestres.⁵³ Coursou Artes Liberais mas, sobretudo, teologia, que o faz destacar-se pela sua facilidade na assimilação das diversas matérias, facto que chega ao conhecimento de D. Diogo de Azebes, bispo de Osma, que o convida a entrar para a comunidade de clausura sob a regra de Santo Agostinho, criada por si, possibilitando aos seus cónegos a transição de seculares para cónegos regulares.⁵⁴

Após a aceitação e, consequente entrada para a comunidade, Domingos consegue uma rápida ascensão eclesiástica, ao assumir o cargo de mestre e, posteriormente, a convite do bispo, o lugar de superior da Sé, sendo neste período, que ganha a primeira consciência da importância da pregação, a qual desempenha com bastante sucesso.⁵⁵

A Península Ibérica no início do século XIII, caracteriza-se pela existência de cinco reinos ibéricos (Aragão, Castela, Leão, Navarra e Portugal) independentes, mas com claras diferenças hierárquicas. Contudo, impunha-se uma pacificação entre estes mesmos reinos, capaz de gerar um ambiente propício e eficaz, na luta contra o islamismo⁵⁶, numa altura em Portugal vinha caminhando desde o século XII para uma consolidação cada vez mais forte, devido à capacidade conquistadora e estratégia política dos seus monarcas.

A vitória na Batalha de Navas de Tolosa, no ano de 1212, contou com a participação dos exércitos de todos os monarcas cristãos da Ibéria, permitindo conter a ofensiva árabe, a qual se encontrava circunscrita ao reino de Granada no decorrer da segunda metade do século XIII, depois da perda de Córdoba e Sevilha nos anos de 1230 e 1248, respectivamente.⁵⁷

Por outro lado, Castela vinha-se afirmando no aspecto político, religioso, cultural e social, detendo uma importância singular face à restante Espanha Cristã, consolidando-se, definitivamente, com a sua união ao reino de Leão, no ano de 1230. Consequentemente, e tomando como base o estudo de D. Demetrio de Mansilla, sabemos que desde o renascimento religioso de Castela no século X, o território castelhano passa a deter uma significativa presença de Ordens religiosas, inicialmente beneditinos, seguindo-se, com o avanço da reconquista para Sul e, a concretização da abertura de

⁵³ Frei Pedro FERRANDO, O. P, *Legenda de S. Domingos*, n.º 3, (Coleção Fontes Dominicanas), Fátima, Edição do Secretariado Provincial, 1988, p. 10.

⁵⁴ Cf. Frei Luís de SOUSA, *op. cit.*, fl. 4; Ver também Georges LIVET, Roland MOUSNIER, (Dir. de), *História Geral da Europa*, Vol. I, Nem Martins, Europa-América, 1986, p. 476.

⁵⁵ Cf. Frei Luís de SOUSA, *op. cit.*, p. 4.

⁵⁶ Cf. Demetrio de MANSILLA, “Situaciones Política Religiosa de la Península Ibérica (1215-1220)” in *Actas do II Encontro sobre a História Dominicana*, Tomo I, Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português, 1984, p. 47. p. 47.

⁵⁷ Cf. Georges LIVET, Roland MOUSNIER, *op. cit.*, p. 446.

Castela à Europa, as ordens de Cluny e Cister. A par das ordens regulares, Castela recebe ainda influências ao nível do clero secular, onde diversos prelados e clérigos franceses desempenharam relevantes cargos eclesiásticos, para além, de um significativo número de indivíduos, provenientes de toda a Europa, que ali se instalaram para o exercício de diversos ofícios.⁵⁸

A Ordem de Cister presente em território castelhano desde da primeira metade do século XII, encontra em Afonso VII de Castela, o seu grande patrocinador e, mesmo a ordem dos Premonstratenses, fundada por S. Norberto, ainda que não tenha assumido a importância de Cluny e Cister, esteve igualmente presente na formação de Domingos, já que existia, à semelhança das anteriores, na proximidade de Caleruega, de onde era originário.⁵⁹

A presença destas ordens no percurso de Domingos, não deixou certamente de condicionar o seu percurso, sobretudo, tendo em conta, o seu período de formação e, o facto das ordens de Cister e Cluny continuarem a manter a supremacia no comando da Cristandade no decorrer do século XII, iniciando um decréscimo em finais do século XIII, com o sucesso conseguido posteriormente, pelas duas principais ordens mendicantes.

Paralelamente à questão da influência monástica, permanece o predomínio do mundo rural sob o urbano, justificando a predominância das referidas ordens regulares,⁶⁰ todavia, em meados do século XIII, produz-se na Europa um movimento sócio-económico, para as quais as ordens mendicantes são as primeiras a ter a sensibilidade necessária, para a abertura à nova realidade urbanística.⁶¹

Se a importância de Castela, como tivemos oportunidade de verificar, foi determinante na formação de Domingos de Gusmão numa primeira fase, torna-se igualmente esclarecedor, em nossa opinião, da importância que determinadas realidades que foram marcando a cristandade, detiveram na sua contínua formação humana e, naturalmente, na própria organização da futura Ordem dos Pregadores.

Considerando a afirmação da Europa Cristiana no decorrer do século XII, verificamos a importância que as peregrinações assumem na vida cristã, destacando-se, naturalmente, Santiago de

⁵⁸ Cf. Demetrio de MANSILLA, *op. cit.*, Tomo I, p. 42.

⁵⁹ Cf. Demetrio de MANSILLA, *op. cit.*, Tomo II, p. 43.

⁶⁰ Cf. Jacques le GOFF, *A Civilização do Ocidente Medieval*, Vol. I, Lisboa, Estampa, 1983, pp. 106.

⁶¹ Cf. Andrea DUÉ, (dir. de), *Atlas Histórico do Cristianismo*, São Paulo, Editora Santuário, 1999, p. 154.

Compostela, Roma e Jerusalém, realidade que estaria na origem das diversas cruzadas, realizadas na sua maioria no decorrer deste mesmo século, transitando, ainda assim, para o século seguinte, até ao fim definitivo dos Estados Latinos do Oriente, com a perda de Tripoli em 1289.⁶² A cruzada representava para os monarcas envolvidos na sua direcção, um acréscimo das suas condições de dirigentes da cristandade, mas também, um aumento significativo das próprias economias, devido ao saque praticado no decorrer das diversas guerras santas. Para os cruzados que participassem nestas missões, o papa concedia indulgências, para além, do benefício directo que tinham no colectivo espiritual.⁶³

Deste modo, ficava patente a existência de uma unidade colectiva, capaz de recrutar reis e povos, o que expressava o espírito religioso existente no Ocidente, ao mesmo tempo que permitia à Igreja o seu fortalecimento. Acresce em grande medida a esta situação a Reforma Gregoriana e a soberania papal sobre o clero e, dos bispos em particular.⁶⁴

No decorrer do século XIII, o envolvimento dos poderes laicos em causas religiosas, a participação dos homens na instituição Igreja, através das confrarias, das ordens laicas, ou outras comunidades, tornavam-se factores, por excelência, na determinação das atitudes e da própria cultura europeia.⁶⁵ A questão cultural, ganha ainda uma maior importância, com a ocorrência das universidades, amplamente estimuladas pela Igreja, instituição atenta, às elevadas exigências de instrução das novas sociedades.⁶⁶

Pese embora toda esta coesão do mundo cristão, fundamental no fortalecimento institucional da Igreja, esta, atravessava algumas dificuldades, com o aparecimento de movimentos de grupos de cristãos heterodoxos, de onde se salienta os Cátaros ou Albigenses, activos no sul de França. Vistas

⁶² Cf. Georges TATE, “Os Estados Latinos do Oriente Impõem a sua Força”, in AAVV, *As Cruzadas (1096-1270)*, Cascais, Pregaminho, 2000, pp. 90-04.

⁶³ Cf. Andrea DUÉ, (dir. de), *op. cit.*, p. 154.

⁶⁴ Cf. Georges LIVET, Roland MOUSNIER, *op. cit.*, p. 446.

⁶⁵ Cf. *Idem*, p. 482.

⁶⁶ Cf. Francisco da Gama CAEIRO, “Os Primórdios dos Frades Pregadores em Portugal. Enquadramento histórico-cultural”, in *Actas do II Encontro Sobre a História Dominicana*, Tomo I, Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português, 1984, p. 163. O movimento das universidades, iniciou-se ainda no decorrer do século XII, com a existência de centros escolares de grande actividade, criados na proximidade das catedrais e colegiadas. As primeiras medidas tomadas neste sentido, couberam a Alexandre III, quando no III Concílio de Latrão, promulgou uma constituição, onde ficava estabelecido que cada catedral fosse detentora de um mestre para o ensino gratuito, assim como, cabia às catedrais a concessão de licença de ensino a todos os que se mostrassem dignos. A instrução de uma sociedade urbana, em permanente crescimento, obrigava a maiores exigências neste domínio, o que justifica a passagem dos centros escolares para universidades, com maior capacidade de resposta ao crescente número de interessados. Universidades como a de Paris, Bolonha, Oxford, Salamanca ou mesmo Coimbra, constituíam alguns dos centros de dinâmica cultural da Europa do século XIII, onde a teologia era o principal objectivo do ensino. Sobre este assunto consultar Georges LIVET, Roland MOUSNIER, *op. cit.*, p. 489.

como estruturas heréticas, os Cátaros constituíam neste período uma séria preocupação para a Igreja, tanto quanto se alastravam territorial e socialmente, demonstrando o estado espiritual europeu.⁶⁷ Seria neste contexto de luta contra os hereges de Albi, segundo nos diz frei Luís de Sousa, que se inicia a bula de cruzada enviada pelo papa Inocêncio III aos monarcas e príncipes cristãos.⁶⁸

Consciente das tensões internas e externas e, no incómodo provocado pelas mesmas, a Igreja sente necessidade de uma renovação evangélica, de que o IV Concílio de Latrão, realizado no ano de 1215, é disso exemplo. A decadência disciplinar do clero e a difusão da heterodoxia e, por outro lado, num plano de pressão externa, o insucesso da cruzada, com o cerco do infiel no Médio Oriente e no Norte de África, estas constituíam as razões motoras que justificavam a realização deste concílio, que surge como um renascer da própria Igreja, que se pretende purificada, liberta de benefícios e grandes ambições.

Paralelamente a toda esta realidade, outros factores vão contribuir para uma maior consistência europeia, nomeadamente, o desenvolvimento económico, bastante expressivo no decorrer do século XII, mas sobretudo, no século seguinte, segundo a opinião de Georges Livet e Roland Mousnier, para quem este desenvolvimento seria responsável por uma expansão demográfica, por um crescimento da produção agrícola, por um progresso das técnicas comerciais e da circulação de dinheiro, que no seu conjunto, serviram de incentivo à forte expansão urbana, ao dinamismo económico e à riqueza e, por isso, culminando numa coesão material do próprio Ocidente.⁶⁹

Todas estas alterações empreendidas na Europa Cristiana, causa e consequência de uma alteração do estar do Homem e da própria Igreja, torna-se igualmente perceptível no campo artístico, onde assistimos à implementação de um novo estilo, mais de acordo com as novas filosofias vigentes. O estilo Românico vê-se assim ultrapassado, em detrimento do Gótico, que passa a assumir uma

⁶⁷ Cf. Francisco da Gama CAEIRO, *op. cit.*, p. 163.

⁶⁸ Cf. Frei Luís de SOUSA, *op. cit.*, fl. 6. Segundo o mesmo autor nos dá a conhecer, teria sido o envio por parte do pontífice, Pedro de Castronovo da Ordem de Cister, a Tolosa e, após uma falhada tentativa com alguns membros da nobreza, apoiantes do movimento herege e, a consequente excomunhão do conde de Tolosa, que levaria à sua morte, que acabaria por desencadear a cruzada contra os Albigenses e, consequentemente, o aparecimento do Tribunal do Santo Ofício contra a heresia, com o intuito de averiguar os arrependidos e os obstinados.

⁶⁹ Cf. Georges LIVET, Roland MOUSNIER, *op. cit.*, pp. 463, 469 e 470. Interessa salientar deste conjunto de factores, a verdadeira importância da expansão comercial, sobretudo tendo em conta a facilidade de circulação que o Homem medieval passou a deter, permitindo uma efectiva proximidade das regiões, através dos produtos e dos mercadores, mas também, de uma diversidade de condições sociais, que se fazia acompanhar de diferentes costumes, línguas e etnias, divulgando ideias, imagens e culturas.

preponderância no espaço urbano europeu, nomeadamente, através das catedrais, com excepção de Portugal, onde o gótico se torna mais expressivo através das ordens mendicantes.

É neste cenário europeu de início do século XIII, que Domingos de Gusmão parte com D. Diogo de Acebes, bispo de Osma, numa embaixada de D. Afonso VIII de Castela,⁷⁰ tendo oportunidade de travar conhecimento, em França, com os heréticos albigenses.⁷¹ Por sugestão de Inocêncio III, Domingos de Gusmão e o seu bispo iniciam a missão de conversão dos cátaros, com a ajuda de dez abades da Ordem de Cister, distanciando-se dos métodos vigentes, que visavam o enquadramento das populações através da colocação, no seio destas, de padres fiéis à Igreja, optando antes, por um contacto mais directo com as populações, por via da pregação e da discussão com os preceptores da heresia, numa tentativa em demonstrar os seus erros.⁷²

Esta missão constituiu um verdadeiro sucesso para Domingos, quer pela lição dela retirada quanto aos líderes albigenses - que os definia como homens bastante instruídos, conhecedores das Escrituras e detentores de uma enorme capacidade de pregação - quer pelo exemplo de pobreza praticada por Domingos e imposta ao seu bispo e abades, como resposta aos excessos de que a Igreja era acusada por estes movimentos heterodoxos. Esta missão deteve ainda a importância pela revelação de toda a virtude de S. Domingos⁷³, a qual viria a influenciar, mais tarde, a ordem de que foi fundador.

O sucesso desta missão, media-se pela conversão de hereges e neste sentido devemos salientar um conjunto de mulheres albigenses, convertidas por Domingos de Gusmão e reunidas em comunidade em Prouille (Fangeaus, França), numa igreja oferecida pelo bispo de Tolosa, para recolhimento de

⁷⁰ Esta embaixada tinha por objectivo o casamento do filho de Afonso VIII com uma princesa dinamarquesa, encarregando o dito monarca D. Diogo de Acebes na qualidade de negociador, fazendo-se este último acompanhar por Domingos de Gusmão, decorria então o ano de 1203. Seria por esta ocasião, ao atravessar Languedoc em direcção à Alemanha, que toma contacto com a realidade herege dos albigenses. Ver LACORDAIRE, *A Vida de S. Domingos*, (Capítulo III), 2.ª edição, Lisboa, Tipografia Inglesa, 1925, p. 25 (1.ª edição, 1907).

⁷¹ Os heréticos Albigenses, adeptos do catarismo, manifestaram-se sobretudo no século XII e XIII, constituindo esta, uma das principais heresias da Idade Média, sendo a sua geografia apontada a Languedoc (Sul de França), na Itália do Norte e nos Balcãs, embora nesta última de forma levemente diferente. O catarismo ou albigismo, como também é designado, acusavam a Igreja Católica de ter traído a verdadeira doutrina dos Apóstolos, pelo que se proclamavam os verdadeiros cristãos, pese embora, a divergência da doutrina monoteísta cristã tradicional, ao assumirem a existência de dois deuses: o do bem e o do mal. Foi como forma de combater estes hereges que se realiza a cruzada no ano de 1209, a qual haveria de deixar marcas e ressentimentos gravosos. Ainda assim, segundo Emmanuel Ladurie, verifica-se já no decorrer do século XIV, um ressurgimento dos cátaros na aldeia de Montcellou, um dos principais centros situado nas montanhas de Haute-Ariège. Para desenvolvimento do catarismo consultar Emmanuel de Roy LADURIE, *Montcellou. Cátaros e Católicos numa Aldeia Francesa (1294-1324)*, Lisboa, Edições 70, 1984, pp. 10-11 (1.ª edição, 1975).

⁷² Cf. Frei Luís de SOUSA, *op. cit.*, fl. 5 e Georges LIVET, Roland MOUSNIER, *op. cit.*, p. 477.

⁷³ Henri Dominique LACORDAIRE, *A Vida de S. Domingos*, (Capítulo VI), 2.ª Edição, Lisboa Tipografia Inglesa, 1925, p. 76 (1.ª edição, 1907).

Domingos, passando esta a constituir a primeira fundação dominicana. Com a partida de D. Diogo de Acebes e dos abades de Cister, Domingos continua a sua missão com a humildade que lhe era característica pelo tempo de oito anos, durante os quais conseguiu reunir alguns companheiros que o auxiliavam no exercício da pregação e, mais tarde, no seu desempenho no Tribunal do Santo Ofício.⁷⁴

Com o início da cruzada contra os cátaros, Domingos de Gusmão deveria integrá-la, conforme sugestão do rei de França ao conde Simão de Monfort, porém, optou por não entrar em contradição com a sua atitude pacificadora, para além, de se tornar necessário e importante a coexistência dos exércitos juntamente com a questão evangélica, como realça Lacordaire.⁷⁵ Frei Domingos achava que o valor das armas não podia ter apenas a função destruidora, mas também, uma função construtiva, conforme fez saber ao legado apostólico que acompanhava o exército. O conhecimento por parte do papa da postura de Domingos, influenciou a decisão papal na criação do Tribunal do Santo Ofício, para averiguar e distinguir os arrependidos dos mais inflexíveis, tornando-se Domingos de Gusmão o responsável máximo deste recém-criado instituto, ao lhe ser atribuído o lugar de Inquisidor Geral.⁷⁶

A realidade herética, tão vivenciada pela sua pessoa e a existência dos seus seguidores, atribuía um carácter de urgência à sua ideia de criar uma Ordem, que fosse ao mesmo tempo um seminário em permanência, para pessoas determinadas a defender a verdadeira doutrina cristã e a combater a heresia. O primeiro passo residiu no reconhecimento por parte do bispo de Tolosa, que os constitui como pregadores apostólicos no seu território diocesano, reconhecimento que na prática se traduzia em grandes ajudas recebidas da parte do mencionado bispo e do conde de Monfort.⁷⁷

Paralelamente, a cristandade recebia a convocatória de Inocêncio III, para o IV Concílio de Latrão, na qual Domingos de Gusmão estaria presente, como acompanhante do bispo de Tolosa, aproveitando a ocasião para pedir a confirmação da sua comunidade de pregadores. Segundo a constituição 13, saída deste concílio, estavam proibidas todas as fundações de novas religiões, dado

⁷⁴ Cf. Georges LIVET, Roland MOUSNIER, *op. cit.*, p. 477 e Frei Luís de SOUSA, *op. cit.*, fl. 6.

⁷⁵ Henri Dominique LACORDAIRE, *op. cit.*, p. 77.

⁷⁶ Cf. Frei Luís de SOUSA, *op. cit.*, fl. 7 v.

⁷⁷ Cf. Frei Luís de SOUSA, *op. cit.*, fl. 15 v – 16.

poderem provocar a confusão no seio da Igreja, excepção feita às que escolhessem uma regra já existente, optando Domingos de Gusmão pela regra de Santo Agostinho.⁷⁸

Juntamente à escolha da regra, frei Domingos e seus companheiros compõem os estatutos de forma a complementar a mesma, ou seja, a primeira parte das constituições mantinha-se tal como na Ordem, sendo adoptadas as constituições dos Premonstratenses que regulamentava a vida religiosa.⁷⁹ Deste modo, Honório III, através da bula de confirmação - *Religiosam vitam* - concede a regra a Domingos de Gusmão, como uma congregação cónegos regrantes e, a 21 de Janeiro do ano seguinte o mesmo pontífice emite uma bula na qual reconhece a novidade implícita no pensamento de frei Domingos, aprovando a fundação da Ordem dos Pregadores.⁸⁰

Cumpria-se deste modo o desejo de frei Domingos de Gusmão, de aplicar à ordem por si fundada, o vasto conhecimento acumulado ao longo do seu percurso. É neste sentido que compreendemos que a difusão da fé católica, em sua opinião, deveria ser feita junto dos pagãos e dos hereges e, só depois junto dos cristãos. A pregação era a arma eficaz na propagação desse ideal, não só em Tolosa, mas no contexto geral europeu, tão mais urgente, quanto claro se tornavam as insuficiências do clero secular, alheado dessa missão, pelas obrigações do culto e responsabilidades administrativas.⁸¹

A experiência obtida na sua missão junto dos cátaros de Albi, permitiam-lhe concluir, que a pregação deveria ser exercida com base num elevado conhecimento da doutrina cristã, pelo que determinou, inicialmente, que os frades dominicanos deveriam prosseguir estudos, tornando-se o

⁷⁸ Cf. Francisco da Gama CAEIRO, *op. cit.*, p. 163 e Antonio Garcia y GARCIA, “Las Ordenes Mendicantes em el Concilio IV Lateranense de 1215”, in *Actas do II Encontro sobre a História Dominicana*, Tomo I, Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português, 1984, p. 72.

⁷⁹ W. A. HINNEBUSCH, *Breve História da Ordem dos Pregadores*, Porto, Secretariado da Família Dominicana, 1985, p. 20.

⁸⁰ W. A. HINNEBUSCH, *op. cit.*, p. 21. Segundo nos diz o mesmo autor a acção de pregar associada a um Ordem Religiosas constituía uma total novidade, tanto quanto, passava a integrar no seio da sua vivência religiosa, uma obrigação até então, da total responsabilidade do Bispo, enquanto único pregador da palavra de Deus. Apesar de tal novidade ter causado alguma tensão entre os prelados europeus e a Ordem, sobretudo, num primeiro momento, onde na sua maioria os bispos não olhavam para os frades Pregadores como um conjunto de religiosos instruídos e devidamente preparados, capazes de prestarem auxilio no dever da pregação. A dificuldade nas relações chega a ser levado ao Concílio de Latrão, que solicita aos bispos que recorressem aos frades pregadores, com o intuito de combater a necessidade que se fazia sentir desde algum tempo na Igreja (já a Reforma Gregoriana, realizada na segunda metade do século XII, tinha como objectivo, entre outros o fim de um clero desprovido de zelo e que raramente se dedicava à pregação) de uma pregação disciplinada e competente, nomeadamente, nas vilas e cidades. Posteriormente, ainda que outras Ordens passassem a adoptar a pregação, esta missão reveste-se de um carácter especial na Ordem fundada por Domingos de Gusmão.

⁸¹ Cf. Georges LIVET, Roland MOUSNIER, *op. cit.*, pp. 477-478.

ensino uma importante função da ordem de S. Domingos.⁸² O ideal de pobreza defendido por frei Domingos e, imposto aos seus seguidores, passava por não possuírem bens próprios devendo a sua existência assentar na esmola e na caridade, como exemplo de vida a seguir. Por outro lado, a incidência das comunidades dominicanas em meios urbanos impunha o cumprimento do voto de pobreza, não só pela diversidade de populações existentes como por ser nos centros urbanos que se encontravam os mais críticos à posse de riqueza.⁸³

A propagação da ordem de frei Domingos de Gusmão pela Europa, fez-se imediatamente a seguir à confirmação da regra por Honório III, no ano de 1216, já que no ano seguinte, entra em Portugal Frei Soeiro Gomes, companheiro de frei Domingos e primeiro provincial da ordem na Península Ibérica.⁸⁴ Só em 1218 se dá início à vida monástica dominicana em território português, com a fundação do convento da Serra de Montejunto, ao qual se seguiram, ainda no decorrer da primeira metade do século XIII, o convento de Santarém (1225), Coimbra (1227), Porto (1239), Lisboa (1242), iniciando-se a segunda metade do referido século, com a fundação do Convento de Nossa Senhora dos Mártires na cidade de Elvas, no ano de 1267.⁸⁵

Frei Domingos de Gusmão, prosseguiu para Roma, onde se encontrava em finais de Outubro de 1212. Os pedidos de ingresso na Ordem dominicana surgiam em grande número, o que levou Honório III a conceder a igreja de S. Sisto ao fundador da Ordem, onde se funda um convento de religiosas de clausura. Frei Domingos envia ainda alguns companheiros a Bolonha para pregarem e estudarem, mas também, a Milão, Como e Bergamo, permanecendo, ainda assim, uma centena de outros companheiros em Roma.⁸⁶

No decorrer desta sua permanência em Roma, ocorrem os dois primeiros milagres atribuídos a Domingos de Gusmão, porém, é o episódio ocorrido com Reinaldo, um famoso letrado em ambos os Direitos, Deão da Sé de Orhés e leitor da Universidade de Paris, que nos retém, pela importância que nos revela quanto à escolha do hábito da ordem dominicana. Tendo em vista a sua salvação, Reinaldo promete abandonar todas as honras e vestir o hábito da ordem, todavia, a degradação da

⁸² Cf. *Idem*.

⁸³ Cf. Georges LIVET, Roland MOUSNIER, *op. cit.*, p. 478.

⁸⁴ Cf. Francisco da Gama CAEIRO, *op. cit.*, p. 163 e António Garcia y GARCIA, *op. cit.*, pp. 162-163 e 166.

⁸⁵ Cf. João Baptista CASTRO, *op. cit.*, p. 100. A ordem de S. Domingos em Portugal, apresenta como período devocional por excelência, na generalidade da população, quer junto dos membros da casa real, no decorrer dos séculos XIV e XV, obtendo por essa via uma especial protecção, que lhe conferia uma supremacia face às restantes ordens. Para maior desenvolvimento desta temática, consultar Teresa Leonor M. VALE, *O Convento de S. Domingos de Benfica. D. João de Castro e o Instituto Militar dos Pupilos do Exército*, Lisboa, Edições IMPE, 1996, p. 14.

⁸⁶ Cf. Frei Luís de SOUSA, *op. cit.*, fl. 27-27 v.

sua saúde e, a percepção de frei Domingos de que tal perca representava para as letras e virtudes da Ordem, leva ao pedido de intervenção da Virgem Mãe e, ao aparecimento da mesma junto de Reinaldo, a quem devolve a saúde, mostrando-lhe em contrapartida um hábito e escapulário branco, o mesmo que deveria vestir, tal como, deveria ser adoptado pela ordem fundada por frei Domingos.⁸⁷

No ano de 1220 celebrou-se o primeiro capítulo geral da Ordem em Bolonha, na presença de frei Domingos. Constituíam-se este capítulo de extrema importância, por ser o primeiro de toda a Ordem dominicana, mas também, pela própria definição como autoridade máxima executiva, legislativa e judiciária da Ordem dos Pregadores. Resultava desta assembleia as primeiras constituições definidoras dos temas centrais da comunidade dominicana, a saber: observância, pobreza, estudo e pregação.⁸⁸ Determinou ainda as visitas e organização dos conventos, o processo dos Capítulos Gerais e, foram lançadas as bases para a fundação de escolas da Ordem.⁸⁹

Frei Domingos de Gusmão recolhe-se em Bolonha, onde viria a falecer no ano de 1221, sendo sepultado no coro da igreja do convento de S. Nicolau e, mais tarde trasladado para um túmulo mais condigno na mesma igreja, pertença da Ordem. Para além da fundação da Ordem, frei Domingos de Gusmão deixara a mesma organizada em oito províncias⁹⁰, mais de vinte fundações

⁸⁷ Cf. Frei Luís de SOUSA, *op. cit.*, fl. 28-28 v.

⁸⁸ Cf. Frei Raul de Almeida ROLO, “Figura Institucional de um Convento Dominicano”, in *Actas do III Encontro sobre a História Dominicana*, Tomo I, Porto, Arquivo Histórico Dominicano, 1991, p. 77.

⁸⁹ Cf. W. A. HINNEBUSCH, *op. cit.*, p. 25.

⁹⁰ Das oito Províncias Dominicanas existentes à data da morte do fundador, não constava a de Portugal, que só viria a ser fundada e confirmada por Martinho V a 5 de Fevereiro de 1418. Cf. Frei Miguel Martins dos SANTOS, *Catalogo: Província Portuguesa da Ordem de S. Domingos*, Lisboa, Imprimatur, 1998, p. 7.

conventuais e, um número aproximado de trezentos frades na totalidade.⁹¹ Seria canonizado no pontificado de Gregório IX, em 3 de Julho de 1234.⁹²

2.2. O reinado de D. Afonso III

A necessidade de um sub-capítulo alusivo ao monarca D. Afonso III, resulta da necessidade da aproximação ao convento de S. Domingos de Elvas, tanto mais, quanto se trata do seu fundador. Julgamos, enquanto tal, necessária uma análise do seu reinado, onde privilegiámos a sua relação com a instituição Igreja, nem sempre pacífica, como teremos oportunidade de ver adiante.

Após uma prolongada estadia em França (1227-1246), na corte de Luís IX, onde se forma culturalmente e adquire uma larga experiência no domínio dos negócios públicos,⁹³ D. Afonso é chamado a substituir seu irmão segundo, D. Sancho II, por decreto de Inocêncio IV, passado em Leão, França, a 9 de Agosto de 1245. Como nos refere Frei António Brandão, na sua obra *Monarquia Lusitana*, entre as razões apontadas e que «*moverão ao Papa a fazer um extremo tão grande, como foi excluir a hum Rey do governo, & administração do seu Reyno.*», constam, sobretudo, ataques ao poder eclesiástico, erros na administração da justiça, guerras civis e, descuido na defesa das terras conquistadas.⁹⁴

⁹¹ Cf. Frei Raul de Almeida ROLO, “Figura Institucional de um Convento Dominicano”, *op. cit.*, p. 76. A primazia alcançada pela Ordem dos Pregadores, no conjunto das restantes ordens existentes na Cristandade, foi notória em diversos campos, devendo-se esse mesmo sucesso à aceitação que desde logo tiveram junto das populações, contrariando as dificuldades iniciais levantadas por algumas secções da sociedade, nomeadamente, por parte dos prelados, como comprova a *Colecção Especial: Bulas*, existente no ANTT, sobretudo, no decorrer da segunda metade do século XIII. O rol de bulas emitidas neste período, a respeito da Ordem de S. Domingos, é bastante clarificador das dificuldades encontradas pela Ordem dos Pregadores na sua implementação nos centros urbanos, nesse sentido, uma das bulas, datada de 30 de Março de 1257 e escrita de Latrão, ordena para que os bispos, arcebispos e Patriarcas proibam e censurem os mestres, os doutores e todos os que acusarem publicamente a Ordem dos Pregadores de serem pobres e não ganharem o seu sustento (Cx. n.º 103). Igualmente esclarecedora é a bula passada por Clemente IV e, escrita de Perugia a 9 de Maio de 1265, onde se aplica a excomunhão a todos os que danificarem ou violarem, de qualquer modo, os conventos ou igrejas da Ordem (Cx. 3, n.º 67); do mesmo Papa e, passada no mesmo ano, o privilegio concedido aos Pregadores para que exerçam o culto nas dioceses vacantes, em que os bispos os tenham autorizado anteriormente (Cx. 3, n.º 72). Por bula de 1265, proíbe-se a construção de qualquer igreja ou mosteiro, nas proximidades dos da Ordem de S. Domingos, numa extensão de trezentas varas de oito palmos cada uma (Cx. n.º 103).

⁹² Cf. AAVV, *Dicionário Cultural do Cristianismo*, Lisboa, Dom Quixote, 1994, p. 107 e Frei Constantino de ORVIETO, O.P., *Legenda de S. Domingos*, n.º 4, (Colecção Fontes Dominicanas), Fátima, 1988, p. 49.

⁹³ Cf. Rui d’Abreu TORRES, *D. Afonso III*, in Joel SERÃO, (Dir. de), *Dicionário da História de Portugal*, Vol. I, 2.ª Edição, Porto, Iniciativas Editoriais, 1979, p. 40 (1.ª edição, 1963).

⁹⁴ Cf. Frei António BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, Vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008, fl. 155. A resolução do Sumo Pontífice, teve em conta a proposta apresentada por ocasião do Concílio de Leão, por parte de alguns prelados e pessoas nobres de Portugal, presentes no mencionado concílio. A preocupação demonstrada pelas ofensas cometidas pelos privados de D. Sancho II, devidamente comprovadas por diversos testemunhos e cartas, retirava qualquer esperança numa mudança por parte do monarca, considerando, por unanimidade, dever-se entregar o governo do reino a D. Afonso, conde de Bolonha. Acrescia ainda a boa vontade cristã demonstrada pelo conde de

É face a este cenário de forte tensão vivido em Portugal e, numa esperança depositada em D. Afonso, que este, se desloca a Paris a pedido do Sumo Pontífice, para na presença do Arcebispo de Braga e de outros senhores, prestar juramento de como iria administrar com justiça o governo do reino de Portugal.⁹⁵ Precavendo-se de possíveis distúrbios que esta decisão podia suscitar junto de alguns portugueses, ordenou o papa obediência da parte de todos os moradores ao infante D. Afonso, dando poderes ao arcebispo de Braga e bispo de Coimbra para obrigar com tensuras qualquer opositor.⁹⁶

A transição do governo do reino, não se faria sem natural oposição de D. Sancho II, que recorre a Castela para reunir uma força militar capaz de fazer frente a seu irmão. D. Fernando concede a seu primo um número significativo de tropas, sendo nomeados para capitães alguns da principal nobreza do reino de Castela e Leão, demonstrando assim, o apoio a seu primo, herdeiro legítimo do reino de Portugal.⁹⁷ Por sua vez, D. Afonso, reúne a resistência necessária ao sucesso desta campanha, demonstrando, desde logo, uma hábil capacidade estratégica, à qual recorre por diversas vezes no decorrer do seu reinado, nomeadamente, na luta que trava com o prelado português e, consequentemente com a Igreja romana.

D. Sancho II, encontrava-se já em solo português, acompanhado pelo exército castelhano, sendo advertido pelo infante D. Afonso que não podia, nas circunstâncias actuais, invocar ao uso das armas, obrigando-o por isso a recorrer ao Sumo Pontífice. Face a tal resolução D. Sancho II, opta

Bolonha, quer na sua pronta participação na cruzada à Terra Santa, a qual não se chegou a concretizar, quer no auxílio que pretendeu dar a seu irmão na luta contra os mouros, chegando mesmo a alcançar do papa indulgências para os seus e para todos os portugueses que o ajudassem, no ano de 1244. Não se chegou a realizar a dita jornada, sendo aconselhado o seu adiamento até se verificar uma pacificação em Portugal.

⁹⁵ O juramento prestado pelo infante D. Afonso de Portugal, ocorrido na cidade de Paris a 8 de Setembro de 1245, apresentava no seu conteúdo os focos de conflito que levava à deposição de seu irmão D. Sancho II. Frei António Brandão, apresenta-nos a transcrição total do documento de juramento, contudo, não é nossa intenção um desenvolvimento tão profundo, mas antes, uma percepção das principais questões nele abordado. Assim, D. Afonso inicia o seu juramento dizendo *«farei que se tirem todos os mãos costumes, e abusos introduzidos por qualquer ocasião, ou por qualquer pessoa em tempo de meu pay e irmão»*, generalidade, a que se segue a questão da justiça, onde debaixo de juramento, diz colocar por todo o reino juízes justos e tementes a Deus, os quais deverão ser eleitos por votos, ou qualquer modo lícito e, depois de eleitos deverão fazer justiça a todos os do seu descrito, segundo Deus e sua consciência, sem qualquer tipo de excepção de pessoas. Relativamente às pessoas e instituições eclesiásticas, afirma defender e amparar, com particular cuidado, mosteiros, lugares pios, clérigos, religiosos, assim como, suas fazendas e possessões, procedendo à restituição dos bens retirados ilicitamente, independentemente de quem tenha sido o usurpador. Ainda quanto às igrejas e mosteiros, promete defender todos os que tenham sido alvo de delitos, ou perdido o direito do padroado, consoante a relação apresentada pelos bispos desses lugares. Prossegue o juramento, com a promessa de cumprir e tratar com justiça o governo e administração do reino e, em todos os negócios que ao governo competir, terá sempre em atenção os conselhos dos prelados. Por fim, e relativamente à sua pessoa, promete não receber colheitas em quantidade de dinheiro certo, nem superiores aos valores recebidos pelo seu avô e, apenas uma vez por ano, assim como, será sempre obediente e devoto à Igreja romana, a qual pretende honrar e exaltar. Cf. Frei António BRANDÃO, *op. cit.*, fl. 158-158 v.

⁹⁶ Cf. Frei António BRANDÃO, *op. cit.*, fl. 157.

⁹⁷ Cf. Frei António BRANDÃO, *op. cit.*, fl. 160.

por se retirar para Castela e «*viver como particular entre os estranhos, que sem a gloria & magestade antiga entre seus vassalos*». ⁹⁸

O infante D. Afonso de Portugal detinha apenas a denominação de administrador e governador do reino, sendo apenas em Janeiro ano de 1248, com a morte de seu irmão e, na ausência de descendência, manda reunir os três estados do reino, para em acto público solene ser jurado e reconhecido rei de Portugal. ⁹⁹

As quezílias com a Igreja, que caracterizam o reinado de D. Afonso III, iniciaram-se logo em finais das décadas de quarenta e início de cinquenta, com D. Julião, bispo do Porto. Os direitos que pagavam as mercadorias que transitavam no Douro e, o local onde as mesmas deveriam desembarcar, constituíram o mote para a primeira desavença, tendo por um lado, Gaia, burgo da coroa e, por outro, o Porto, burgo eclesiástico. Levantado o conflito, o bispo do Porto tenta resistir, organizando motins para demover D. Afonso III, enquanto este último, ocupava militarmente a cidade e exigindo a entrega das chaves da torre e fortalezas; ao mesmo tempo, confiscava as propriedades pertencentes à catedral do Porto. D. Julião via-se deste modo obrigado a claudicar e a efectuar o pagamento de 6.500 libras pelos distúrbios promovidos. ¹⁰⁰

Casado em primeiras núpcias com D. Matilde, condessa de Bolonha, D. Afonso III casa pela segunda vez, em Maio de 1253, com D. Beatriz, filha de Afonso X de Castela. A indignação que tal episódio causa a D. Matilde, ainda viva, leva-a a apelar ao papa Alexandre IV para que tome as medidas necessárias, o qual, ordena ao arcebispo de Santiago de Compostela que transmitisse ao rei de Portugal a urgência da sua presença na Santa Sé, causa essa que foi prorrogada sucessivamente. ¹⁰¹

⁹⁸ Cf. Frei António BRANDÃO, *op. cit.*, fl.162.

⁹⁹ Cf. António Caetano de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I, Lisboa, Edições Quidnovi – Público/ Academia Portuguesa de História, 2007, p. 103 (1.^a edição, 1738) e Rui d'Abreu TORRES, (...), p. 40.

¹⁰⁰ Cf. Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, Vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1968, p. 188.

¹⁰¹ Cf. *Idem*. A questão matrimonial de D. Afonso III e D. Beatriz de Castela, leva Alexandre IV a ordenar a separação, chegando mesmo a incutir procedimentos contra o casal, junto do Arcebispo de Compostela e o bispo de Mondonhedo, conforme nos esclarece Fortunato de Almeida, aproveitando a menoridade da infanta, que os impedia de viverem na plenitude o matrimónio. Para além do pedido feito por D. Matilde e, da questão óbvia de prática de bigamia, o papa condenava igualmente a questão de incesto, já que o casal era primo em quarto grau de consanguinidade. D. Afonso III, vê na morte de D. Matilde, o momento propício para uma resolução definitiva da situação, enviando ao papa os bispos de Lisboa e Coimbra, embora a dispensa apenas chegasse já no mandato de Urbano IV, mais precisamente no ano de 1262. A gravidade de uma separação, colocava em causa a paz com Castela e o bom governo do reino, situação indesejada mesmo pelos prelados, que apelam ao papa a dispensa para que o casal pudesse viver junto, na companhia dos filhos já existentes.

A realização de um segundo matrimónio, tendo em conta as circunstâncias, acrescido da sua contenda com D. Julião, não abonava a favor de D. Afonso III, que começava a perder a sua boa reputação junto dos prelados portugueses, quer junto do Sumo Pontífice. Provavelmente, consciente desse mesmo facto, o monarca aproveita as cortes de Leiria, para habilmente desfazer o conflito com o bispo do Porto, regularizando na presença do representante do mesmo, as condições de admissão das mercadorias que viessem do Alto Douro, ou pela foz do rio, estipulando que uma parte ficasse em Gaia e outra no Porto.

Ainda assim, o bispo não corrobora com tal regulação régia, fundamentando-se na concordata celebrada com D. Sancho II, de que pede confirmação ao papa. D. Afonso III, ainda assim, não cede face aos interesses que detinha em Gaia, chegando mesmo a conceder-lhe foral, o que aproveitou para legitimar o facto de o executor fiscal da coroa em Gaia, passando a exigir do mordomo do prelado do Porto metade dos direitos respectivos às entradas, portagens e trânsitos recebidos no Porto, em troca de metade do que recebia em Gaia.¹⁰²

O agudizar das relações entre o monarca e os prelados portugueses, assume proporções invulgares, quando em 1258 o monarca procede a inquirições, que revelariam significativos abusos por parte do clero, nobres e dos seus próprios oficiais.¹⁰³ Face a um balanço bastante prejudicial à fazenda e ao poder do rei, o monarca procede à elaboração de leis repressivas, desencadeando contestações por parte do clero, de onde se destaca em primeira linha o bispo de Braga, Porto, Coimbra, Guarda, Viseu, Lamego e Évora.¹⁰⁴

O conhecimento da situação portuguesa em Roma, obrigava a uma tomada de posição da parte do monarca português, que revelava grande aptidão em estratégias que envolvessem a imagem do seu governo, como já fizemos notar anteriormente. Nestes termos, D. Afonso III promove uma declaração dos concelhos de Portugal, na qual eram enaltecidos os actos e a administração régia. Note-se igualmente a utilização feita pelo monarca, a quando do anúncio feito por Clemente IV de

¹⁰² Cf. Fortunato de ALMEIDA, *op. cit.*, p. 188.

¹⁰³ Entre os diversos abusos praticados, de que Fortunato de Almeida faz menção, encontramos usurpações da propriedade pública e falsos títulos de isenção, para além, de outros crimes de fraude não especificados pelo autor. Sabemos ainda, ter sido determinado por D. Afonso III, que as propriedades e direitos usurpados fossem reivindicados, independentemente dos seus usurpadores, ao que se somava as leis aprovadas que obrigava os clérigos a responder, nas suas causas, em juízo secular. Com esta tomada de posição, D. Afonso III, declarava abertamente guerra ao poder eclesiástico, que perduraria até ao final do seu reinado. Para aprofundamento desta questão consultar Fortunato de ALMEIDA, *op. cit.*, p. 189 e Frei António BRANDÃO, *op. cit.*, fl. 238.

¹⁰⁴ Cf. Rui d'Abreu TORRES, *D. Afonso III*, in Joel SERÃO, (Dir. de), *op. cit.*, p. 41.

uma cruzada ao Oriente, na qual se alista, conseguindo por essa via suspender qualquer deliberação ou juízo pontifício.¹⁰⁵

A não cedência de qualquer uma das partes, levaria a permanentes queixas dos prelados portugueses junto do papa, com acusações referentes à administração pública e liberdade eclesiástica, ao mesmo tempo, que D. Afonso III através do seu procurador na cúria romana, D. Mateus, bispo de Lisboa, tenta se defender das acusações levantadas contra a sua pessoa. As permanentes denúncias entre os vários prelados e o monarca, sob o juízo de Roma, seria uma constante realidade durante todo o reinado do *Bolonhês*.¹⁰⁶

Em detrimento de toda esta disputa de poderes, que se vinha a arrastar desde praticamente o início do reinado de D. Afonso III, resultava uma acentuada degradação da realidade portuguesa, sobretudo, no tocante à miséria em que se encontravam muitas das igrejas e mosteiros, como sublinha Fortunato de Almeida e, se presume pelas medidas tomadas pelo monarca, entre elas, a desobrigação pelo prazo de um ano, do pagamento por parte dessas casas, das prestações e serviços ordinários aos seus padroeiros, grupo no qual se incluía a coroa. A juntar a estas medidas, a renovação das providências de 1261 pelas quais se opunha às extorsões executadas pelos nobres em diversas igrejas e mosteiros do território português.¹⁰⁷

Do vasto rol de acusações contra D. Afonso III, apresentadas em 1267 a Clemente IV, por inúmeros bispos portugueses, encontramos nas incriminações feitas contra a ordem eclesiástica, uma larga maioria direccionada ao clero secular, sendo o regular, apenas referenciado em algumas passagens, ainda assim, sem qualquer relevância quando comparadas com a gravidade das anteriores.¹⁰⁸

Pese embora, o seu percurso seja clarificador de um profundo e crescente desentendimento com o clero português, criando por vezes uma relação com Roma pouco cordial, D. Afonso III soube sempre contornar as situações mais críticas sem nunca renegar a obediência à Igreja romana, jurada sob os Evangelhos, ainda em Paris. Pelo que respeita à vida religiosa regular e, à Ordem dos Pregadores em particular, desconhecemos qualquer situação mais ambígua, sendo de ressaltar as duas fundações dominicanas ocorridas no período correspondente ao seu reinado, o Convento de

¹⁰⁵ Cf. Fortunato de ALMEIDA, *op. cit.*, pp. 189 e 193.

¹⁰⁶ Cf. *Idem*, p. 194.

¹⁰⁷ Cf. *Ibidem*.

¹⁰⁸ Cf. *Idem*, pp. 190-193.

Nossa Senhora dos Mártires na vila de Elvas, no ano de 1267 e o Convento de Nossa Senhora das Neves em 1271, em Guimarães, de acordo com a obra de João Baptista de Castro.¹⁰⁹

Também Mário Chicó, na sua obra *Arquitectura Gótica em Portugal*, defende o bom acolhimento feito por D. Afonso III às ordens mendicantes, justificando a sua observação com as dimensões da Igreja de S. Domingos de Elvas e a Igreja de Santa Clara de Santarém, quando comparadas com igrejas mendicantes edificadas anteriormente. É de referir os novos territórios conquistados neste reinado, os quais se traduzem numa alteração da estrutura económica e social do país, permitindo a construção de mais igrejas e, eventualmente de maiores proporções, de que são exemplo os casos citados anteriormente.¹¹⁰

Ainda assim não é de estranhar que o seu testamento cause alguma perplexidade pelos «*tantos os legados que deixa às Religiões, as esmolos que manda fazer as Igrejas & lugares sagrados*»¹¹¹, de onde consta o valor de 100 libras deixadas aos dominicanos de Santarém, de Lisboa, de Coimbra, do Porto e, igual valor aos frades dominicanos de Elvas, que os menciona com especial referência, por ser seu fundador.¹¹²

2.3. O Convento de Nossa Senhora dos Mártires

2.3.1. Fundação e história

A presença de religiosos dominicanos em Elvas, remete-nos para a conquista da dita vila por D. Sancho II, no ano de 1229. A este propósito, Aires Varela, na sua obra *Theatro da Antiguidades d'Elvas*, refere-nos a existência de um frade pregador a acompanhar o exército do referido monarca,

¹⁰⁹ Cf. João Baptista de CASTRO, *op. cit.*, p. 100. Ainda referente à Ordem de S. Domingos e no contexto do reinado de D. Afonso III, a obra *Monarquia Lusitana* de Frei António Brandão concede-nos outras informações, nomeadamente, quando recorre aos religiosos de S. Domingos, para conseguirem uma resposta da resolução que pretende dar D. Afonso III, relativamente às acusações que lhe são feitas por parte dos prelados portugueses no âmbito do governo do reino e das liberdades eclesiásticas. Tal atitude é demonstrativa da importância já detida pelos frades pregadores, junto do poder papal.

¹¹⁰ Cf. Mário Tavares CHICÓ, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, 2.^a edição, Lisboa, Edições Horizonte, 1968, pp. 18 e 92-93 (1.^a edição, 1954). Relativamente ao bom acolhimento de D. Afonso III às ordens mendicantes, onde a Ordem franciscana era alvo de maior atenção por parte do referido monarca, em detrimento da Ordem de S. Domingos, que deteve maior preponderância no decorrer do reinado de D. Sancho II. Tal hipótese parece-nos credível, sobretudo, quando analisada as fundações mendicantes ocorridas em ambos os reinados, verificando-se duas fundações franciscanas para quatro dominicanas no reinado de D. Sancho II e, cinco fundações franciscanas para três dominicanas no reinado de D. Afonso III, contemplando estes números edificações, ampliações e reedificações. Para aprofundamento desta temática consultar João Baptista de CASTRO, *op. cit.*, pp. 100-101 e 103-105.

¹¹¹ Cf. Frei António BRANDÃO, *op. cit.*, fl.255 v.

¹¹² Cf. *Idem*, fl.256 v. Consultar ainda para as questões testamentárias associadas a D. Afonso III, a obra de António Caetano de SOUSA, *op. cit.*, p. 105.

a quem atribui o nome de frei Estevão Mendes, ainda que sem grande fundamentação documental, segundo o mesmo autor. Conquistada a vila de Elvas aos mouros e, dada a «*falta que havia de ministros que administrassem os sacramentos áquelle Povo, e o doutrinassem*»¹¹³, foi pedido ao frade que ali permanecesse, ao que o mesmo concordou, estabelecendo-se no alto de uma serra, na proximidade da vila, onde fez uma residência, bastante rudimentar, nas palavras do referido autor.

O sucesso do cumprimento da sua obrigação - pelo exemplo de vida e pregação para salvação das almas – incutiu, desde logo, uma satisfação pela presença deste religioso no quotidiano dos habitantes elvenses. O crescimento do número de almas, viria a justificar a presença de um segundo dominicano, frei Álvaro, que se junta ao seu companheiro na serra então denominada de S. Domingos, hoje de Nossa Senhora da Graça. As dificuldades inerentes a um local tão isolado e com uma difícil acessibilidade, sobretudo, no decorrer dos Invernos, havia sido já no tempo de frei Estevão Mendes, alvo da preocupação por parte da população elvense, que manda edificar uma ponte sobre a ribeira de chinchas, designada de ponte do frade.¹¹⁴

Apesar da situação descrita, os frades pregadores não demonstravam qualquer intenção em abandonar a sua residência, como comprova a construção de uma igreja dedicada a S. Domingos, um pequeno claustro com casas suficientes, e no centro uma cisterna para recolhimento das águas, dada a escassez da mesma no local cimeiro da serra.¹¹⁵

É contudo na obra de Frei Luís de Sousa que encontramos algumas referências artísticas associadas à residência dos frades dominicanos. Assim, a par da arquitectura anteriormente citada, de que subsistiam as ruínas do claustro, ainda no decorrer do século XVII, como deixa transparecer o autor dominicano, sabemos da existência de uma pintura a fresco sobre o arco do cruzeiro, onde figurava a imagem de S. Domingos, assim como, uma mesma imagem de vulto esculpida em madeira, que pela sua antiguidade e estado de conservação fora retirada do templo, segundo sugestão do visitador da ordem.¹¹⁶

Com efeito o distanciamento da população mantinha-se no decorrer da década de sessenta do século XIII, levando à insistência por parte das gentes de Elvas, para que os ditos frades

¹¹³ Cf. Aires VARELA, *Theatro das Antiguidades d'Elvas*, Elvas, Edição de António José Torres de Carvalho, 1915, p. 61.

¹¹⁴ Cf. *Idem*, pp. 61-62.

¹¹⁵ Cf. *Ibidem*, p. 62.

¹¹⁶ Cf. Frei Luís de SOUSA, *op. cit.*, fl. 215 v.

assentassem residência em lugar mais próximo. A iniciativa partira de Estevão Martins e sua mulher, Maria Pires, que fizeram doação de uma herdade no lugar denominado de rocio, para nela fundarem um mosteiro, segundo consta da escritura feita em Elvas no ano de 1266, em nome de frei Estevão Mendes e frei Álvaro Pires¹¹⁷.¹¹⁸ No mesmo dia é ainda feita nova escritura aos frades dominicanos, por iniciativa de Rui Pais e sua mulher Elvira Gomes que fazem doação da herdade de Almocouvár, que confrontava com a anterior. O distanciamento a que ainda se encontrava do burgo elvense trazia algum descontentamento aos frades pregadores, mas também à população, o que levaria ao cancelamento da obra por iniciativa dos mesmos.¹¹⁹

Sabemos que alguns habitantes se dirigiram a Estevão Gonçalves, reitor da Ermida de Nossa Senhora dos Mártires, para que doasse a mesma, juntamente com as terras que possuía aos frades pregadores, para aí edificarem o seu convento. A disponibilidade demonstrada pelo reitor não era suficiente, dado o carácter de beneficiação da dita doação, transitando, por essa mesma razão, para o bispo de Évora, D. Durão, que aceita a renúncia do reitor em benefício dos frades dominicanos, tal como consta da provisão passada em Cadaval, a 3 de Dezembro de 1267¹²⁰, como se pode ler,

*«Depois que o Bispo com esta pastoral testemunhou e publicou a Renúncia que o Reitor fizera da Igreja à favor do convento; passou outra no Agosto seguinte do mesmo anno dando nella, Licença para a fundação do convento o qual está tresladada no segundo tombo antigo».*¹²¹

Encontrando-se D. Afonso III na vila de Elvas, por ocasião do tratado sobre o Reino dos Algarves, celebrado com Afonso X, rei de Castela, em Badajoz, no ano de 1267,¹²² aproveitaram os dois religiosos para pedirem ao monarca português, dado serem de sua pertença, a dita ermida e suas terras, para edificarem convento, pedido a que D. Afonso faz mercê, segundo a carta que se segue:

¹¹⁷ Cf. Encontra-se Estevão Martins e Maria Pires, sua mulher, ambos sepultados na Igreja de S. Domingos, em túmulo colocado sobre um simples arcosólio adossado em um dos muros laterais da capela, actualmente denominada de Nossa Senhora dos Mártires, conforme nos foi relatado oralmente pelo mesário da Fraternidade Leiga de S. Domingos, o senhor José Manuel Nunes Martins.

¹¹⁸ Cf. B. N. P., *Fundo Geral*, Cod. 1615, *Noticias d'esta Cidade*, fl. 91 v – 92 v.

¹¹⁹ Frei Luís de SOUSA, *op. cit.*, fl. 217.

¹²⁰ Cf. B. N. P., Secção de Reservados, *Fundo Geral*, Cod. 1615, *Noticias d'esta Cidade*, fl. 92 v- 93. A Ermida de Nossa Senhora dos Mártires fora mandada edificar por D. Sancho II, após a conquista de Elvas aos mouros, com o intuito de dar sepultura aos portugueses mortos em batalha, justificando-se assim, o seu orago atribuído. Fora ainda anexado pelo monarca, a esta mesma ermida, algumas terras para sustento de quem a cuidasse, elegendo para seu reitor Estevão Gonçalves. Dentro da mesma cronologia, segundo os diversos autores, parece ser a imagem de Nossa Senhora dos Mártires, a qual dizem ter pertencido à real capela de D. Sancho II. A respeito da ermida, conferir Aires VARELA, *op. cit.*, p. 57, referente à imagem de Nossa Senhora dos Mártires consultar A. H. M. E., *Fundo Major José Baião*, mss. 1012 e Eurico GAMA, *Dois Imagens de Nossa Senhora dos Mártires*, Coimbra, Coimbra Editores, 1955, pp. 9-21.

¹²¹ Cf. A. D. P., CVELV/ Tb n.º 11/ Cx. 19, fl. 9-9 v.

¹²² Cf. José Emídio AMARO, *Elvas nas Relações Peninsulares*, Elvas, Tipografia Progresso, 1943, p. 7

«Em nome de christo seja notorio/ aos que esta Carta virem, que Affonco/ por graça de Deos Rey de Portugal com a Rainha D. Brites, filha do Illustre Rey de/ Castella, e Leão, juntamente com os In= / fantes D. Dinis, D. Affonço, D. Branca, e D./ Sancha meus filhos, dou para sempre/ aos frades pregadores a minha Irmida/ de Elvas que chamão Santa Maria dos/ Mártires com as terras que lhe pertençam/ para efeito de nella edeficarem hum/ mosteiro de sua ordem, em honra de Deos e da virgem Nossa Senhora, e de São Domingos. E esta doação faço pella salvação de minha alma, e de meos Pays, e para asim ficar participando das orações, e boas obras da dita religião: E para que esta doação seja firme lhe passão a prezente e sellada com o meu sello em testemunho de verdade El Rey o mandou por João Coelho Soeiro, e Rodrigo Gracia de Payva Dada em Elvas a 20 de Fevereiro Era de 1305 que he anno de 1267». ¹²³

Porém,

« (...) não satisfeito este Rey Pio com a doação que fizera no seguinte anno fes outra concedendo aos Relligiozos hua Courella de terra que sem duvida estava próxima á hermda, pera a fundação do Convento como consta da Chronica, e do segundo tombo antifo folhas tres que o oferecem ¹²⁴ (...) Alem destas doações, mandou algumas esmolos pera o ôdeficio da igreja e planta pera ella, querendo que se fizesse semelhante/ â de S. Domingos de Lisboa e por todas estas razões, se appellidou fundador deste convento como consta do seu testamento de cuja verba/ se mandou agora pedir hum treslado autentico tirado ao cartorio Real de Alcobaça (...)» ¹²⁵

Reunidas as necessárias autorizações, pediram os religiosos ao bispo de Évora licença para a edificação do seu convento, passando D. Durão letras apostólicas, onde realça a utilidade e necessidade dos frades pregadores no trabalho espiritual, concedendo a dita licença e, quarenta dias de indulgencia das penitencias a todos quanto auxiliarem na obra do convento. Reporta-se ainda o mesmo documento a uma courela de terra que lhes deu D. Afonso III, em 1268, ¹²⁶ para já não referir as 100 libras deixadas à comunidade dominicana de Elvas, por vontade testamentária do mesmo monarca.

2. 3. 2. Do século XIII ao século XV

O afastamento definitivo da ameaça árabe, com a conquista do Algarve por D. Afonso III, possibilita um desenvolvimento politico, económico e cultural no país, que assim reúne a atmosfera propicia à implementação do estilo Gótico, que encontramos na génese da arquitectura mendicante

¹²³ Cf. B. N. P., Secção de Reservados, Fundo Geral, Cod. 1615, *Noticias d'esta Cidade*, fl. 93-93 v.

¹²⁴ Cf. A. D. P., CVSDELV/ Tb n.º 11/ Cx. 19.

¹²⁵ Cf. *Idem*.

¹²⁶ A parcela de terra doada pelo monarca português no ano de 1268, pegava com as casas dos frades e, por outro, com o caminho da fonte das bicas. Relativamente à sua dimensão, refere o mesmo Cod. 1615, ter capacidade para seis alqueires de trigo de sementeira, segundo uma carta que fez parte dos cartórios do arquivo dominicano elvense.

em Portugal. Podemos afirmar que o período correspondente ao século XIII e XIV, constitui-se por um período mendicante por excelência, quer pelo seu número de fundações, quer pela arquitectura adoptada, sua modernidade e enorme influência só possível pela inovação técnica então ocorrida.¹²⁷

Por todas as razões apontadas, as principais fundações monásticas realizadas em Portugal, no decorrer da cronologia referida, são pertença das Ordens mendicantes, constituindo os seus modelos de igreja exemplo de outras edificações, fossem elas pertencentes a outras ordens religiosas, matrizes, ou mesmo do âmbito episcopal. É neste contexto que se destaca a Igreja de S. Domingos de Elvas, como exemplo de edifício modelo da arquitectura gótica mendicante portuguesa.¹²⁸

O início das obras do convento de Nossa Senhora dos Mártires fez-se com as esmolas da população elvense, contudo, tornava-se imperativo tomar outras iniciativas, pelo que os frades pregadores recorrem ao bispo de Badajoz, D. Lourenço Suárez, para alcançarem licença para esmolar em seu território diocesano, sendo concedido ainda quarenta dias de indulgência a quem contribuísse para tal causa, conforme carta passada em Olivença no ano de 1269 (ver DOCUMENTO N.º 7). É de referir ainda, neste contexto, os privilégios concedidos pelo príncipe de Castela, para que «*non filhem decima, nem portagem, nem outro direito nenhum a estes Pregadores d'elvas, ou de seus Homes, e non sacar en alem nenhuma maneira, si no a elles se tornaria, porem tada las couzas que elles comprarem em/ su terra, e de seu padre, assim para seu vestir, como para seu calsar, ou para seu comer, para suas obras, e outro si madalo todas as couzas que por esmolla lhes derem*»¹²⁹ e, as indulgências do Sumo Pontífice, de cem dias de perdão de seus pecados, a todos os que contribuíssem com esmolas.¹³⁰

Ainda que não abundantes as informações documentais relativas à realização da obra do edifício conventual a que nos reportamos, sabemos ter sido traçado segundo uma planta enviada aos frades por D. Afonso III¹³¹, igual em talho, grandeza e capacidade ao convento de S. Domingos de Lisboa¹³², o qual dentro da mencionada ordem religiosa antecede cronologicamente o convento de Nossa Senhora dos Mártires de Elvas. Da traça primitiva, encontramos registos na obra *Livro de*

¹²⁷ Cf. Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, Mário Jorge BARROCA, *História da Arte em Portugal. O Gótico*, Lisboa, Presença, 2002, p. 13 e seguintes.

¹²⁸ Jorge Henrique Pais da SILVA, *Páginas de História de Arte*, Vol. II, 2.^a edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 53.

¹²⁹ Cf. B. N. P., Secção de Reservados, Fundo Geral, Cod. 1615, *Noticias d'esta Cidade*, fl. 94.

¹³⁰ Cf. B. N. P., Secção de Reservados, Fundo Geral, Cod. 1615, *Noticias d'esta Cidade*, fl. 94.

¹³¹ Cf. A. D. P., CVSDELV/Tb. n.º 11/ Cx. 19.

¹³² Cf. Eurico GAMA, *op. cit.*, pp. 9-21.

Fortalezas de Duarte de Armas, que não sendo totalmente fidedigno no registo arquitectónico, constitui, ainda assim, o indicador mais próximo da realidade que conhecemos (ver DESENHO N.º 1).

É com base nesse mesmo registo que sabemos da existência de determinados elementos arquitectónicos, nomeadamente, a de uma fachada com um alçado central mais elevado, no qual se abre um portal gótico gabletado, encimado por uma rosácea, elementos os quais nos permitem estabelecer comparações, pelas semelhanças encontradas com a primitiva Igreja de S. Domingos de Lisboa, segundo uma pintura de Zuzarte, que integra a obra *Lisboa Seiscentista*, de Fernando Castelo-Branco.¹³³

O maço 1012, existente no Arquivo Histórico Municipal de Elvas, demonstrar-se-ia de relevante importância, tanto quanto nos permite saber que à data de 1312, ainda se procedia à conclusão da capela-mor do templo, tendo sido feita, no dito ano, doação pelo concelho, aos padres dominicanos, da quantia de vinte libras anuais, para concretização da mesma.¹³⁴ As obras iam decorrendo morosamente, já que em 1349 e às custas de Margarida Annes, se construíram as naves do templo e o seu campanário só se verifica em 1457, quando D. Afonso V manda dar a terça parte das rendas do concelho para a construção do mesmo (ver DOCUMENTO N.º 8).

Concluída a obra do convento¹³⁵ de Nossa Senhora dos Mártires, em Elvas, esta tornou-se a maior edificação gótica existente, facto que se deve a ter sido esta uma encomenda régia com especial expressão na sua igreja, de grande representatividade e, consequentemente geradora de prestígio para a Coroa, para a Ordem e, para a própria vila de Elvas.

Da primitiva igreja de Nossa Senhora dos Mártires, apenas subsiste, exteriormente, a cabeceira de cinco capelas (sendo a principal suportada por seis elegantes contrafortes) e o transepto assaz destacado, propositadamente mantidos no seu material primitivo, destacando-os dos restantes

¹³³ Cf. Duarte de ARMAS, *Livro das Fortalezas*, Lisboa, Arquivos Nacionais da Torre do Tombo/ INAPA, 3.ª Edição, 2006 (1.ª edição, 1943), fl. 25 v – 26 e, Fernando CASTELO-BRANCO, *Lisboa Seiscentista*, 3.ª edição, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1969 (1.ª Edição, 1956).

¹³⁴ Cf. A. H. M. E., *Fundo Major José Baião*, Mss. 1012.

¹³⁵ Quando nos referimos que estava concluída a obra do convento, para além da igreja, que pela concentração de obras de arte que encerra em si mesma, suscita sempre, maior curiosidade e, talvez por isso, quase sempre alvo de maior interesse por parte dos estudiosos. Contudo, referimo-nos também a todo o complexo conventual, o qual engloba inúmeras dependências, no caso de S. Domingo de Elvas, que para além das hortas, quintal e o próprio claustro, contava também com: portaria, dormitórios, casa de noviciado, casa do capítulo, botica, livraria, refeitório, cozinha, adega de vinho e azeite, lagar de moer azeitona, casa de destilar água-ardente, celeiro, palheiro tulhas, despensas, outras oficinas, hospital, albergaria e, naturalmente a igreja.

volumes arquitectónicos, resultantes de campanhas de obras realizadas no decorrer dos séculos seguintes, as quais serão abordadas oportunamente no seguimento deste estudo.

De tradicional traçado em cruz latina, a Igreja de S. Domingos apresenta um corpo de três naves, sendo a central mais elevada¹³⁶, percepção essa já tida por Duarte de Armas, como ficou patente nas volumetrias sugeridas no desenho de sua autoria, onde está representada a dita igreja.¹³⁷ No seu interior, numa perspectiva da arquitectura original, visualizamos, desde logo, os arcos ogivais que percorrem e dividem a nave central das laterais, encontrando-se apoiados em colunas octogonais, que definem o espaço em cinco tramos.¹³⁸ O salientado transepto, posteriormente rebocado, deixa a descoberto, ainda assim, alguns elementos originais, nomeadamente, no lado do Evangelho, onde encontramos vestígios do muro primitivo, e um capitel a partir do qual se faz o arranque do arco ogival inicial da nave lateral.

No topo do transepto, ainda no lado do Evangelho, verificamos vestígios do que fora um óculo de significativas proporções e, que muito provavelmente fazia par com um outro, no topo oposto, de que não existe qualquer vestígio. É contudo, na cabeceira, que reside todo o interesse da arquitectura gótica do templo de S. Domingos de Elvas e, em particular na capela-mor, «*uma das obras-primas da arte gótica em Portugal*», na opinião de Mário Tavares Chicó¹³⁹e, denunciadora de uma notável mestria por parte do seu programador (ver PLANTA N.º 1).¹⁴⁰

As quatro capelas que ladeiam a capela-mor deste templo, todas comunicantes entre si, caracterizam-se de forma quadrada, as segundas e, poligonais, as primeiras, sendo as mesmas escalonadas em planimetria e altimetria. Para as primeiras, os sistemas de cobertura contemplam abobada de nervuras e abóbadas de berço, simultaneamente, verificando-se para as segundas uma pesada cobertura de nervuras.

¹³⁶ As igrejas mendicantes pela sua localização junto das populações urbanas eram concebidas com a amplidão necessária à pregação, conforme sublinha Jorge Henriques Pais da Silva, argumento que parece encontrar aplicação na igreja de Nossa Senhora dos Mártires, da Ordem dos Pregadores e, nos seus cinquenta metros de comprimento por dezanove de largura, medidas avançadas pelo historiador elvense Eurico Gama. Para maiores esclarecimentos destas questões consultar Jorge Henrique Pais da SILVA, *op. cit.*, p. 54 e, Eurico GAMA, *op. cit.*, p. 16.

¹³⁷ Duarte de ARMAS, *op. cit.*, fl. 25 v.

¹³⁸ Cf. *Linhas de Elvas*, 31 de Março de 2005, n.º 2870, p. 16. Os cinco tramos que compõem a Igreja de S. Domingo de Elvas, são visíveis em outras igrejas, nomeadamente, na Igreja de S. Francisco de Estremoz, a mais próxima pela geografia, mas também, nas igrejas de S. Francisco de Santarém e Guimarães. Ainda de salientar a questão da composição dos pilares - hoje absorvidos por colunas octogonais resultantes de campanhas de obras decorridas no século XVIII - que apresentavam uma hipotética complexidade superior aos de S. Francisco de Estremoz. Para aprofundamento destas temáticas consultar Mário Tavares CHICÓ, *op. cit.*, p. 95.

¹³⁹ Mário Tavares CHICÓ, *op. cit.*, p. 18.

¹⁴⁰ Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA, Mário Jorge BARROCA, *op. cit.*, p. 51.

Igualmente prioritário no templo dominicano medieval é a questão da iluminação, a qual não é feita de forma idêntica nos três grupos de capelas da cabeceira. Deste modo vamos encontrar nas primeiras capelas laterais à capela-mor a mesma forma ogival que esta possui, apresentando dois lumes, residindo a diferenciação no óculo que aqui é trilobado. Quanto às restantes uma possui uma fresta ausente de qualquer decoração e mais estreita que todas as anteriores, assumindo a capela correspondente a forma ogival de dois lumes e óculo de flor na bandeira.

Relativamente à capela-mor, esta, destaca-se desde logo pela sua amplitude e elevação face às restantes, comunicando com as primeiras capelas por intermédio de pequenas passagens ogivais. Composta por abside de cinco panos e cobertura de abóbada de nervuras, a sua iluminação faz-se por cinco grandes frestas de dois lumes as quais se rasgam desde a abóbada até a uma espécie de parapeito¹⁴¹ – elemento horizontal que recebe o descarregamento das forças distribuídas pelas ogivas, por intermédio de colunas poligonais - apresentando todas elas óculo na bandeira. De sublinhar que as longas arestas da capela-mor constituem, conjuntamente com o transepto, os únicos elementos que conferem alguma verticalidade ao edifício, contrariando desse modo, a completa horizontalidade exterior que o mesmo ainda actualmente apresenta.

Pese embora a espectacularidade das frestas do altar-mor da igreja dominicana elvense, o sistema de iluminação dos templos góticos faz-se, também, por via lateral, ou seja, por frestas ao nível do segundo andar da nave central, mas também, em edifícios de mais de uma nave, nos muros das colaterais, de que foi o caso da igreja de Nossa Senhora dos Mártires de Elvas. Actualmente este modelo de iluminação não pode ser admirado, devido às campanhas posteriormente realizadas, tendo igualmente a rosácea e os óculos dos topos do transepto, desaparecido e em outros casos sido limitados nas suas funções.¹⁴²

Acresce ainda uma referência a duas outras dependências que integravam o convento de Nossa Senhora dos Mártires, da Ordem dos Pregadores: hospital – albergaria. A não existência de qualquer vestígio desta parte do edifício conventual, assim como, o quase total vazio documental

¹⁴¹ Na opinião de Mário Chicó, as enormes frestas de dois lumes da Igreja de S. Domingos de Elvas, encontra paralelo nas igrejas de Esslingen e a de Ratisbona, na Alemanha. Todavia, não deixa de ser contraditório, o facto deste acentuado rasgamento das frestas se verificar a sul, no caso de Elvas, onde existe uma maior predominância da luz, contrariando toda a filosofia, cuja aplicação melhor se aplica no norte da Europa. Vista como uma obra-prima de estrutura, o autor diz-nos que nem mesmo as melhores obras realizadas posteriormente conseguem alcançar a harmonia nas proporções, nem uma tão correcta distribuição da luz. Mário CHICÓ, *op.cit.*, p. 94 e, *Linhas de Elvas*, 31 de Março de 2005, n.º 2870, p. 16.

¹⁴² Jorge Henrique Pais da SILVA, *op. cit.*, p. 58.

referente às referidas dependências, vem de algum modo condicionar, em parte, o estudo histórico-arquitectónico do referido convento, atenuado pelas poucas informações encontradas na obra de Francisco de Paula de Santa Clara. Sabemos assim, ter sido fundado nas vizinhanças do convento o hospital - albergaria, um dos quatro existentes na cidade de Elvas em finais do século XIV e, provavelmente «*o mais rico de todos*»¹⁴³ por representar «*a munificencia da corôa real e da mitra d'Evora*».¹⁴⁴ Mais afirmativo cronologicamente é, ainda assim, a informação de que fora firmado, no ano de 1385, o testamento do clérigo João Durães, no qual lega a quantia de cinco soldos à dita albergaria de S. Domingos.¹⁴⁵

Destruídos a quando da construção da linha de muralhas seiscentistas, o hospital – albergaria constituindo na actualidade um exemplo da cripto-história, detiveram uma extrema importância durante toda a Idade Média, como mecanismos de solidariedade, estimulados pelo cristianismo. Enquanto as albergarias teoricamente se destinavam ao acolhimento dos visitantes e peregrinos, os hospitais destinavam-se ao tratamento dos doentes pobres, ainda que segundo uma concepção hospitalar onde se dava prioridade ao cuidado da alma, mais do que ao corpo.¹⁴⁶

É de apontar, a possibilidade da existência de um hospital, corresponder apenas a uma enfermaria integrada na albergaria, como era frequente suceder, tanto mais quanto as escassas referências bibliográficas aludirem sempre à albergaria e nunca ao hospital, o que nos leva a fundamentar tal hipótese. Todavia, a existência de uma botica no convento de S. Domingos de Elvas, onde se procederia à preparação dos medicamentos, poderá reforçar ambas as hipóteses mas só a documentação arquivística poderia contribuir, eventualmente, para a indicação correcta quanto às dependências em questão.

2. 3. 3. Do século XVI ao século XVII

O período balizado entre meados do século XVI e XVII caracterizava-se por conjunturas sociopolíticas adversas a um cenário de estabilidade nacional, sobretudo, com a Restauração e as sucessivas guerras com Castela, acrescido de uma situação interna conflituosa, associada à substituição de Afonso VI por D. Pedro II, seu irmão, que a 27 de Janeiro de 1668 foi jurado

¹⁴³ Cf. Francisco de Paula SANTA CLARA, *Albergarias*, Elvas, Edições António José Torres de Carvalho, 1909, p. 7.

¹⁴⁴ *Idem*.

¹⁴⁵ *Ibidem*, pp. 6-7.

¹⁴⁶ Cf. Fortunato de ALMEIDA, *op. cit.*, p. 459.

herdeiro do tropo português.¹⁴⁷ Todo este contexto acabaria por ser lesivo à construção e encomendas de obras de arte no contexto nacional, que só retoma a normalidade em finais do século XVII. S. Domingos de Elvas, constitui de algum modo uma excepção, verificando-se iniciativas artísticas no decorrer desse período, em grande parte por iniciativa de particulares, o que, em nossa opinião, se prende com a denominada época de ouro da cidade de Elvas e por isso, reflexo desse mesmo dinamismo económico, segundo nos deixa parecer a documentação arquivística e bibliográfica analisada.

No decorrer do século XVI, procede-se a obras de modificação do corpo original da igreja, com a construção de dependências situadas no lado do Evangelho, com acesso por uma estreita porta ogival¹⁴⁸ situada na segunda capela, por intermédio da qual acedemos ao que julgamos ser a sala do capítulo e, desta ao claustro, por um interessante portal manuelino, bem como à primitiva sacristia. Este espaço, pela bastante importância que têm na vida de uma comunidade religiosa, era decorativamente mais enriquecida que a generalidade das outras áreas, não constituindo uma excepção o caso elvense, que apresenta uma cobertura de nervuras um pouco mais complexa, comparativamente a outras anteriormente analisadas, concentrando numa área central cinco buçetes em pedra com vestígios de policromia, sendo a central as armas dominicanas, assim como, ainda é perceptível em um outro a Cruz de Cristo. Os restantes buçetes, que poderemos designar como secundários, por serem trabalho em gesso, apresentam uma decoração, naturalmente, inferior, terminando este sistema de nervuras, sobre quatro elementos decorativos em pedra, onde em cada qual assentam conjunto de três feixes.

A cobertura em alvenaria, é composto por um sistema de nervuras, que à semelhança do exemplo anterior terminam num conjunto de dois feixes assentes em uma espécie de mísulas todas iguais, embora sem qualquer relevância artística. Emerge este sistema de nervuras de um ponto central da cobertura, em forma de escudo, que primitivamente deveria ostentar o brasão dos seus fundadores.

Encontramos no Fundo Major José Baião, existente no AHME, alusão à campanha de obras realizada no Convento de Nossa Senhora dos Mártires, em particular, na igreja, no ano de 1553. A atribuição por parte de D. João III, de duzentos mil reis de esmola e o encaminhamento de rendas

¹⁴⁷ Cf. António Álvaro DÓRIA, *D. Pedro II*, in Joel SERRÃO, *op. cit.*, Vol.V, p. 34.

¹⁴⁸ Esta mesma porta, inicialmente gótica, com a construção da antiga Sala do Capítulo e antiga Sacristia já no século XVI, a porta de acesso às mesmas acabaria por ir ao encontro da arquitectura dos recém criados espaços conventuais, ganhando assim, formas manuelinas. Destruída já no século XX, posteriormente à campanha de obras da Ex-D. G. E. M. N, para lhe ser novamente devolvido um portal gótico, tal como hoje se encontra.

do concelho para obras de restauro no convento¹⁴⁹, leva-nos a pressupor que o estado do edifício conventual era de alguma ruína tendo mandado o monarca colocar «*em hasta pública a execução da obra de substituição da reduzida e velha igreja dos primeiros tempos, para uma mais moderna e adequada às necessidades da época*».¹⁵⁰

Não temos conhecimento de qualquer documento descritivo ou visual, que nos permita ter uma concepção aproximada da igreja após a realização da referida campanha, contudo, parece-nos que a destruição da fachada primitiva ocorreu neste período, tendo-se conservado apenas a rosácea, como nos afiança Eurico Gama, o mesmo autor que nos diz terem sido cobertas de argamassa e cal as colunas octogonais das naves da igreja, no decorrer do século XVI, pelo que depreendemos que tal ocorrência se verificou no decorrer da campanha empreendida por D. João III.¹⁵¹ A cinco de Janeiro de 1563 é efectuada a escritura para a capela da Confraria de Nossa Senhora do Rosário (correspondente à actual capela da mesma denominação), o que remete a sua fundação em Elvas para a segunda metade do século XVI.

Sabemos contudo, de obras realizadas no decorrer do século XVI, como os canteiros a que alude a documentação, os elementos manuelinos que decoravam alguns dos portais dos corredores claustrais, sobretudo, na ala anexa ao templo dominicano, sobretudo pela sua comunicação com a antiga Sala do Capitulo - antigo panteão dos Sequeira Monroy¹⁵² - e mais tarde sacristia da igreja dominicana. Porém, também ao nível estrutural vamos encontrar vestígios dessa campanha, nomeadamente em uma das dependências conventuais onde encontramos uma cobertura de ogivas suspensas em mísulas de mármore, de clara decoração quinhentista, de que são exemplo a esfera armilar que decora a parte central da dita cobertura, substituindo o formal bucete.

Exemplo idêntico é o que encontramos no espaço de ligação da antiga Sala do Capitulo/ sacristia, ainda que o sistema de ogivas seja bastante mais complexo, como forma de enobrecer o espaço em

¹⁴⁹ Cf. AHME, *Fundo Major José Baião*, Mss. 1012 e Maria do Céu Ponce DENTINHO, *Elvas-Monografia*, Elvas, Câmara Municipal de Elvas, 1989, pp. 86-87.

¹⁵⁰ Cf. Rui Rosado VIEIRA, *op. cit.*, p. 131.

¹⁵¹ Cf. Eurico GAMA, *op. cit.*, p. 16.

¹⁵² O Panteão dos Sequeira Monroy parece ter tido início por Luís de Sequeira e sua mulher D. Mécia Pereira, conforme no deixa transparecer alguns trechos epígrafes do seu monumento fúnebre adossado a uma das paredes, do que viria a se a sacristia da igreja de S. Domingos. Luís Sequeira ou Luís Monroy de Sequeira era filho de Lopo Vaz Sequeira e, D. Mécia Pereira descendente de Ascenço de Sequeira de Macedo e sua mulher Isabel Pereira, principais fidalgos de Elvas. Luís Monroy de Sequeira era por descendência directa sétimo Senhor da Torre de Palma, procedendo a seu pai Lopo Vaz Sequeira. Para mais esclarecimentos consultar Felgueiras GALHO, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Vol. XXVI-XXVIII, Braga, Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso, 1940, p. 159.

questão. Para começar, as ogivas surgem em formas dinâmicas, sendo a zona central, decorada por uma hierarquia de elementos, que se inicia por cinco buletes em mármore, sendo o central de toda a composição as armas da Ordem dominicana, para além da cruz de Cristo visível em um outro bulete em idêntico material. Segue segundo a hierarquia estabelecida uma decoração em estuque de oito buletes, onde oito elementos circundam os principais, evidenciando elementos quinhentistas na sua decoração, nomeadamente esferas, ponta de diamante, florões, entre outros que não são passíveis de identificar pelo estado de degradação em que se encontram. Acresce por fim, um conjunto de quatro laçadas, que unifica cada qual três ogivas, terminando todos os conjuntos em mísulas de mármore, também ela com um decoração alusiva ao mesmo período.

O século XVII demonstrar-se-ia enriquecedor em novidades artísticas, sobretudo, mas também em alguns empreendimentos feitos no edifício conventual, pequenos apontamentos não menos displicentes e, que nos parecem deter a mesma legitimidade na realização deste estudo. Assim, verificamos no ano de 1669 algumas obras na portaria, nomeadamente o reboco da escada (800 reis), por se cair a mesma (180 reis) e, pelo concerto dos telhados (400 reis); na parte claustral ficariam ainda, registado os gastos realizados com o reboco dos canteiros (50 reis), o arranjo dos telhados do claustro no prazo de dois dias (800 reis), assim com as entradas do claustro (400 reis), tudo no mesmo ano de 1669.¹⁵³

Acresce ainda, para o ano de 1672 a feitura de uma casa nova para armazém (6000 reis), o guarnecer o coro da capela dos ossos pela parte exterior (2500 reis), foi ainda feita a sacristia (6040 reis), pelos cachões feitos para a mesma, assim como, a porta principal (3420 reis). Por fim fora caiada a sacristia, o ante-coro e o hospício (300 reis).¹⁵⁴

2. 3. 4. Do século XVIII ao século XIX

O século XVIII demonstrar-se-ia de singular enriquecimento no campo das artes, dadas as políticas artísticas empreendidas por D. João V, só possíveis pela estabilidade política, o poder económico e o facto de se viver um período em que vigorava o absolutismo monárquico. Como nos diz Vítor Serrão, enquanto a Corte varia entre a arte italiana e a arte italianizante, existe no restante país,

¹⁵³ A. D. P., CVSDELV/ Lv. 05/ Cx. 20.

¹⁵⁴ A existência de um hospício constitui uma total novidade no contexto de S. Domingos, assim como, a alusão feita à existência de uma capela dos ossos no dito convento, sendo estas as únicas referências encontradas na documentação analisada, mas também, na bibliografia consultada.

expressões de um barroco regionalista, tanto quanto diversificado, dependendo tratar-se de uma geografia mais a Norte ou Sul do país.¹⁵⁵

Por outro lado, Elvas, Já não beneficiando do poder detido nos séculos XVI e XVII, ainda assim, continuava a usufruir do comércio com Castela e, naturalmente, da realidade económica nacional, que de forma indirecta privilegiava as confrarias e o episcopado elvense, permitindo enriquecimentos arquitectónicos, bastante significativos no caso de S. Domingos de Elvas, mais do que edificações de raiz, exceptuando no âmbito da arquitectura religiosa, o caso concreto da Igreja dos Terceiros de S. Francisco e do Santuário do Senhor Jesus da Piedade.

Quer no caso das construções de raiz, quer nos enriquecimentos artísticos, estas, foram campanhas que geraram alguma circulação de artistas, contratados por mecenas, provenientes da nobreza elvense, mas também, pelas confrarias e irmandades, erectas na igreja de S. Domingos de Elvas, com especial menção para a Confraria de Nossa Senhora do Rosário e, para a Ordem Terceira de S. Domingos, que pelo seu poder económico constituíram-se importantes encomendadores ou adquirentes de obras de arte.

Com a entrada no século XIX surgem diversas convulsões político-sociais de grande profundidade e alteração de mentalidades, nomeadamente com as invasões francesas, responsáveis pela partida da corte para o Brasil, e de uma sucessão de Guerras que assolaram todo o país, assinando os primeiros anos de oitocentos.¹⁵⁶ Os acelerados ritmos de mudança culminariam na guerra civil de 1832-1834, de onde sairia vitoriosa a facção liberal, responsável pela extinção das ordens religiosas e do Convento de Nossa Senhora dos Mártires em particular, o que na opinião de Paulo J. S. Barata, tem antecedentes no século XVIII, justificando a sua opinião prefaciando António Martins da Silva: «*Nada começa bruscamente na História: os antecedentes vintistas do processo desamortizador remontam ao século XVIII*».¹⁵⁷

O século XVIII constitui no percurso do convento dominicano elvense um período de profundas alterações, executadas pelas diversas campanhas de obras realizadas no decorrer da primeira metade de setecentos, as quais se haviam de prolongar pela década de sessenta do mesmo século.

¹⁵⁵ Vítor SERRÃO, *História da Arte em Portugal: O Barroco*, Lisboa, Presença, 2003, p. 181.

¹⁵⁶ *O Elvense*, 18 de Setembro de 1881, n.º 73.

¹⁵⁷ Paulo J. S. BARATA, *Os Livros e o Liberalismo. Da livraria conventual à biblioteca pública*, Lisboa, Biblioteca nacional, 2003, p. 23.

As intervenções então realizadas constituem sem qualquer dúvida a maior alteração efectuada, sobretudo, no edifício da igreja, desde a sua fundação no século XIII.

A primeira notícia de que dispomos reporta-nos ao ano de 1664 quando, um alvará datado de 12 de Junho do dito ano, refere o mau estado em que se encontra o convento de S. Domingos de Elvas devido às guerras da Restauração e especificamente à batalha das Linhas de Elvas, então ocorrida no ano de 1659, pelo que se tornava necessário elaborar um orçamento das obras a realizar.¹⁵⁸ Ainda que desconhecendo o dito orçamento, foram feitos arranjos pontuais em diversas partes do edifício conventual, porém, parece-nos ter sido necessário esperar pelo reinado de D. João V para ver a concretização das mesmas.

Assim, as próximas referências disponibilizadas pela análise da documentação arquivística surgem já no ano de 1717, quando no conselho dominicano elvense, realizado a 10 de Setembro, é determinado que se proceda a obras no claustro do convento,

*«pois so dous lanços estavam rebocados e tudo mais imperfeito, e denedrido, os conventos arruinados, e mal feitos; tanto que por se dissimular o ser hum esterqueira da sanchristia outro da cozinha, e finalmente outro de emtulho e varias inmundicias se semeava de sevada, couza indigna de hum convento pois devia ser o Recreyo dos Religiozos, e concerto do convento o que suposto se lhe parecia que se concerta assim na melhor forma que podesse ser. Rezolverão todos que sim pois sendo couza que a muitos annos pedia semelhante aceyo nunca os priores passados o fizerão, por cuia couza [s...ou] na Paternidade se devia Render as graças em domar tal obra á sua conta. em fe do que fis este acento que asinei dia mez, e anno ut Supra».*¹⁵⁹

A ruína em que se encontrava o conjunto arquitectónico conventual, sendo em grande maioria resultado das guerras travadas entre Portugal e Castela, era também consequência do abandono dos próprios frades, que assim contribuía para a degradação do mesmo.¹⁶⁰ Em reunião do Conselho

¹⁵⁸ A. H. M. E., *Fundo Major José Baião*, Mss. 1012.

¹⁵⁹ ARQUIVOS NACIONAIS DA TORRE DO TOMBO, *Convento de Nossa Senhora dos Mártires*, Livro I, fl. 14 v - 15.

¹⁶⁰ Podemos falar de uma certa decadência das ordens religiosas no decorrer do século XVIII, a que os dominicanos não foram excepção. A exuberância que marcou o reinado joanino, ainda detinha ecos na segunda metade de setecentos, como se verifica na obra de Frei João de MANSILHA, onde encontramos transcritas inúmeras cartas endereçadas a diversos conventos dominicanos com praticas verdadeiramente escandalosas, entre as quais, descobrimos uma endereçada ao prior do convento de S. Domingos de Elvas, que deixa transparecer claramente os abusos frequentes ocorridos no seio da comunidade, qualificados como «*exorbitantes*» e «*abomináveis*», referindo-se os mesmos às «*dispensas dos Officios Divinos, e mais obrigaçoens Religiozas*». Face a tais excessos «*Foi servido prohibir todas as dispensas, que não fossem conforme ás Leys da nossa Ordem (...) ainda que acompanhadas sejam com certodoens de Médicos, as quaes nenhuma impressão fazem no conceito dos prudentes, pela facilidade, com que os mesmos Medicos as passam, por qualquer leve e tenuissimo interesse*». Cf. Frei João de MANSILHA, *História Escandalosa dos Conventos da Ordem de S. Domingos em Portugal*, Lisboa, Livraria Antiga e Moderna, 1901, pp. 187-189.

dos frades de S. Domingos, realizada imediatamente a seguir à anterior, com data de 20 de Setembro do mesmo ano, faz-se nova advertência ao claustro do convento, ordenando o padre prior,

«(...) que os claustros deste convento como couza antiga estava torto, e sem esquadria alguma pois hum lanço tinha 60 palmos, e outro 65 fora outras imperfeições que com a obra dos novos canteiros se desimularão competentemente mas porque as Laranjeiras ficavão desfeando tudo por nenhuma dellas ficar no meyo se não humas ás ilhargas outras aos cantos, e demais que duas erão grandes e duas muito piquenas e todas quatro de muito mao fruto (...)»¹⁶¹

Entendemos serem igualmente deste período, o trabalho de pedra que emoldura as portas das celas, assim como, algumas das janelas que podemos encontrar a nível térreo, nas traseiras do edifício situado a NO. Na parte do edifício conventual a SE, ao nível do segundo piso, onde então se encontravam parte das celas, as mesmas que se encontravam voltadas as exterior, passaram a contar com uma substancial alteração, dado terem sido acrescidas de mais meia cela e passaram a deterem um pequeno terraço incorporado, que os vestígios ainda existem podem comprovar.

O ano de 1718, constitui a primeira referência cronológica, onde encontramos os primeiros indícios de obras no interior da igreja, nomeadamente, com a presença de Manuel Francisco que se encontrava a trabalhar na execução do retábulo da Capela de S. Gonçalo¹⁶², a qual deduzimos não constituir a mesma que o actual altar de S. Gonçalo de Amarante, na nave lateral do lado da epístola, todavia, as capelas de ambas as naves laterais ainda não existiam, como comprovaremos no desenvolvimento próximo desta análise, pelo que teria uma localização distinta.¹⁶³

Ainda que o mestre de alvenaria Tomé da Silva¹⁶⁴ tivesse contrato assinado com os frades dominicanos, para execução da abóbada da igreja, em execução no ano de 1721, segundo nos

¹⁶¹ A. N. T. T., *Fundo do Convento de Nossa Senhora dos Mártires de Elvas*, Livro I, fl. 15.

¹⁶² Miguel Ángel VALLECILLO TEODORO, *Retablistica Alto Alentejana en los Siglos XVII-XVIII* (...), p. 130.

¹⁶³ Ver Documento n.º 9 (Anexo I). O processo de extinção n.º 136 referente ao Convento dos frades Pregadores, na inventariação da pintura existente à data de 1834, faz referência a uma pintura de S. Gonçalo de Amarante e uma outra apenas com a alusão a S. Gonçalo, o qual poderá tratar-se do mesmo santo dominicano, ainda que não devidamente referido, tanto mais quanto não conhecemos em toda a existência conventual qualquer especial devoção por outro Santo ou Beato de nome Gonçalo da Ordem de S. Domingos.

¹⁶⁴ O mestre de Alvenaria Tomé da Silva, morador na cidade de Elvas, assinou contrato no ano de 1721, com os frades paulistas, para terminar a igreja do Convento de Nossa Senhora dos Remédios, «em presso de hum conto duzentos e sitenta mil reis» ficando obrigado «a fazer a dita obra com a melhor perfeição da sua arte como ficava declarado nesta escretura». Todavia, a data da assinatura do contrato com os paulistas, coincide com o ano em que assina com os frades de S. Domingos, o que provavelmente justifica que as referências arquivísticas da sua presença na obra da igreja dominicana, surjam apenas a partir do ano de 1725, quatro anos após a assinatura do contrato. Em nossa opinião esta sobreposição contratual, deve-se ao facto de Tomé da Silva ser tido como um dos melhores mestres de alvenaria do concelho de Elvas, ofício que ocupava desde de 1713, o que também lhe conferia a competência e o reconhecimento necessário. Cf. A. D. P., *Fundo Cartório Notarial de Elvas*, CNELV/1/192, fl. 30 v – 31 e Sousa VITERBO, *Dicionário Histórico e Documentos dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, Vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, pp. 37-38 (1.ª edição, 1922).

esclarece Miguel Vallecillo Teodoro, sabemos que em reunião da comunidade em 1 de Julho de 1722, a mesma se faz reunir na presença de frei João da Piedade, religioso de Santo Agostinho e arquitecto director da obra da igreja e, Tomé da Silva Leitão, mestre de alvenaria e executor da dita obra, assim como, os restantes oficiais. Tinha por objectivo a referida reunião o esclarecimento de dúvidas relativas às obras a realizar, nomeadamente,

«sobre o assentamento das capellas, se havia ser no Nível do Lagedo, ou não, por estar com declínio, o qual havião seguir tambem as capellas, e toda a mais obra que se lhe seguisse pndosse no seu nivel, e ponderados os inconvenientes que nesta matéria havia se rezolveo que so ficava a obra segura e perfeyta rebaxandosse o lagedo quanto fosse necessário pera que ficasse direyto, igual, e no mesmo nivel as capellas; e que na ditta obra entenderia nem faria couza alguma, mais que o que determinasse o sobredito architeto executado pello Mestre Thome da Sylva, e consultado com o Padre Frey Jozeph da Anunciada em fe do que fis este assento Dia mes e anno ut Supra».¹⁶⁵

Esta referência vem assim ao encontro da referência anteriormente avançada de que as capelas ainda não existiriam à data de 1718, a propósito da capela de S. Gonçalo e do mestre Manuel Francisco, como comprovam os acertos a serem determinados pelo arquitecto responsável da obra.

Tomé Pires encontra-se ainda no decorrer de Janeiro de 1725, a trabalhar no cruzeiro da igreja, de que resulta a abobada de arestas.¹⁶⁶ Paralelamente, à campanha no interior do templo, sabemos decorrem obras no adro do mesmo, estas já em fase conclusiva, sendo necessário o valor de duzentos mil reis para o seu acabamento.¹⁶⁷ A referência às obras no adro da igreja, leva-nos a supor tratar-se da remodelação do alçado principal da mesma, o qual lhe conferiu o aspecto que actualmente apresenta.

À data de 11 de Fevereiro de 1741 é feito contrato entre os frades dominicanos e o mestre Gregório Lopes, para execução da obra de pedra lavrada, capitéis de madeira e colunas iguais.¹⁶⁸ Embora esta informação seja bastante reduzida no seu conteúdo, deduzimos serem os capitéis de madeira os mesmos que existem no arranque dos arcos ogivais que separam as naves laterais da central, assim

¹⁶⁵ Cf. A. N. T. T., *Fundo do Convento de Nossa Senhora dos Mártires de Elvas*, Livro 1, fl. 18.

¹⁶⁶ Cf. Miguel Ángel VALLECILLO-TEODORO, “El arquitecto elvense José Francisco de Abreu. Su aportación a la Arquitectura y Escultura Alentejana del XVIII” (...), pp. 213-218.

¹⁶⁷ Cf. A. N. T. T., *Fundo do Convento de Nossa Senhora dos Mártires de Elvas*, Livro 1, fl. 18 v – 19.

¹⁶⁸ Cf. Miguel Ángel VALLECILLO-TEODORO, “El arquitecto elvense José Francisco de Abreu. Su aportación a la Arquitectura y Escultura Alentejana del XVIII” (...), pp. 213-218. Notório mestre de pedraria, o calipolense Gregório Lopes, surge activo em Elvas no início da década de quarenta, conseguindo granjear a atenção de certas individualidades sociais locais, entre elas o bispo D. Baltasar de Faria Villas-Boas, um típico representante da alta hierarquia religiosa do reinado de D. João V, caracterizando-se por uma figura pomposa e deter uma especial apetência pelo fausto e grandeza, expressivos nas obras empreendidas no decorrer do seu mandato à frente da Diocese de Elvas (1743-1757), nomeadamente na Sé de Elvas, no Paço Episcopal, no edifício da Santa Casa da Misericórdia e na Igreja do Senhor Jesus da Piedade, já para referir as obras empreendidas no restante território diocesano.

como, o trabalho de pedra poderá ser as duas últimas bases das colunas dos ditos arcos ogivais, junto ao transepto, já que no princípio da década de cinquenta encontramos o mesmo mestre canteiro a terminar um dos pedestais junto da capela do Rosário, apresentando estes grinaldas decorativas, em algumas das faces, elemento que as distingue de todas as restantes.¹⁶⁹

Um outro documento permite-nos saber que a 12 de Abril de 1742, principiaram as obras do retábulo de Santa Catarina Mártir, uma das capelas absidais (correspondente na actualidade à capela do Santíssimo), terminando as mesmas a 16 de Novembro de 1742. Trabalhou como entalhador Miguel Ângelo, que recebeu pelos 129 dias de trabalho 38.850 reis, Francisco Ruiz como ensamblador que recebeu 33.200 reis por 166 dias e, por fim Pêro Manoel, também ele, entalhador que pelos 66 dias de trabalho, recebera 13.600 reis. A capela de Santa Catarina Mártir ou de Siena, encomenda da comunidade dominicana, totalizou o valor de 147.180 reis (ver DOCUMENTO N.º 9 e FOTOGRAFIA N.º 1).

Ainda no âmbito dos retábulos setecentistas efectuados na igreja de S. Domingos, não poderíamos deixar de referenciar o trabalho em talha efectuado para a capela de Nossa Senhora do Rosário, no século XVIII, que segundo Miguel Àngel Vallecillo-Teodoro constituía uma das mais imponente construídas em Elvas, tendo o seu orçamento ficado estabelecido em um conto cento e cinquenta mil reis, valor só ultrapassado pelo retábulo de mármore da antiga Sé de Elvas. Para a execução da obra foi contratado Manuel Nunes da Silva, entalhador natural de Lisboa Oriental, bem formado, como pretendia a dita confraria, a quem foi apresentado risco a ser realizado em madeira de bordo, devendo a mesma estar concluída a 8 de Setembro de 1727, sendo por fim analisada por peritos em talha, que dariam a sua opinião (ver FOTOGRAFIA N.º 2).¹⁷⁰

Na mesma década de cinquenta, encontramos o mesmo Gregório Lopes a trabalhar na igreja de S. Domingos, incumbido de terminar o pedestal e o gigante junto da capela do Rosário, bem como, demover os mastros que se encontram no meio da Igreja, os quais interferem com o serviço litúrgico, conforme ficara assente em de concelho de 23 de Janeiro de 1751.¹⁷¹ Um outro documento assinado por frei João da Cunha, o Mestre Prior Frei Nicolau de Santo Tomas e, o mesmo mestre canteiro, onde este último, se obriga a terminar o trabalho anteriormente referido, pagando a

¹⁶⁹ Cf. A. N. T. T., *Fundo do Convento de Nossa Senhora dos Mártires de Elvas*, Livro 1, fl. 47 v.

¹⁷⁰ Cf. Miguel Àngel VALLECILLO-TEODORO, *Retabística Alto Alentejana en los Siglos XVII-XVIII*, (...), p. 203.

¹⁷¹ Cf. A. N. T. T., *Fundo do Convento de Nossa Senhora dos Mártires de Elvas*, Livro 1, fl. 31 – 31 v.

comunidade no início desta obra (1751) cinquenta mil reis, sendo o restante valor de cem mil reis pagos no final da obra em 1752 (ver DOCUMENTO N.º 11).

José Francisco de Abreu, outro dos mestres canteiros que se encontra activo na Igreja de S. Domingos de Elvas, sendo da sua responsabilidade oito dos doze pedestais existentes, aos quais se somavam quatro meios outros pedestais, correspondentes aos meios corpos de colunas em que terminam os últimos arcos. Segundo nos diz ainda o historiador de arte Miguel Ángel Vallecillo Teodoro, o mestre José Francisco de Abreu recebera a quantia de vinte e seis moedas de ouro de 4.800 reis cada uma pela encomenda dos pedestais referidos. Do contrato estabelecido tinha o mestre a obrigatoriedade em cortar os dois meios dos mencionados arcos torais, por quarenta e cinco moedas de ouro por cada um, sendo ainda referido o prazo de dois meses para a realização de cada pedestal, os quais deveriam ser compostos em mármore branco de Estremoz e mármore preto de Montes Claros.¹⁷²

Ainda no decorrer da década de cinquenta é decidido, em reunião da comunidade dominicana elvense, a realização de um retábulo de pedra para a capela de Santa Margarida, segundo vontade do prior em funções, a qual ficaria ajustada em trezentos mil reis. A concordância favorável da totalidade da comunidade levaria à sua efectivação, provavelmente corresponderia ao altar existente actualmente (ver FOTOGRAFIA N.º 3).¹⁷³

Todavia, dentro da cronologia apontada para a construção do altar de Santa Margarida, pela própria comunidade dominicana residente, sabemos ter sido construído o altar de Nossa Senhora da Conceição no ano de 1752, encomenda do capitão Francisco Régua de Beia [Baia?], conforme o transcrito na placa em madeira com decoração setecentista, colocada sobre uma porta nas traseiras do dito altar.

No interior do templo cabe-nos uma chamada de atenção a ambos os topos do transepto, nos quais no decorrer do século XVIII foram integrados duas capelas com alturas significativas, delimitadas com a altura dos arcos ogivais das segundas capelas da cabeceira, obrigando que a construção do altar do lado da Epístola (ver FOTOGRAFIAS N.º 4 e 5), levasse ao entaipamento da segunda capela da cabeceira (acedendo-se ao interior da mesma por um portal idêntico ao que lhe é fronteiro), hoje

¹⁷² Cf. Miguel Ángel VALLECILLO-TEODORO, “El arquitecto elvense José Francisco de Abreu. Su aportación a la Arquitectura y Escultura Alentejana del XVIII” (...), pp. 213-218.

¹⁷³ Cf. A. N. T. T., *Fundo do Convento de Nossa Senhora dos Mártires de Elvas*, Livro 1, fl. 27.

dedicada a Nossa Senhora dos Mártires, provavelmente pelo volume significativo de trabalho de talha de que a mesma fora revestida já que, a referida capela da cabeceira encostava ao muro do transepto. No transepto oposto, no lado do Evangelho, foi igualmente construído outro altar, pertença da Ordem Terceira de S. Domingos.

Ainda nas campanhas de obras relativas ao complexo arquitectónico conventual, há a registar duas outras referências, uma primeira que se prende com as obras realizadas nos telhados do templo e em uma casa, provavelmente anexa ao edifício da igreja, de modo a se evitar que os Invernos destruíssem as abóbadas do templo.¹⁷⁴ A segunda intervenção, realizada no início da década de setenta do século XVIII, consistia em obras efectuada na casa de noviços, sacristia e portaria, assim como a construção de um palheiro, então inexistente,¹⁷⁵ constituindo esta a última intervenção de carácter arquitectónico no espaço conventual dominicano, segundo os registos documentais encontrados para o século XVIII.

Relativamente à portaria, contígua ao alçado principal da igreja, Podemos definir a mesma como detendo dimensões bastante significativas, existindo a partir da mesma ligação, pelo lado esquerdo, à antiga «*Botica collocada em huma magestoza casa*» (ver DOCUMENTO N.º 9), ainda assim, inferior à portaria. As obras empreendidas no decorrer do século XVIII, permitem-nos ainda identificar alguns elementos decorativos, nomeadamente as armas portuguesas setecentistas que coroam a porta de acesso à botica. A cobertura em abobada de berço o janelão rectangular que encima a porta de acesso ao interior conventual, assim como o janelão no extremo oposto, por cima da porta que dá acesso aos dormitórios, devidamente ladeado por duas janelas em olho-de-boi, constituem igualmente provas de intervenção arquitectónica deste período, à semelhança do espaço onde no passado se encontrava instalada a referida botica.

De referir a alteração produzida ao nível de algumas celas – voltadas para a zona ocupada pelas hortas – as quais passaram a ficar com o tamanho e meio, para já não falar do pequeno terraço agregado às referidas celas (ver FOTOGRAFIA N.º 6),¹⁷⁶ ou das portas de algumas das antigas celas que passarão a ter moldura em mármore cilíndricas, assim como algumas janelas ao nível do primeiro piso, voltadas para a cidade (ver FOTOGRAFIA N.º 7 e 8).

¹⁷⁴ Cf. A. N. T. T., *Fundo do Convento de Nossa Senhora dos Mártires de Elvas*, Livro 1, fl. 31 – 31 v.

¹⁷⁵ Cf. A. N. T. T., *Fundo do Convento de Nossa Senhora dos Mártires de Elvas*, Livro 1, fl. 27.

¹⁷⁶ Transmitido oralmente pelo Tenente de Infantaria do Museu Militar de S. Domingos, José Ribeiro.

O século seguinte, interrompido com a Lei de Maio de 1834 que dita a expulsão das Ordens religiosas do território nacional, constituindo a mesma o termo desta investigação, acaba por se resumir a três décadas no decorrer das quais não se verificam qualquer campanha de obras.

Relativamente às obras escultóricas datadas do século XIX, existentes actualmente no templo dominicano, não detemos qualquer informação quanto à sua aquisição, todavia, tratando-se em determinados casos de imagens de santos e santas da Ordem dos Pregadores, poderemos deduzir que as mesmas foram adquiridas ainda antes da extinção do referido convento elvense, sendo as restantes, na sua maioria adquiridas posteriormente ao seu encerramento, inclusive no decorrer do século XX, dado que a igreja ficaria afectada ao culto religioso.

No decorrer dos primeiros anos de oitocentos, um episódio envolvendo várias igrejas do bispado de Elvas, merece ser referido, com base na análise de um documento no qual se faz alusão à relação feita da prata e ouro de algumas das igrejas do contexto diocesano, posteriormente remetidas para a Casa da Moeda no ano de 1809, entre as quais se refere um caixão pertencente à igreja de S. Domingos de Elvas e, curiosamente um outro da Senhora do Rosário.¹⁷⁷ A importância do ocorrido, derivado das Invasões Francesas, não constitui qualquer novidade enquanto procedimento adoptado, já que havia sido um comportamento recorrente em situações históricas idênticas, ainda assim, poderá permitir-nos equacionar possíveis percursos empreendidos por determinados objectos artísticos existentes na igreja de S. Domingos.

Chegados ao ano de 1834 os frades pregadores assistem à extinção do convento de Nossa Senhora dos Mártires e, simultaneamente, o fechar de um ciclo de aproximadamente seis séculos de existência, que marcaram indubitavelmente a vila e a cidade de Elvas, em perspectivas tão variadas como a espiritual, social ou mesmo urbanística.

3. A Extinção das Ordens Religiosas em Portugal

3.1. Antecedentes Históricos

Embora a situação do país do século XIX, determine definitivamente a extinção das Ordens Religiosas em Portugal, torna-se necessário retroceder ao reinado de D. José, na segunda metade de

¹⁷⁷ Cf. A. H. M. E., *Fundo Diocese de Elvas*, Mss. 5/ 302.

Setecentos, para determos uma visão mais global, nomeadamente, dos antecedentes históricos que culminariam no Decreto de 30 de Maio de 1834.

Durante a segunda metade do século XVIII verificava-se um pouco por todo o território português, um notório afastamento da observância da Regra na generalidade das Ordens Religiosas existentes em Portugal, com especial evidência nos conventos de religiosas, onde não raras vezes, a situação económica era praticamente insustentável, chegando em certos casos, as dívidas a superar a maioria dos capitais próprios. Face à situação calamitosa a que chegaram algumas das comunidades religiosas, tornava-se inevitável um posicionamento firme com o intuito de alterar a situação vigente e, nesse sentido decreta-se (1 de Novembro de 1789) a criação de uma Junta, a qual deveria proceder a uma avaliação do estado em que se encontravam as Ordens Religiosas e, posteriormente, proceder-se à sua reforma.¹⁷⁸

A esta tentativa do Estado Português, acresce os breves apostólicos (3 de Agosto de 1790 e 15 de Novembro de 1791), que vêm, deste modo, dar um maior incremento à futura reforma a implantar, sendo de realçar a total proibição de contrair dívidas e fazer empréstimos a juro, quer a particulares, quer entre comunidades religiosas, ainda que pertencentes à mesma Ordem. Tais medidas não constituíam propriamente uma novidade na opinião de José Saraiva, já que o alvará de 28 de Janeiro de 1768 já as contemplava, para além, das mesmas sofrerem uma ampliação no alvará datado de 6 de Julho de 1776. Todo este esforço seria, porém, contrariado, com a alteração destas disposições, tal como previsto no Decreto de 16 de Setembro de 1817, que dispensava as Ordens Religiosas da Lei da Amortização, assim como, da necessária licença régia para fruírem de bens de raiz, serem detentoras dos seus domínios, ou qualquer outros bens, direitos ou acções.¹⁷⁹

Mais tarde, o Decreto de 5 de Agosto de 1833, viria decretar a impossibilidade de admissão às Ordens Sacras e aos noviciados de qualquer Ordem, sendo restituídos à sociedade os que existissem à referida data, responsabilizando-se os prelados monásticos pela execução das mencionadas medidas. Quatro dias após, um outro decreto faz apologia contra as Ordens Religiosas, onde se diz serem estas contrárias aos princípios eclesiásticos e às doutrinas da Carta Constitucional pelo que

¹⁷⁸ Cf. José SARAIVA, (dir.), *Situação dos Edifícios de Institutos Religiosos ao Serviço do Estado e das Corporações*, (Livro de índices), Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1941, pp. V- XXVII. Segundo o mesmo autor a Junta para exame do estado das Ordens Religiosas, seria extinta pelo Decreto de 7 de Setembro de 1829 e, novamente restabelecida pelos liberais, com a publicação do Decreto de 29 de Setembro de 1831, ainda que de modo definitivo apenas suceda a partir de 23 de Agosto de 1833, realizando a sua primeira sessão a 29 do dito mês e ano. Com o restabelecimento da dita Junta atribuíam-se-lhe, naturalmente, as atribuições, documentos e livros então pertencentes à Comissão Geral Eclesiástica.

¹⁷⁹ Cf. José Saraiva, *op. cit.*, pp. V-XXVII.

todos os fiéis deveriam ficar submetidos aos bispos da sua diocese. O mesmo decreto previa que os conventos de religiosos e religiosas, onde existisse um número de professos superior a doze, elessem um prelado em capítulo anual, devendo a dita eleição ser comunicada ao bispo, a quem passariam a dever obediência e, os autos remetidos para a Secretaria dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça. No caso onde não se excedesse o número de doze religiosos, o Estado ficaria responsável pelo envio dos mesmos para outros conventos, revertendo os bens do dito convento para a Fazenda Nacional. O não cumprimento destas disposições levaria à declaração de rebeldes, à supressão dos conventos e à incorporação dos seus bens nos Bens Nacionais, não ficando o Estado obrigado ao pagamento de qualquer subsídio aos egressos.¹⁸⁰

Durante o período de 1833-1834, ainda que coincidente com Guerra Civil, é evidente uma grande produção jurídica relativa às Ordens Religiosas, emitindo-se com bastante regularidade decretos, ofícios e portarias sucessivas nesse sentido, permanecendo a mesma regularidade até à década de sessenta do século XIX.

O tempo afortunado das Ordens Religiosas decaíra significativamente, entre meados da segunda metade do século XVIII e o início do seguinte, onde a descrença do Povo e uma redução dos donativos por parte da burguesia, foram factores fortemente contributivos para essa perda de poder por parte de centenas de comunidades religiosas existentes em todo o território nacional. A perda de uma parte significativa dessa supremacia não era forçosamente sinónimo de ausência de uma valiosa fortuna acumulada no decorrer dos séculos, a qual não pode deixar de ser vista em relação de proximidade com a ignorância e fanatismo de um Povo, aliadas à poderosíssima Inquisição, com particular influência nos reinos de Portugal e Espanha.¹⁸¹

Contudo as relações das Ordens Religiosas constituem algo de mais complexo segundo Ruy Ennes Ulrick, sobretudo, quando observamos o campo social onde os religiosos mantinham um significativo número de mendigos, que viam nos frades a garantia do seu sustento, passando estes últimos a deter um quase exército, que no decorrer da Guerra Civil (1831-1834) haviam de se tornar uma importante massa humana aliada de D. Miguel, que com o apoio financeiro das Ordens Religiosas contribuíram para o sucesso e conquistas empreendidas pelos absolutistas. As Ordens Religiosas tidas como contrárias às liberdades e às modernas ideias, apoiavam na sua larga maioria

¹⁸⁰ Ruy Ennes Ulrick, *op. cit.*, p. 10-11.

¹⁸¹ Cf. Ruy Ennes ULRICK, *Estudo sobre a Condição Legal e Congregações Religiosas em Portugal de 1834 a 1901*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1905, pp. 4 e 8-9.

a causa mais tradicionalista, constituindo-se como os seus mais fervorosos apoiantes, ainda que houvesse frades constitucionalistas, estes, eram em número bastante inferior. Não podemos deixar de referir ainda, os religiosos que se mantiveram sempre íntegros à sua missão e à sujeição fiel da sua Regra.¹⁸²

A título de exemplo desse apoio ao Absolutismo, avançamos com o caso do Convento de S. Domingos na cidade de Elvas, como nos revela uma carta assinada por doze dominicanos, endereçada ao infante D. Miguel, datada de 2 de Maio de 1823, felicitando-o por ter libertado a pátria e expondo os seus votos de felicidade e obediência a D. João VI e à rainha D. Carlota Joaquina.¹⁸³ Posteriormente, coube à própria cidade de Elvas a demonstração do seu apoio à causa miguelista, como nos comprova a *Relação dos Festejos, que por ocasião do faustíssimo dia 26 d'Outubro de 1829 anniversario natalício d'El Rei Nosso Senhor D. Miguel I*¹⁸⁴, com o apoio da Câmara, diversas corporações e habitantes da cidade.¹⁸⁵

Este apoio à causa miguelista, por parte de um elevado número de religiosos portugueses, prendia-se com um conhecimento prévio, dos princípios doutrinários do Governo Liberal de influência francesa, deixando, por isso, antever em caso da vitória liberal, uma substancial perda de posicionamento. Esta possibilidade levou-os a agir, fazendo uso do seu próprio ascendente religioso, sobretudo, junto dos menos esclarecidos, em quem incutiam os malefícios de um governo liberal. Ainda assim, as acções empreendidas, sobretudo a norte do país, chegaram à formação do *Batalhão Sagrado*, nome que tinha origem na sua própria constituição, então feita de clérigos, que elegiam os confessionários e os púlpitos como armas contra o liberalismo.¹⁸⁶

Todo este envolvimento por parte da Igreja Secular e Regular, assumindo um claro posicionamento nos acontecimentos políticos do país, provocou ódios cerrados por parte dos constitucionalistas que viam os frades como inúteis e prejudiciais às congregações religiosas. O posicionamento destes últimos, mais do que suscitar aversões, acabaria por constituir o factor principal, responsável pela extinção das Ordens Religiosas no ano de 1834.¹⁸⁷

¹⁸² Cf. Ruy Ennes Ulrick, *op. cit.*, p. 12-13 e 18.

¹⁸³ B. A., *Fundo Ordens Religiosas*, Mss. 54-IX-53, N.º 130.

¹⁸⁴ A. H. M. E., *Câmara Municipal de Elvas*, Mss. 1018.

¹⁸⁵ Cf. *Idem*.

¹⁸⁶ Cf. Ruy Ennes Ulrick, *op. cit.*, pp. 12-13.

¹⁸⁷ Cf. *Ibidem.*, p. 13.

Com o final da Guerra Civil e a vitória da facção liberal, D. Pedro IV compreende a necessidade e a urgência de fortalecer a política do regime, assim como, a resolução da crise financeira, tornando-se necessário para a execução dos referidos objectivos, colocar em prática, desde logo, um conjunto de medidas que visassem a exclusão dos alicerces do absolutismo. Assim, procede-se ao saneamento na administração pública e, ao encerramento das instituições associadas ao Antigo Regime, sobretudo, das Ordens Religiosas, retirando-lhes toda a sua influência política, ideológica e económica, concretizado no o Decreto de 30 de Maio de 1834.¹⁸⁸

A extinção das Ordens Religiosas em Portugal permitiu ao governo dispor de toda a sua riqueza e, conseqüentemente acabar com um dos grandes pilares do absolutismo, mas também, alargar a base social de apoio ao regime liberal, permitindo aos cidadãos defensores do novo sistema político o acesso à propriedade, ao mesmo tempo que se criava a plataforma necessária ao combate da dívida pública, com a venda de tão vasto património.¹⁸⁹ Se, para o Estado, o fim das Ordens Religiosas era forçoso, numa perspectiva de prosperidade pública e desenvolvimento económico, não podemos deixar de ter em conta as razões externas que influenciaram essa mesma medida, nomeadamente a crise monástica, o insucesso das medidas reformadoras adoptadas, o ressentimento social crescente de inutilidade atribuído aos religiosos e, por fim, as dificuldades financeiras dos próprios Estados.¹⁹⁰

O simples facto de que juridicamente só a Igreja ter o poder de extinguir as Ordens, levou a reacções imediatas por parte do Papa Gregório XVI, que censurou a promulgação do referido decreto pelo governo português, no qual via algumas irregularidades, já que se opunha contra os direitos da propriedade das Ordens Religiosas ao proceder à confiscação de todos os seus bens, suprimindo as mesmas sem respeitar as formalidades a quando da sua fundação, para além, de uma iniciativa de tão grandes proporções não poder ser tomada sem a devida consulta das Cortes. Toda esta situação levaria a que antes do corte de relações de Portugal com a Santa Sé, o Papa exprimisse a sua posição oficial em dois consistórios, um primeiro realizado a 1 de Agosto de 1834, onde

¹⁸⁸ Cf. António Martins da Silva “A Venda dos Bens Nacionais: A Carta de Lei de 15 de Abril de 1835”, I, in separata da *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1982, p. 74-75.

¹⁸⁹ A entrada nos cofres do Estado de uma tão elevada verba permitiu certamente a concretização dos objectivos referidos, porém, parte dessa mesma verba seria aplicada em indemnizações aos liberais, pelos prejuízos obtidos com o governo miguelista, mas também, para pagamentos em atraso a empregados civis e militares, que emigraram com a vitória miguelista em 1828, embora como nos refere António Martins da Silva, alguns dos apoiantes da causa liberal, tinham por uma pretensão o recebimento de indemnizações liquidadas com os bens dos miguelistas mas, sobretudo, com a venda dos bens das Ordens Religiosas. Para maior aprofundamento desta questão consultar Ruy Ennes ULRICK, *op. cit.*, p. 9.

¹⁹⁰ Cf. António Martins da SILVA, *op. cit.*, pp. 82-83.

recorda as penas em que incorria Portugal segundo as disposições do Concílio de Trento, entre outros, a anulação dos decretos publicados e, um segundo, a 2 de Fevereiro de 1836, onde recorda as injúrias praticadas contra a Igreja em Portugal, sem ter sido tomada qualquer medida em sentido contrario.¹⁹¹

Na perspectiva económica do Decreto de 30 de Maio de 1834, segundo Ruy Ennes Ulrick, a diminuição do número de celibatos em relação comparativa com um acréscimo populacional, assim como, a diminuição de terras amortizadas, convertia-se numa excelente receita para o Estado, tanto quanto permitia a evolução económica do país, nomeadamente com um melhor aproveitamento das propriedades, em benefício da agricultura e, por conseguinte, da própria indústria e comércio.¹⁹² Relativamente aos egressos, o governo concede uma pensão anual para seu sustento, desde que não tivessem rendimento igual ou superior ao valor a atribuir, de qualquer benefício ou profissão, mas sobretudo, que não tenham auxiliado nem feito uso do seu ministério em auxílio a D. Miguel, nem aceite qualquer emprego ou favorecimento da causa miguelista. Entre as diversas condições impostas aos egressos, acrescia ainda o nunca terem denunciado ou perseguido apoiantes partidários de D. Pedro IV.¹⁹³

Neste sentido, parece-nos oportuno referir a circular enviada pelo rei D. Pedro IV aos perfeitos, datada de 25 de Maio de 1835, onde lhes é pedido a relação de todos os egressos residentes nas devidas províncias de que são titulares, das quais deverão constar as idades e aptidões, devidamente apresentadas segundo três classes, a última das quais designava-se pelos incapazes moral e fisicamente para algum serviço útil (ver DOCUMENTO N.º 11).

O número de aproximadamente cinco mil egressos, avançado por Ruy Ennes Ulrick, desprovidos de qualquer bem, revelar-se-ia uma situação catastrófica, tendo em conta o significativo número de religiosos de avançada idade, abruptamente expulsos das suas casas religiosas, sem habitação e com difícil probabilidade de obterem o seu sustento. Acresce ainda o facto de que uma vastíssima maioria destes religiosos não tinha família ou qualquer outro tipo de companhia que lhes prestasse

¹⁹¹ Cf. Ruy Ennes Ulrick, *op. cit.*, pp. 23-24.

¹⁹² Cf. Ruy Ennes Ulrick, *op. cit.*, p. 22 O referido autor é da opinião que embora o objectivo por parte do governo fosse em contribuir para a evolução económica do país, o mesmo não se verificou, tanto quanto alguns anos mais tarde o país atravessava novas dificuldades económicas, atribuindo a esta situação uma possível má administração das avultadas verbas de que tomara posse com a execução do Decreto de 30 de Maio de 1834, salvaguardando, porém, a impossibilidade de averiguar com total garantia o destino imprimido às mesmas.

¹⁹³ Cf. Ruy Ennes Ulrick, *op. cit.*, p. 34.

qualquer auxílio.¹⁹⁴ António Martins da Silva refere mesmo que muitos acabariam por morrer por falta de abrigo, fome ou doença, devido ao desprezo social a que foram votados mas, sobretudo, devido à completa exclusão por parte do poder político, nomeadamente, com a falsa atribuição de hipotéticas pensões aos egressos.¹⁹⁵

O capital aproximado das Ordens Religiosas no ano de 1834¹⁹⁶ em posse do Estado, estava estimado em aproximadamente 15. 000 contos de reis. Este, acabaria por atribuir uma mesada aos religiosos que variava entre os 12\$000 e os 18\$000, valor este último, apenas atribuível nos casos dos egressos com mais de setenta anos, ou invalidados um ano antes do decreto. Os valores anteriormente referidos, excluía os religiosos mendicantes, que apenas recebiam o valor de 7\$200 em situação normal e, 10\$000 para os mais idosos ou inválidos.¹⁹⁷ Em nossa perspectiva esta diferenciação tem um claro intuito de penalização por parte do governo, possivelmente por as ordens mendicantes terem apoiado declaradamente a facção miguelista, o que no caso da Ordem dos Pregadores elvenses ficou claro como comprova a demonstração de apoio a D. Miguel I, como tivemos oportunidade de referir anteriormente.¹⁹⁸

O compromisso supra referido, no tocante ao pagamento de pensões por parte do Estado, acabaria por não se concretizar, deixando de efectuar o pagamento das mesmas, ou estas serem pagas com papéis de crédito sem qualquer valor no mercado, o que tornava ainda mais desesperante a situação dos religiosos. A par das referidas pensões, o desempenho de determinadas funções, igualmente previstas pelo Estado português, apenas eram atribuídas a religiosos favoráveis à nova situação e sem qualquer antecedente contra o liberalismo.¹⁹⁹ Seria necessário passar uma década para

¹⁹⁴ Cf. *Ibidem*.

¹⁹⁵ Cf. António Martins da Silva “A Venda dos Bens Nacionais: A Carta de Lei de 15 de Abril de 1835”, I, in separata da *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1982, p. 74-pp. 44-45.

¹⁹⁶ O rendimento anual de quinhentos contos de reis dos conventos existentes em território português, destinavam-se maioritariamente para a alimentação de uma população de aproximadamente seis mil pessoas, cinco mil das quais eram religiosos professos, perto de seiscentos irmãos leigos e, um número superior a seiscentos criados, os quais compunham a população de mais de trezentos e cinquenta conventos masculinos existentes à data da sua extinção. Para confirmação conferir Ruy Ennes ULRICK, *op. cit.*, pp. 9.

¹⁹⁷ Cf. *Ibidem*, p. 39.

¹⁹⁸ Não sendo objectivo deste estudo um conhecimento aprofundado da relação existente entre as Ordens Mendicantes e a causa miguelista, comparativamente com as restantes Ordens Religiosas, ainda assim, na consulta documental realizada no decorrer deste estudo, no conjunto dos conventos existentes na cidade de Elvas, apenas encontramos documentação demonstrativa desse claro apoio por parte dos frades dominicanos, todavia, não dispondo de documentação idêntica para as restantes Ordens, nomeadamente, para os frades franciscanos, apenas podemos levantar hipotéticas hipóteses, com base na diferenciação dos valores a pagar aos egressos, já que não existe qualquer estudo nesse sentido.

¹⁹⁹ As notórias penalizações aos apoiantes de D. Miguel pelo novo governo liberal, visualizadas na extinção das Ordens Religiosas e na posterior situação dos egressos, não respeitavam a Convenção de Évoramonte, assinada por liberais e

assistirmos a demonstrações solidárias para com a situação em que viviam os egressos, nomeadamente por parte de Alexandre Herculano.²⁰⁰

3.2. O Cumprimento da Extinção: o Decreto de 30 de Maio 1834

Ainda que a extinção se inicie efectivamente no ano de 1833, com os decretos emitidos a cinco e nove de Agosto desse mesmo ano, o derradeiro veredicto que determina a decisiva abolição das Ordens Religiosas em Portugal Continental é o Decreto de 30 de Maio de 1834, o qual coloca um fim ao mais poderoso pilar do Antigo Regime. No relatório que antecedia o referido decreto, os liberais justificavam a necessidade do mesmo alegando que a manutenção das Ordens Religiosas não é conveniente para a religião nem para o Estado, dado que estas tinham uma visão do trabalho como algo indigno para a condição de religioso, optando pelas generosas doações que lhes permitisse uma vida faustosa, geradora de contendas entre diferentes Ordens. O mesmo relatório acusatório referia ainda a cobiça, travada pelas medidas dos governos que lhes limitavam as capacidades aquisitivas.²⁰¹

Como tivemos oportunidade de verificar anteriormente, na descriminação feita para com as Ordens Mendicantes no tocante à atribuição das pensões aos egressos, também no relatório em análise vamos encontrar novamente, um especial interesse conferido aos mendicantes, acusando o procedimento destes, desde do século XIII, designadamente, na luta travada contra os bispos, eximindo-se do seu dever de obediência para com os mesmos, para além, do facto de mendigarem como modo de obterem maiores proventos²⁰² justificando que fossem «*incorporados nos próprios da Nação os bens de todos os Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospícios, e quasquer Casas de Religiosos de todas as Ordens Regulares seja qual for a sua designação: Manda Sua Magestade Imperial o Duque de Bragança em nome da Rainha*» (ver DOCUMENTO N.º 9). Concretizada a extinção procede-se de imediato à «*posse de todas as Propriedades Urbanas, e rústicas, Bens moveis, Submoventes, Directos, e Acções*» que pertenciam aos extintos conventos «*e que pelo Decreto de 30 de Maio de 1834 são mandados incorporar nos proprios da Nação*» (ver DOCUMENTO N.º 9). O cumprimento do referido decreto obedecia a instruções a seguir pelos

miguelistas, responsabilizando-se a facção vitoriosa de fazer cumprir alguns dos itens, nomeadamente, a promessa de não perseguição aos apoiantes de D. Miguel I.

²⁰⁰ Cf. Ruy Ennes Ulrick, *op. cit.*, pp. 34-35.

²⁰¹ Cf. Ruy Ennes Ulrick, *op. cit.*, pp. 20-21.

²⁰² Cf. Ruy Ennes Ulrick, *op. cit.*, p. 21.

próprios funcionários, após «*Exigir debaixo de juramento dos Religiosos, Chefes Superiores, ou Administradores de cada huma das ditas Cazas, alem dos Inventários dos respectivos bens, que possa haver, as precisas declarações d'esses bens, e das dividas activas, ou passivas*» (ver DOCUMENTO N.º 9), nomeadamente, na inventariação e arrecadação dos bens, os quais se dividiam em bens comuns e bens especiais.²⁰³

Face aos objectivos inicialmente delineados para este estudo, apenas nos ocuparemos dos bens designados com a categoria de especiais²⁰⁴, por neles se incluírem, entre outros, as obras de arte, espaços e utensílios de culto, os objectos de ouro e prata e, os monumentos históricos e de arte. Apesar de se tratar de um espólio especial pelo seu valor histórico-artístico e económico, verifica-se neste período, uma deficitária produção de disposições como forma de salvaguarda desse imenso e valioso espólio, tendo permitindo o desaparecimento de muitos desses objectos.²⁰⁵ A comprovar tais irregularidades, seria emitida uma portaria a 23 de Setembro de 1835, na qual se assumem os referidos acontecimentos ocorridos com os objectos de ouro e prata, muitos deles indevidamente apropriados por particulares, mas também, pelas próprias autoridades eclesiásticas e civis e, pelos delegados e funcionários subalternos. Na tentativa de recuperação de algumas dessas preciosidades procedeu-se à realização de um inquérito para levantamento geral dos bens.²⁰⁶

²⁰³ Cf. António Martins da Silva, *Desamortização e Venda dos Bens Nacionais em Portugal na Primeira Metade do Século XIX*, (...), pp. 89-90. Os *Bens Comuns* pelas suas especificidades não se integram no âmbito deste estudo, porém e segundo nos refere o mesmo autor, incluem-se nesta categoria os *Bens Móveis* (objectos domésticos, relacionados com o serviço de refeitório e cozinha, mas também as alfaias agrícolas, géneros comestíveis, cereais armazenados, aves, gado, etc), *Submoventes* (capitais e rendimentos, onde se incluem títulos de juro, rendas vencidas e recebidas e o dinheiro) e, os *Bens Imóveis* (prédios urbanos e rústicos, foros, censos e pensões, denominados de bens de mão morta). Ainda referente à categoria dos *Bens Imóveis* e, em particular aos prédios, até ser tomada uma medida definitiva quanto ao seu destino, muitos destes imóveis foram arrendados a particulares ou administrados pela Fazenda Pública, por vezes em condições precárias, resultando por não raras vezes maus tratos, ao mesmo tempo que se contribuía para a degradação dos mesmos.

²⁰⁴ A categoria de *Bens Especiais* detinha, para além das especificidades de interesse para este estudo, os prédios rústicos, as fábricas e as matas e arvoredos de interesse ecológico ou científico.

²⁰⁵ Cf. António Martins da Silva, *Desamortização e Venda dos Bens Nacionais em Portugal na Primeira Metade do Século XIX*, (...), pp. 97-98. Interessa referir relativamente às questões patrimoniais uma notória ausência de sensibilidade nesse campo, por parte da facção cartista, a mesma que no decorrer da década de quarenta defendia a venda urgente dos restantes bens nacionais, inclusive dos prédios de que se tinha suprimido a venda, sendo pouco frequente a defesa da preservação do referido património de interesse público ou nacional. A facção setembrista acabaria por se revelar mais defensora do património cultural, devendo-se-lhe a salvaguarda de muitos objectos e edifícios, assim como o desenvolvimento e preservação da cultura em detrimento do oportunismo que vigorava neste período, marcado por vinganças e permanentes discórdias.

²⁰⁶ Cf. António Martins da Silva, *Desamortização e Venda dos Bens Nacionais em Portugal na Primeira Metade do Século XIX*, (...), pp. 100-101. Segundo as preciosidades contabilizadas pelo mapa de 1840, as quais totalizavam o número total de aproximadamente dezassete mil oitocentos e sessenta e uma peças, sendo sensivelmente distribuídas pelas igrejas dez mil trezentos e oitenta e sete e, seis mil quinhentas e setenta e cinco deram entrada na Casa da Moeda, sendo que desse total duzentas e sete peças aproximadamente, pelo seu valor, foram distribuídas por museus. Acresce a estes valores as peças vendidas nos próprios distritos de origem, contabilizadas em setecentas e trinta e cinco e apenas o número de cento e sessenta e quatro dadas como extraviadas.

A realização do inquérito para levantamento dos bens demonstrar-se-ia insuficiente para travar as irregularidades cometidas, já que dois anos mais tarde se verificavam atitudes idênticas, como nos comprova a disposição de 16 de Janeiro de 1837, na qual se declara existirem escondidas e não declaradas elevadas somas de dinheiro, jóias e alfaia, pertencentes aos extintos conventos.²⁰⁷

Relativamente aos edifícios, nota-se no ano seguinte às extinções a cedência de parte desses imóveis para fins tão distintos como judiciais, administrativos, militares, entre outros, embora a sua generalização se dê com a administração setembrista, com uma aplicabilidade mais sócio-cultural, nomeadamente, para estabelecimentos académicos, artísticos e científicos, estabelecimentos escolares e culturais, mas também, instituições de assistência e cemitérios. São igualmente frequentes os requerimentos colocados pelas mais diversas instituições locais, solicitando igrejas e edifícios então incorporados nos bens nacionais, para os mais distintos fins.²⁰⁸

Cabe-nos ainda um reconhecimento ao empenho dos setembristas, pelo esforço de colocar em segurança e ordem os referidos bens de categoria especial (livrarias, manuscritos, pintura e outras preciosidades), bem como, de estabelecer em cada capital de distrito uma biblioteca pública, um gabinete de raridades e outro de pintura, permitindo que estes espólios permanecessem salvaguardados, ao mesmo tempo que cumpriam o seu objectivo educativo e cultural junto das populações, como provam as circulares de 25 de Agosto²⁰⁹ e 2 de Novembro de 1836²¹⁰, esta última assinada por Passos Manuel (ver DOCUMENTO N.º 12), não esquecendo a circular assinada por José Freire, datada de 25 de Agosto de 1836, sobre a necessidade de se criar em cada distrito uma biblioteca e um gabinete de raridades.

Segundo António Martins da Silva, é possível estabelecer para o período entre 1834-1843, três diferentes fases na salvaguarda do património Cultural, na perspectiva do Decreto de 30 de Maio de

²⁰⁷ Cf. António Martins da Silva, *Desamortização e Venda dos Bens Nacionais em Portugal na Primeira Metade do Século XIX*, (...), p. 100. Como nos assegura Carlos Alberto Ferreira, prefaciando frei Fernando “despovoadas as casas conventuais pela violência das leis de exclausura de 1832 a 1834, os pergaminhos e papeis dos seus cartórios foram dispersos, mutilados, quando não foi que de todo os deixaram perder (...) ou como também assegura, que preparara para uma reedição das Fontes Narrativas e Textos Legais: à documentação dos seus cartórios foi dado destino vário, sendo uma parte dela destinada aos arquivos e bibliotecas públicas, onde chegou, quando chegou, depois dos baldões vários e a más horas, parada às vezes por depósitos a apodrecer e inacessível a particulares interessados.”. Relativamente à Pintura, no ano de 1936 encontravam-se já reunidos no depósito de S. Francisco de Lisboa, mais de mil quadros de pintura, e entre eles um grande número dos mais excelentes, e primorosos, que se tem recolhido”, o que não dava qualquer garantia aos desaparecimentos ocorridos e, em última análise ao seu apodrecimento. Para um maior desenvolvimento destas questões, consultar a obra de, Carlos Alberto FERREIRA, *Academia Nacional de Belas Artes*, Lisboa, Fundação Sousa Pedro, 2009, p. 368 e seguintes.

²⁰⁸ Cf. José SARAIVA, *op. cit.*, p. V.

²⁰⁹ Cf. B. A., Mss. 4-VII-4, n.º 4g), fl. 1-1 v.

²¹⁰ Cf. B. A., Mss. 54-VII-4, n.º 4f), fl. 1-1 v.

1834, definindo-se a primeira etapa, entre a data de extinção e o ano de 1836, como um período de domínio cartista e pouco activo e criterioso na selecção e manutenção dos objectos histórico-artísticos. Um segundo momento entre 1836 e 1840, já sob o direcção setembrista, onde se verifica uma apreciável coordenação entre o governo, parlamento e autarquias na distribuição de prédios em face das solicitações feitas e, por fim, uma terceira e ultima fase compreendida entre 1840 e 1843, período de retorno à administração cartistas onde avultam as críticas à excessiva suspensão de venda de bens, requerendo a venda imediata de muitos dos prédios até então suspensos de venda.²¹¹

Na opinião de José Saraiva o Decreto de Maio de 1834, apenas dá por extintos os conventos masculinos, baseando-se na expressão «*todos os Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospícios, e quasquer Casas de Religiosos de todas as Ordens Regulares seja qual for a sua designação*», tanto quanto não se faz qualquer menção directa a casas de religiosas. Em nossa opinião, o decreto inclui, naturalmente, todas as Ordens Regulares masculinas ou femininas, como de resto nos comprova a sucessiva legislação posterior a 1834, ainda que as extinções de conventos de religiosas ocorressem cronologicamente mais tarde, quase sempre por morte da última freira.²¹² Tal situação abre-nos desde logo, duas perspectivas diferentes da aplicação do mesmo decreto e, por isso, duas abordagens face a uma mesma realidade.

3.3. A Realidade das Ordens Religiosas na Cidade de Elvas

Para além da situação particular dos conventos femininos, vamos encontrar no antigo território diocesano elvense, outras formas de extinção que no seu conjunto prefazem a maioria da realidade diocesana, ou seja, das dezasseis edificações conventuais por nós contabilizadas no espaço geográfico em análise, onze foram extintas por motivos distintos da referida lei, registando-se apenas seis as extinções ocorridas no ano de 1834, sendo cinco na cidade de Elvas, uma em Campo Maior e, uma última na Vila de Fronteira. Interessa, contudo, esclarecer, que apenas nos focalizaremos na extinção dos conventos existentes na cidade de Elvas, deixando o aprofundamento dos restantes casos para futuros estudos. Esta centralização na cidade de Elvas, prende-se sobretudo, com o facto de ser este o centro urbano com maior representatividade de edificações conventuais, para além, desta cidade ser a sede diocesana em estudo, factores estes que

²¹¹ António Martins da SILVA, *Desamortização e Venda dos Bens Nacionais em Portugal na Primeira Metade do Século XIX*, (...), p. 109.

²¹² Cf. José SARAIVA, *op. cit.*, p. X.

nos pareceram desde logo fundamentais, tanto quanto fornecedores de elementos para eventuais análises comparativas, com o convento de Nossa Senhora dos Mártires, da Ordem dos Pregadores, principal objecto deste estudo.

Cronologicamente, a primeira extinção ocorrida na cidade de Elvas, verificou-se com a Ordem fundada por Santo Inácio de Loiola em 1540, após cento e catorze anos de permanência na cidade, onde a pregação, os exercícios espirituais e a caridade, constituíam alguns dos seus ministérios. Neste contexto, é de salientar a instrução religiosa que detinha um importante peso no seio da Companhia de Jesus, tendo sido fundada no colégio elvense a aula de Latim em 1645, um ano após a licença régia para a fundação do colégio. O alvará datado de 28 de Junho de 1759, foi o primeiro que extinguiu as classes e escolas da Companhia de Jesus seguido pelo de 3 de Setembro desse mesmo ano, o qual decretou a definitiva expulsão de território nacional.²¹³

É no mesmo ano de 1759 que se procede à inventariação dos bens pertencentes aos colégios da Companhia de Jesus e, em particular ao Colégio de São Tiago da cidade de Elvas, no qual são mencionados algumas imagens pictóricas e escultóricas pertencentes ao mesmo. Na *Discrição dos Bens Movers do Mesmo Colégio* as únicas referências encontradas foram no *Cobicullo do Padre Mestre de Latim* um painel representando São Tomas e, nos *Bens próprios do Padre Ribeiro mestre de latim* dois outros painéis da china pintados. Na Igreja a alusão a um retábulo existente na capela-mor.²¹⁴

Este inventário realizado a quando da expulsão dos padres da Companhia de Jesus apresenta, contudo, algumas falhas já que oculta referências pictóricas tão óbvias como a Arvore da Vida e uma outra pintura mural existente na sacristia, representando o papa Paulo III dando a regra aos Jesuítas.²¹⁵

²¹³ Joel SERRÃO, Dir., *op. cit.*, pp. 365-369.

²¹⁴ Luis Bivar GUERRA, *Colégios de Lisboa, Setúbal, Santarém, Évora e Elvas*, (Companhia de Jesus), (Col. Documentos para a História de Arte em Portugal, Vol. 12), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, pp. 105 a 117. Encontramos no decurso da investigação um outro inventário referente ao colégio da Companhia de Jesus na cidade de Elvas, datado de 1684, o qual se constitui apenas por uma relação dos foros, juro e propriedades, não havendo qualquer alusão quer à pintura quer à componente escultórica. Para consulta deste inventário consultar A. H. M. E., Mss. V/ 176 fl. 17-83 v.

²¹⁵ Cf. Jorge RODRIGUES, Mário PEREIRA, *Elvas*, (col. Cidades e Vilas de Portugal), Lisboa, Presença, 1995. pp. 76-77.

No tocante à escultura, o mesmo documento dos *Sequestros à Companhia de Jesus*, contempla bastante mais citações a começar pelo *Cobicullo do Padre Reitor*, onde surge uma alusão a um Senhor representando Ecce-Homo, assim como um senhor crucificado existente no *Cobicullo do Padre Mestre de Latim*. É contudo, na Igreja que se encontra a maioria das referências escultóricas, tendo sido contabilizadas a totalidade de vinte e quatro existências, não esquecendo a imagem de Nossa Senhora da Anunciada, existente na Sacristia da dita confraria, contabilizando um total de vinte e sete imagens no conjunto.²¹⁶

Pelo que respeita à Ordem dos Hospitaleiros de S. João de Deus, esta detinha a administração dos conventos-hospitais, podendo a dita Ordem não constituindo no caso dos hospitais propriedade da mesma, mas antes propriedade da Casa Real Portuguesa, pelo que eram habitualmente designados de Reais Hospitais. No caso de Elvas, verificamos a existência do convento dos Irmãos de S. João de Deus, associado ao real hospital, ambos edificadas no ano de 1641²¹⁷, ainda que a sua administração apenas tenha transitado para os Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus²¹⁸ em 1645, por alvará de 4 de Maio desse mesmo ano.²¹⁹ O facto de os conventos-hospitais militares constituírem propriedade régia, sendo os Irmãos de S. João de Deus apenas seus administradores, levou a que não fossem inseridos no rol dos bens patrimoniais a ingressar na Fazenda Nacional, como sucedera com os bens provenientes das restantes Ordens Religiosas, não terminando, porém com, a assistência aos enfermos e doentes militares, com o contributo técnico dos Irmãos de S. João de Deus.²²⁰

²¹⁶ Cf. Luis Bivar GUERRA, (...), pp. 105 a 117.

²¹⁷ A fundação dos hospitais militares dos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus, nomeadamente, os de primeira linha, como sucede com Elvas, Campo Maior e Olivença estão directamente relacionados com a Guerra da Restauração e, consequentemente, com a necessidade de auxílio a prestar aos feridos enquanto centros assistenciais. Igualmente a ter em conta, a geografia dos três casos referidos anteriormente é a sua posição estratégica no reino, razão que levou a que os casos das Praças de Elvas e Campo Maior, fossem duas das mais antigas fundações. Para aprofundar este assunto consultar Augusto Moutinho BORGES, *Reais Hospitais Militares em Portugal [1640-1834]*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 26 – 29.

²¹⁸ O referido Alvará passa a dar aos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus a responsabilidade da administração e organização dos Reais Hospitais Militares no reino, nomeadamente na Praça de Elvas, Campo Maior e Monção. Todavia, o monarca D. João V, emitiu logo no início do seu reinado um Alvará (1708), onde retira a administração aos Irmãos de S. João de Deus dos Reais Hospitais Militares, ainda que podendo exercer a sua função de enfermeiros. Segundo Augusto Moutinho Borges, em alguns casos verificava-se uma permanência dos mesmos na administração dos hospitais militares, dada a sua larga competência. Para um maior entendimento consultar Augusto Moutinho BORGES, *op. cit.*, pp. 55 a 63.

²¹⁹ Cf. *Ibidem*, p. 96. Segundo o mesmo autor, a quando da sua fundação existiam 14 religiosos num total de 22 camas, tendo o número aumentado posteriormente. Ainda de destacar as importantes funções desenvolvidas no Hospital Militar de Elvas, nomeadamente, ao nível do noviciado, onde se prestava formação técnica e teórica dos candidatos a Irmãos Hospitaleiros. A formação desempenhava uma importância significativa, em particular, neste Hospital Militar, sobretudo, se tivermos em conta, que foi no mesmo que se escreveu a primeira obra com receituário para todos os Reais Hospitais Militares nacionais.

²²⁰ Cf. *Ibidem*, p. 80.

Segundo o critério cronológico adoptado, as extinções ocorridas em consequência do Decreto de 30 de Maio de 1834 na cidade de Elvas foram executadas em três conventos: o convento de S. Francisco, extra-muros (ver DOCUMENTO N.º 13 e 14), o convento de S. Paulo (ver DOCUMENTOS N.º 15 e 16) e o convento de S. Domingos (ver DOCUMENTOS N.º 17 a 21), este último com capítulo próprio no desenvolvimento deste estudo. De resto é destes três institutos religiosos de que existem processos de inventariação no fundo Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Numa primeira abordagem, sobressai desde logo pela volumetria, a quantidade de bens inventariados pertencentes aos respectivos conventos, denunciando desde logo, a importância económica dos mesmos.

O Convento de S. António, da Ordem de S. Francisco é de todos, indiscutivelmente, o mais humilde começando desde logo pelo conjunto arquitectónico de linhas bastante simples e de proporções reduzidas, tendo sido avaliado em 1834 em 1:102.000 reis. No âmbito das obras de arte e, no caso da pintura em particular, não existe qualquer registo no processo de inventariação. No caso da escultura, a realidade é ligeiramente diferente totalizando dezasseis esculturas sob o título *Descrição dos Objectos pertencentes á Igreja do Extincto Convento de S. Antonio extra muros d'Elvas* (ver DOCUMENTO N.º 13), sendo das dezasseis peças, oito crucifixos. Neste mesmo fundo, mas já sob o título *Relação dos vasos Sagrados, Paramentos, e mais objectos pertencentes ao Extincto Convento de Santo Antonio extra muros desta cidade d'Elvas que se entregarão ao Illustrissimo Senhor Vigário Capitular do Bispado* (ver DOCUMENTON.º 14), onde surgem as mesmas dezasseis imagens inventariadas, porém, no item “Chôro” surgem discriminadas «4 Bispos de Barro que ornem o Choro» (ver DOCUMENTON.º 14) o que aumenta para vinte as imagens de escultura.

Curiosamente na análise do mesmo processo não constam quaisquer bens submoventes ou imóveis pertencentes à comunidade franciscana elvense (que detinha treze religiosos em 1834), exceptuando conforme já referido algumas imagens escultóricas, objectos para uso litúrgico, paramentos, roupa branca (ver DOCUMENTOS N.º 13 e 14), ou a livraria com os seus 829 volumes.

Situação inversa se verifica com a situação do Convento de S. Paulo na cidade de Elvas, que ainda que avaliado o seu conjunto de edificações pelo valor de 900. 424 reis tendo em «*atenção ao muito mão estado e que esta*» (ver DOCUMENTON.º 15), ainda que o mesmo detivesse uma área bastante superior ao convento anteriormente analisado, de resto, este constituía a maior construção conventual na cidade de Elvas, logo a seguir ao convento dominicano, pela presença arquitectónica,

pela pintura e escultura nele existentes, já para não referir outras tipologias patrimoniais, por se afastarem dos objectivos deste estudo.

Ao nível da pintura, o processo de inventariação efectuado em 1834 (ver DOCUMENTOS N.º 16 e 17), não apresenta um item específico para esta expressão artística, porém, encontramos na inventariação dos objectos pertencentes à igreja, a referencia a dois painéis, dentro do item *objectos de madeira*, pelo que depreendemos tratar-se de duas pinturas sobre madeira, facto que as levou a ser catalogadas como tal. Existe contudo uma chamada de atenção para os muitos vestígios de pintura mural, ainda hoje perceptíveis, que decoravam, sobretudo o altar-mor, mas também o falso transepto, ainda que as mesmas não sejam referenciadas no mencionado processo. Para a escultura o cenário é bastante mais enriquecedor já que a mesma inventariação contabiliza o total de 24 imagens existentes à data de 1834, distribuídas pela igreja, pelo coro e pela sacristia (ver DOCUMENTOS N.º 16 e 17).

Após esta análise, que temos vindo a fazer referente à cidade de Elvas, onde já foram referidas a Companhia de Jesus, os Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus, além dos franciscanos e paulistas, impõe-se-nos agora analisar os conventos de religiosas: convento de Nossa Senhora da Conceição, da Ordem de S. Francisco²²¹ e o convento de Nossa Senhora da Consolação, da Ordem de S. Domingos (ver DOCUMENTO N.º 18), ambas mendicantes. Após 30 de Maio de 1834, os conventos de religiosas permaneceram na sua generalidade, praticamente imunes ao Decreto de extinção, porém muitos outros decretos, circulares e alvarás foram sendo publicados, com o objectivo de limitar tanto quanto possível a vida dessas religiosas.

O dito Decreto de 30 de Maio de 1834 que promoveu a imediata extinção das Ordens Religiosas em Portugal, não foi tão redutor quanto aos conventos femininos, estes, acabariam por perdurar por mais alguns anos, o que não pode ser visto como um privilégio, mas antes, como uma benesse pelo facto de serem mulheres, algumas já de avançada idade, tal decisão não foi um obstáculo às medidas tomadas relativamente ao seu património e em particular, ao bens artísticos. É disso exemplo, uma circular de 25 de Novembro de 1835, que nos dá conhecimento da existência de notáveis preciosidades existentes nos conventos, sobretudo, ao nível da pintura, estando as religiosas pelos mais diversos pretextos dispostas a vender, pelo que, Sua Majestade a Rainha, como forma de salvaguarda desse mesmo património, mandou que fossem cuidadosamente

²²¹ A. N. T. T., *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças*, Convento de Santa Clara da Ordem de S. Francisco, Elvas, Cx. 2014, Capilha 2.

conservados ao cuidado dos governadores civis, a quem deveria competir a sua inventariação, ao mesmo tempo que inculcia junto das religiosas a responsabilidade por qualquer desaparecimento destes bens (ver DOCUMENTON.º 19).

A 9 de Janeiro de 1837, novo decreto é divulgado para que se proceda à amortização de todos os padrões de juro existentes a favor das religiosas, sendo atribuída uma anualidade pelo Ministério dos Negócios Eclesiásticos. Todas estas medidas criaram sérias necessidades junto de algumas religiosas, o que o que levou à promulgação da Lei de 23 de Julho de 1850, onde por portaria régia se informava da intenção de atribuir a quantia de doze contos de reis para subsistência das mais carenciadas, sendo solicitado ao bispo elvense os necessários esclarecimentos, para a sua efectivação. O governo atribuía esta penúria à má gestão dos bens e, não à sua ausência,²²² mas pelo que segundo a Lei de 4 de Abril de 1861 os bens e rendimentos dos conventos «*serão provisoriamente administrados e arrecadados pela mesma forma que o são os digual natureza pertencentes á Fazenda Nacional.*»²²³

No decurso da investigação realizada, no âmbito dos conventos femininos elvenses, descobrimos para o caso particular de Santa Clara de Elvas dois processos de inventariação, dos bens pertencentes ao mesmo, um primeiro datado de 1836, dois anos após a extinção das Ordens Religiosas, intitulado *Treslado do Inventario, a que se procedeo no Convento das Religiozas de Santa Clara d'esta Cidade*²²⁴. Trata-se de um inventario bastante sumario, totalizando apenas o número de 12 itens, na sua grande maioria referentes apenas a paramentos, terminando «*o dito Administrador o prezente Inventario por findo, visto que não se encontrar no referido Convento Pinturas, ou preciozidades Notáveis, mais do que as assima mencionadas*».²²⁵

Independentemente deste registo de 1836, existe o inventário de 1834 existente no fundo do Arquivo do Ministério das Finanças, existente nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, o qual à semelhança do anterior, não faz qualquer alusão à pintura e escultura eventualmente existente no conjunto conventual de Santa Clara um dos mais ricos patrimónios conventuais da cidade de Elvas. O convento de Nossa Senhora da Conceição, perduraria até à morte da última freira D. Maria Clementina do Carmo Marques Peres, falecida a 12 de Julho de 1870.

²²² A. N. T. T., *Mitra Episcopal de Elvas*, Livro 1, fl. 125 v – 126 v.

²²³ A. H. M. E., *Convento das Dominicanas*, Ms. 272, fl. 7 v.

²²⁴ A. H. M. E., *Conventos*, Mss. 5/ 334.

²²⁵ *Idem*.

Relativamente ao segundo convento de religiosas existentes na mesma cidade, este, da Ordem de S. Domingos, assume um percurso idêntico quanto à sua existência até à morte da última freira, o que pensamos ter ocorrido cerca do ano de 1862, quando deixamos de ter correspondência entre o Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça e o Vigário Capitular do bispado de Elvas, sobre a necessidade de suprimir o dito convento. Os esforços das referidas instituições que, alegando a proveta idade da última habitante para justificar a sua incapacidade de «*administrar como convem os bens do convento*»²²⁶ pelo que se deveria chegar a um consenso com a mesma «*sobre a importância da pensão mensal que o governo deverá abonar á referida Religioza, para que ella possa decente e commodamente viver em qualquer outro convento da sua escolha, sem se tornar pezada a respectica comunidade, ou aliaz em casa particular como melhor lhe aprouvar*». Porém, a sua saída do convento de Nossa Senhora da Consolação, nunca se verificou, assim como o pagamento da mensalidade estipulada em 20 mil reis, tendo D. Ana Inácia de Jesus de Gusmão falecido no mencionado convento.

Para este convento de Nossa senhora da Consolação, a documentação acabaria por se nos revelar de algum modo mais significativa, quer para os casos de pintura quer para a escultura, ainda que prevalecendo a forma numérica à descritiva, salvo as imagens devocionais que se encontram identificadas. Datado de 1863, o inventario intitulado, *Copia do inventario das alfaias, vasos sagrados e mais objectos da Egreja do supprimido Convento de Nossa Senhora da Consolação da Ordem de São Domingos desta Cidade, que ficam a cargo da Junta da Parochia de Santa Maria d'Alcaçova desta mesma Cidade d'Elvas* (ver DOCUMENTON.º 18), constam «*trinta e sete quadros de varias dimensões, representando diversos Santos e differentês passagens da Escriptura, a maior parte dos mesmos deteriorada pelo tempo e pela humidade*»²²⁷, bem como o registo de trinta e quatro imagens devocionais, na igreja, coros e capela.

Não podemos deixar de fazer menção pelo interesse e novidade suscitada, outros factos fundamentados em documentação referente aos dois conventos de religiosas, os quais ainda que oficialmente extintos permitiram novas entradas femininas nos anos que se seguiram, ainda que com imposições claras e necessárias de acordo com a nova realidade das Ordens Regulares em Portugal. Na verdade, por vontade régia, algumas condescendências foram tidas para com algumas senhoras, muito possivelmente, oriundas de uma alta burguesia elvens, segundo nos permite

²²⁶ Cf. A. H. M. E., *Convento das Dominicanas*, Mss. 272, fl. 4.

²²⁷ Cf. A. H. M. E., *Convento das Dominicanas*, Mss. 272, fl. 17 v.

apurar através de alguns dados biográficos. Relativamente às motivações implícitas nestas entradas, encontramos o factor educação, viuvez, auxílio e, questões de honorabilidade.

Por todas estas razões apontadas, deviam as ditas senhoras «*Sustentando-se ahi á propria custa sem detrimento ou gravame da comunidade, guardando a modestia e moderação nos vestidos, uzos, e costumes, como cumpre ás Seculares recolhidas nas Clauzuras Religiosas, e ficando entendido que não poderão de modo algum fazer profissão ou votos religiosos, sob pena de se proceder, como hé de lLei, contra a Comunidade*»²²⁸. Os registos contabilizados para o convento das religiosas de S. Domingos somam apenas dois, tendo as respectivas entradas ocorridas no decorrer da década de quarenta. O número eleva-se para cinco, quando passamos às religiosas de Santa Clara, sendo a sua cronologia entre de 1841 a 1852, período no qual subsistia um número razoável de religiosas, em ambas as comunidades.²²⁹

Das seis fundações extintas em Elvas, aqui analisadas, como tivemos oportunidade de verificar, tão diversas quanto as próprias circunstâncias históricas que o próprio país foi atravessando, desde a segunda metade do século XVIII até à segunda metade do século XIX, mais precisamente até ao ano de 1870, com a morte de soror Maria Clementina do Carmo Marques Peres, com o qual se encerra definitivamente o ultimo convento na cidade. Se para as Ordens Religiosas masculinas (S. Domingos, S. Francisco e S. Paulo), o Decreto de 30 de Maio fora imediatamente executado, com laivos de alguma vingança no tocante às Ordens Mendicantes, como tivemos oportunidade de observar pelas medidas tomadas no decorrer do processo de extinção, por outro lado, embora também extintos os femininos, estes mantiveram-se até à morte da última freira.

²²⁸ A. N. T. T., *Mitra Episcopal de Elvas*, Cx. 1, 1, fl. 121 v.

²²⁹ Segundo a mesma referência documental, encontramos para o convento de Nossa Senhora da Consolação a entrada de D. Teresa Botelho da Fonseca Parganino Maldonado (1843), casada com o Major de Cavalaria n.º 4 Jerónimo da Silva Maldonado. A segunda entrada foi de D. Sabina de Andrade (1849), fazendo-se acompanhar de criada. Para o convento de Nossa Senhora da Conceição, da Ordem de S. Francisco, a primeira entrada pertence a Maria Ana de Amaral (1841), que entrou por vontade de seu pai Manuel António de Amaral, para ali ser educada. Segue-se D. Isabel Joana de Brito Mousinho Cabral Aranha (1847), viúva do Doutor Francisco Xavier do Rego Aranha, com o intuito de prestar auxílio a D. Maria Feliciano do Rego Aranha, religiosa professa no referido convento, mas à data entrevada. D. Maria Eugénia Simões (1850), entrou por pedido de seu pai, José Joaquim Simões, para que fosse aceite como secular no convento, pese embora a sua condição de casada. D. Maria do Rosário constituía a quarta entrada neste mesmo convento (1851), viúva do capitão reformado João António Roquete, fazendo-se acompanhar por uma criada. Por fim D. Maria Amália de Castro Cabral (1852) que se fez acompanhar pela sua filha, correspondendo ambas à última entrada nos registos por nós analisados.

3. 4. A extinção do Convento de Nossa Senhora dos Mártires

3. 4. 1. Os novos ciclos de S. Domingos de Elvas:

3. 4. 2. Arquitectura

O caso do convento de Nossa Senhora dos Mártires, surge, neste seguimento, na mesma linha dos conventos pertencentes à Ordem de S. Francisco e S. Paulo, extintos e inventariados os seus bens no ano de 1834, em resultado do Decreto de 30 de Maio do mencionado ano. Poderemos depreender dos três processos de inventariação e avaliação referentes aos mesmos, pertencentes as *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças*, existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que houve três equipas a trabalhar nos referidos processos, que se iniciam a nove de Junho de 1834 com o Convento de Nossa Senhora dos Remédios, da Ordem de S. Paulo²³⁰, seguindo-se a 10 de mesmo mês o Convento de S. Francisco²³¹ e por fim, a 11 de Junho o Convento de Nossa Senhora dos Mártires²³², da Ordem dos Pregadores, terminando em meados de Novembro do mesmo ano.

Esta imediata aplicação do Decreto de Maio de 1834, bem como, a execução simultânea da inventariação e avaliação dos bens pertencentes aos referidos conventos, tal como referimos, levam-nos a acreditar em processos e, naturalmente, equipas distintas na execução dos mesmos, embora, nos surjam cargos ocupados pelas mesmas pessoas. Para o caso do convento de S. Domingos de Elvas, embora a estrutura fosse igual aos restantes, compunha-se de um Corregedor Interino da Comarca, Luís Manuel de Évora Macedo que pela função que desempenhava tornava-se comum aos restantes. Seguia-se um Fiscal da Fazenda Nacional, cargo desempenhado pelo Dr. Fernando José Nunes Morgado e os Avaliadores Tomé Rodrigues e Manuel Rodrigues, desempenho que exerciam igualmente no processo de S. Paulo de Elvas. Ao Vigário Geral era atribuída a função de depositário de vasos sagrados, ornamentos e outros, assim como, as testemunhas Manuel de Noronha e Castro e Joaquim Velasco Garcia. Havia naturalmente outras funções, ocupadas por outras tantas pessoas, como o Porteiro do Juízo (para o caso das arrematações dos bens) ou o prateiro (como era designado a pessoa responsável pelo peso das pratas), entre outros.

²³⁰ A. N. T. T., *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças*, Convento de N.^a Sr.^a dos Remédios, Ordem de S. Paulo, Elvas, Cx. 2213, Capilha 2.

²³¹ A. N. T. T., *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças*, Convento de Santo António, Ordem de S. Francisco, Elvas, Cx. 2213, Capilha 1.

²³² A. N. T. T., *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças*, Convento de Nossa Senhora dos Mártires, da Ordem de S. Domingos, Elvas, Cx. 2213, Capilha 3.

A quando da extinção, S. Paulo apenas contava com o número total de seis religiosos, o mais baixo de todos e o convento franciscano detinha o número mais elevado, com treze na totalidade, número este superior aos nove que constituíam a comunidade dominicana elvense (não incluindo três noviços), à data da sua extinção.²³³ Contudo, não podemos tirar conclusões quanto à importância de um determinado convento apenas pelo número de religiosos que nele habitava, outros factores deverão ser tidos em consideração numa análise deste tipo.

O convento de Nossa Senhora dos Mártires, da Ordem dos Pregadores, na cidade de Elvas, primeira fundação monacal no território diocesano o que se traduz numa acumulação de riqueza, tão mais monopolizadora, tanto quanto se assume como a única Ordem Religiosa instalada na diocese durante aproximadamente um século e meio. Traduziam-se estes cento e cinquenta anos em inúmeras doações e privilégios régios, papais, eclesiásticos, assim como, doações testamentárias e vontades pias manifestadas por parte de particulares, que permitiram não só a construção do convento e da sua igreja, como possibilitaram aos frades adquirirem a condição de proprietários, pela qual, conseguiram um património bastante expressivo, como nos comprova o inventário efectuado dos seus bens em 1834.²³⁴

Segundo o mapa demonstrativo de todos os bens do extinto convento de Nossa Senhora dos Mártires, este atribui o valor de 52. 390\$183 aos bens moveis e submoventes, vendidos até à data de 16 de Outubro de 1834 pelo Juízo da Correição.²³⁵

Acresce aos factos expostos anteriormente, uma outra questão referente às Ordens Religiosas, existentes na cidade de Elvas, que nos ajudam a melhor entender a sua extraordinária importância e o consequente poder por elas detidas. Embora Elvas não sendo a capital do reino, nem mesmo tivesse os privilégios da vizinha cidade de Évora, elevada a segunda cidade do reino por D. João I e onde já no século XVI ali habitara D. Manuel, como D. João III seu filho²³⁶ (acontecimentos que arrastaram consigo toda uma nobreza cortesã). Independentemente desta vizinhança de poder que, os conventos em Elvas, acabavam por assumir toda a predominância neste burgo.

²³³ Idem. Relativamente ao número existente de religiosas para o ano de 1834, desconhecemos qualquer referência na documentação analisada, apenas encontramos para o ano de 1861, permitindo-nos saber da existência, no ano anterior, de apenas três religiosas (Soror D. Inácia de Gusmão, Soror D. Madalena do Carmo e Soror D. Maria da Graça Rosa Bastos e Silva). No caso de Santa Clara desconhecemos qualquer alusão para esta mesma questão, que no processo de 1834, quer em qualquer outra documentação no decorrer dos anos seguintes. Para a questão do número de religiosas dominicanas em Elvas, ver A. N. T.T., *Mitra Episcopal de Elvas*, Cx. 1, maço 3, n.º 1.

²³⁴ Idem.

²³⁵ Cf. A. D. P., ACELV/ 13/ 06/ 03.

²³⁶ Túlio ESPANCA, *Évora e o seu Distrito*, Évora, Livraria Nazareth, 1967, pp. 12-13.

Esse poder económico do convento de S. Domingos, acumulado por mais de cinco séculos e meio, é igualmente perceptível nas dimensões demonstradas pelo próprio conjunto arquitectónico, o maior dentro das edificações conventuais elvenses e, no caso particular da igreja, o maior espaço de culto religioso. Embora a igreja de S. Domingos se mantenha afectada à prática litúrgica pós extinção das Ordens Religiosas, o mesmo não sucedeu com o restante edifício, que inicia um novo ciclo da sua existência. Neste sentido a primeira referência de que dispomos reporta-nos para os anos de 1837 e 1838, quando uma primeira portaria faz a requisição do edifício conventual para que fosse colocado à disposição do Ministério da Guerra, requerimento que se repete em Janeiro do ano seguinte por parte do dito Ministério, no sentido de servir para quartel de um Regimento de Artilharia já existente naquela cidade.²³⁷

No caso do conjunto de edifícios conventuais em Maio do ano de 1838 é feita requisição pelo mesmo Ministério da Guerra do edifício, para aquartelamento da tropa, à qual sabemos ter sido dada resolução (16 de Maio de 1838) decisão tomada em consulta da Junta de Crédito Público, que manda colocar o edifício à ordem do dito ministério, com excepção da cerca e das oficinas. Ainda no mesmo mês e ano é apresentado um pedido por parte do Ministério da Guerra relativamente às oficinas e cerca pertencentes ao extinto convento de S. Domingos, alegando serem para o serviço do segundo Regimento de Artilharia.²³⁸ A cerca conventual é novamente requisitada pelo Ministério da Guerra em 1843, sendo a mesma cedida para horta do Regimento de Artilharia n.º 2, segundo Portaria da Fazenda, datada de 6 de Julho de 1844.²³⁹

Novo requerimento é colocado em 1845 pelo Ministério da Guerra, para obtenção das oficinas pertencentes ao antigo convento, todavia, não tivemos acesso a qualquer documento que nos desse a confirmação de que as mesmas haviam sido cedidas. Aceite as antigas instalações do convento de S. Domingos para aquartelamento de tropas, encerra-se definitivamente um ciclo: a vida em comunidade de uma Ordem Religiosa; principiando-se simultaneamente um outro bastante diferente, que se define pela vida militar, ciclo que perduraria até aos dias de hoje. Fins tão distintos, obrigam naturalmente a espaços igualmente bastante diversificados, pelo que assistiremos a diversas campanhas de obras, de modo a se proceder às adaptações necessárias à realização das novas funções. Neste sentido, assistiremos a obras no ano de 1848, mas precisamente nas casas ao

²³⁷ Cf. A. N. T. T., *Livro I das Requisições*, p. 199.

²³⁸ Cf. *Idem*.

²³⁹ Cf. *Ibidem*, pp. 202-203.

nível do plano térreo do antigo convento, de modo a poderem servir de alojamento a duas baterias do Regimento de Artilharia n.º 2 (ver DOCUMENTON.º 20).

As casas escolhidas para quartel das duas baterias, onde já se encontrava instalado o referido regimento, correspondiam enquanto convento ao antigo refeitório e despensa, iniciando-se as obras no decorrer desse mesmo ano, orçadas em aproximadamente 601\$580, conforme se pode verificar na documentação analisada (ver DOCUMENTO N.º 20).

Em 1872, o Comandante do mesmo regimento, efectua um pedido de compra de uns armazéns existentes no piso térreo do antigo convento e pertença de João José da Guerra, residente na cidade de Elvas, para construção de casernas. Trata-se, segundo o mesmo documento, de uns armazéns contíguos à fachada exposta a Norte, os quais no passado haviam tido comunicação directa com o claustro²⁴⁰, caracterizando-se os mesmos por serem abobadados e com soalho de ladrilho, encontrando-se os mesmos em bom estado de conservação.²⁴¹ Numa tentativa de enquadrar estes espaços ao extinto convento de S. Domingos, recorrendo ao processo de inventariação e, a avaliação do edifício aqui em análise, podemos ler, a descrição feita a Norte onde refere uma «*Adega de Vinho, e de Azeite, Celleiros, Dispença, e muitas Outras próprias para qualquer ministério por serem de abobeda, e estarem no melhor estado de Conservação*» (ver DOCUMENTO N.º 21). Trata-se da mesma ala do edifício, onde se encontrava o antigo refeitório e despensa.²⁴²

²⁴⁰ Relativamente ao espaço claustral, ainda que este seja o espaço por excelência de distribuição dos religiosos pelas diversas dependências que compunham o convento, não podemos deixar de referir uma outra função dada ao mencionado espaço no decorrer do século XVIII, referimo-nos às condenações do Santo Ofício por autos de fé ali realizados como nos confirma alguns documentos arquivísticos. Para aprofundar esta questão consultar A. H. M. E., *Bispado e Vigarias de Elvas*, Mss. 330.

²⁴¹ Cf. DIRECÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DO EXÉRCITO, *Quartel de S. Domingos – ex-convento*, Cx. 2, Processo n.º 2.

²⁴² A realidade, pelo muito património de que o Estado passou a possuir, permitia um elevado número de pedidos por parte das mais diversas instituições e associações locais e regionais, solicitando as mais diversas parcelas ou mesmo a totalidade dos imóveis pertencentes ao antigo convento de S. Domingos de Elvas. A título de exemplo uma petição por parte da Câmara Municipal de Elvas, a Sua Majestade, para concessão de uma faixa de terreno da cerca do extinto convento no ano de 1883, para construção de uma avenida desde as Portas de Olivença às portas de S. Vicente, permitindo que a dita via de comunicação atravessasse a cortina de S. Domingos. Eram frequentes diversas instituições fazerem este tipo de pedidos, neste caso em concreto, não tivemos acesso a qualquer resposta, mas julgamos que a mesma tenha ido ao encontro da resposta dada a quando de um outro pedido, por parte desta mesma instituição no ano da Revolução de 1974, e que fora negativa, por ir alterar a traça, por questões estratégicas e de defesa do próprio aquartelamento. Para maior desenvolvimento desta situação ver: D. I. E. E., *Quartel de S. Domingos – Ex-convento*, Cx. 2, processo n.º 7 e, A. H. M. E., *Colecção de Outros Documentos*, Mss. 981.

O espaço conventual, a partir de 1919, passa a albergar a empresa Lopes, Mata e Antunes, Lda, com sede em Elvas, segundo a cópia de uma escritura de permutação e cedência de parte da cerca do extinto convento dominicano, (a qual comunicava com a designada Rua Nova), realizada pelo Ministério da Guerra. Confirmar em D. I. E. E., *Quartel de S. Domingos – Ex-convento*, Cx. 1, processo n.º 1.

Entre as mais diversas instituições e associações de que aludíamos anteriormente, interessa contudo fazer uma referência a um pedido feito pelo Ordem Terceira de S. Domingos em 1948, alegando ter a «*venerável Ordem Terceira oportunidade de repor nesta cidade alentejana, os monges de S. Domingos, e desnecessário se torna encarecer as*

A realidade, pelo muito património de que o Estado passou a possuir, permitia um elevado número de pedidos por parte das mais diversas instituições e associações locais e regionais, solicitando as mais diversas parcelas ou mesmo a totalidade dos imóveis pertencentes ao antigo convento de S. Domingos de Elvas. A título de exemplo uma petição por parte da Câmara Municipal de Elvas, a Sua Majestade, para concessão de uma faixa de terreno da cerca do extinto convento no ano de 1883, para construção de uma avenida desde as Portas de Olivença às portas de S. Vicente, permitindo que a dita via de comunicação atravessasse a cortina de S. Domingos (ver DOCUMENTO N.º 22).

Eram frequentes diversas instituições fazerem este tipo de pedidos, neste caso em concreto, não tivemos acesso a qualquer resposta, mas julgamos que a mesma tenha ido ao encontro da resposta dada a quando de um outro pedido, por parte desta mesma instituição no ano da Revolução de 1974, e que fora negativa, por ir alterar a traça, assim como, por envolver questões estratégicas e de defesa do próprio aquartelamento. Contudo o regimento Militar de Elvas faz uma contraproposta à Câmara Municipal, de uma parcela de menores dimensões (ver DOCUMENTOS N.º 23 e 24).

Parte do espaço conventual (correspondente ao que seria a cerca conventual), a partir de 1919, passa a albergar a empresa Lopes, Mata e Antunes, Lda., com sede em Elvas, segundo a cópia de uma escritura de permutação e cedência de parte da cerca do extinto convento dominicano, (a qual comunicava com a designada Rua Nova), realizada pelo Ministério da Guerra.

*vantagens que para este (sic) região tão paganizada, adviriam, com a sua permanência aqui.», e continua «Não temos, porém, os alojamentos indispensáveis para fundar, para já, uma Residência. Contudo, esta dificuldade desapareceria se V. Ex.^a senhor Ministro, nos quizesse algumas dependências confinantes com a igreja, - as necessárias para a instalação dalguns religiosos, - ds que, pela sua situação em relação ao templo, mais úteis fossem aos monges e menos necessárias ao Quartel visinho.». Para um maior desenvolvimento relativo ao pedido da Ordem Terceira de S. Domingos de Elvas conferir: D. I. E. E., *Quartel de S. Domingos – Ex-convento*, Cx. 2, Processo n.º 6.*

Finalmente e, já em data de 4 de Maio de 1962, segundo um ofício assinado pelo Tenente-coronel de Infantaria H. de Miranda Dias, podia-se ler nas características do edifício do antigo convento de S. Domingos, como se encontrando parcialmente arruinado. A sua construção segundo a mesma descrição é de alvenaria de pedra, tijolo e cal, e o seu abandono e praticamente completo depois da derrocada que se verificou há cerca de 3 anos a N. E., tendo os serviços de engenharia como apresentando falta de segurança para ocupação militar, acabando por se destinar para compartimentos e arrecadações. Seria neste seguimento que o edifício foi alvo de obras por parte da Ex - Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais no início da mesma década de sessenta, permitindo que em 1978, se encontra-se a funcionar no andar superior a messe de oficiais do Regimento de Infantaria de Elvas, com quartos e sala de oficiais e, no andar térreo uma arrecadação de material de aquartelamento, guerra e depósito de fardamento, Para um maior aprofundamento desta temática consultar: D. I. E. E., *Quartel de S. Domingos – Ex-convento*, Cx. 1, Processo n.º 5.

A desactivação do Regimento de Infantaria n.º 8, cujo quartel ocupava as antigas dependências conventuais, encerra mais um ciclo de S. Domingos, iniciando-se a partir de 2006 um outro ciclo, ao qual poderíamos designar com toda a legitimidade o ciclo museológico, já que se encontra a funcionar desde do referido ano o Museu Militar de S. Domingos de Elvas.

Entre as mais diversas instituições e associações de que aludíamos anteriormente, interessa contudo fazer uma referência a um pedido feito pela Ordem Terceira de S. Domingos em 1948, alegando ter a «*venerável Ordem Terceira oportunidade de repor nesta cidade alentejana, os monges de S. Domingos, e desnecessário se torna encarecer as vantagens que para este (sic) região tão paganizada, adviriam, com a sua permanência aqui.*», e continua «*Não temos, porém, os alojamentos indispensáveis para fundar, para já, uma Residência. Contudo, esta dificuldade desapareceria se V. Ex.^a senhor Ministro, nos quizesse algumas dependências confinantes com a igreja, - as necessárias para a instalação dalguns religiosos, - ds que, pela sua situação em relação ao templo, mais úteis fossem aos monges e menos necessárias ao Quartel visinho.*».²⁴³

Todavia, já em data de 4 de Maio de 1962, segundo um ofício assinado pelo Tenente-coronel de Infantaria H. de Miranda Dias, podia-se ler nas características do edifício do antigo convento de S. Domingos, como se encontrando parcialmente arruinado. A sua construção segundo a mesma descrição é de alvenaria de pedra, tijolo e cal, e o seu abandono é praticamente completo depois da derrocada que se verificou há cerca de 3 anos a N. E., tendo os serviços de engenharia como apresentando falta de segurança para ocupação militar, acabando por se destinar para compartimentos e arrecadações. Seria neste seguimento que o edifício foi alvo de obras por parte da Ex – Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais no início da mesma década de sessenta, permitindo que em 1978, se encontra-se a funcionar no andar superior a messe de oficiais do Regimento de Infantaria de Elvas, com quartos e sala de oficiais e, no andar térreo uma arrecadação de material de aquartelamento, guerra e depósito de fardamento, Para um maior aprofundamento desta temática consultar.²⁴⁴

A desactivação do Regimento de Infantaria n.º 8, cujo quartel ocupava as antigas dependências conventuais, encerra mais um ciclo de S. Domingos, iniciando-se a partir de 2006 um outro ciclo, ao qual poderíamos designar com toda a legitimidade o ciclo museológico, já que se encontra a funcionar desde do referido ano o pólo de S. Domingos de Elvas, do Museu Militar elvense.

Tais dinâmicas verificadas para o convento de S. Domingos, mais se acentuam quando analisamos o caso da igreja do referido convento, (mais susceptíveis a partir da campanha de obras da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais), nas diversas dependências de que dela fazem parte. Posto isto, encontramos, a antiga Sala de Capitulo, que assumiu igualmente a função de panteão

²⁴³ D. I. E. E., *Quartel de S. Domingos – Ex-convento*, Cx. 2, processo n.º 6.

²⁴⁴ D. I. E. E., *Quartel de S. Domingos – Ex-convento*, Cx. 1, Processo n.º 5.

dos Monroi Sequeira, Senhores de Palma, ao serem depositados em jazigo próprio Luís de Monroi de Sequeira e sua mulher D. Mécia Pereira, seus fundadores. Finda a «*capella e cappitulo, pelos antecessores dos suplicantes (...) e o fizerão sancristia*»²⁴⁵ no ano de 1673, perdurando até ao ano de 1936. Segue-se uma outra sala, da qual desconhecemos a sua função passada, adquirindo hoje uma função de arrumação de objectos vários, para além, de espaço de transição entre a antiga sacristia e a igreja.

Regressando ainda ao espaço de sacristia, pertencente à igreja de S. Domingos, vamos encontrar no seguimento do percurso anteriormente descrito, a sacristia numa dependência do lado da epístola, fronteira à capela de Nossa Senhora dos Mártires. Não apresentando qualquer vestígio dessa sua função, parece-nos apenas que esta se deveria prolongar à dependência que lhe é contígua, já que de ambos os lados é visível o entaipamento da passagem. A durabilidade desta sua função não deverá ter sido longa, já que se sabe ter sido no início da década de cinquenta que se procede ao dito entaipamento e, nesse seguimento procedesse à transferência para a actual sacristia, que então funcionava como depósito dos andores processionais.

A divisão realizada na antiga sacristia, tal como tivemos oportunidade de referir anteriormente, deu origem a dois espaços distintos: a sala de reuniões da Fraternidade Leiga de S. Domingos e a Biblioteca de S. Domingos (existente desde início da década de cinquenta do século XX). Contigua a esta última dois outros espaços, designados de Sala Museu,²⁴⁶ detendo o último destes espaços comunicabilidade para com a igreja, sendo o mesmo a antiga secretaria da Fraternidade Leiga.²⁴⁷

Segue-se à Sala Museu a Capela Mortuária, composta por dois espaços distintos. O primeiro dos espaços, pela qual se tem acesso ao exterior e ao interior da Igreja²⁴⁸, correspondia à sacristia da Confraria de Nossa Senhora do Rosário, como nos comprova um dos registos fotográficos pertencentes ao espólio da Ex-Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. O segundo espaço foi igualmente pertença da confraria do Rosário e correspondia à Sala de Reuniões da referida instituição. Ambos os espaços parecem terem sido desmontados com o início da campanha

²⁴⁵ A. D. P., CSDELV/ Mç. 26/ Cx. 15.

²⁴⁶ Embora seja essa a denominação imposta ao visitante, na verdade trata-se de um depósito de imagens, não havendo qualquer critério museológico e, tão pouco museográfico que o faça merecer a designação de Sala Museu.

²⁴⁷ Actualmente a secretaria transitou para uma dependência contígua à actual sacristia.

²⁴⁸ Na entrada para a actual Casa Mortuária, pela parte da igreja dominicana, encontra-se uma caixa de esmolas encrostada da parede. Esta é um trabalho de mármore (preto e branco), no qual se visualiza um emblema central no qual se desenha um rosário.

de obras empreendida entre os anos de 1937-1946, da qual seria alvo, ainda que a confraria em análise permanecesse activa em S. Domingos de Elvas até início da década de oitenta.

3. 4. 3. Pintura

Com a extinção das Ordens Religiosas em território nacional, as igrejas e particularmente no caso das dominicanas, quando afectas à prática do culto religioso, passam a ficar sobre administração da Ordem Terceira de S. Domingos, que depois de 1834, passam a assumir a designação de Fraternidade Leiga de S. Domingos, como sucede com a igreja dominicana elvense, que passa a ficar sob a tutela não só da Fraternidade Leiga, bem como, da Confraria de Nossa Senhora do Rosário.²⁴⁹

A sua permanência ao culto, permitiu, ainda assim, manter e conservar algumas das obras de arte existentes à data de 1834 (ver DOCUMENTOS N.º 25 a 27), nomeadamente pintura (ver QUADRO N.º 2) e escultura (ver QUADRO N.º 3), ainda que tal como referimos anteriormente, o inventário realizado no mencionado ano não seja totalmente fiável, já que se verificam inúmeras falhas de um conjunto significativo de objectos, alguns muito possivelmente intencionais, outros provavelmente pela ausência de sensibilidade por parte das pessoas envolvidas neste complexo processo de inventariação, como nos comprovam alguns dos referidos processos. Ainda, que não se enquadre na cronologia defendida pretendida neste estudo, não podemos deixar de referir a campanha de obras levada a efeito pela extinta Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, entre os anos de 1937-1945, na qual se procede a uma limpeza estilística com o intuito de devolver o estilo Gótico original e, consequentemente, originando uma renovada leitura de todo o espaço de culto.²⁵⁰

Na perspectiva deste estudo interessa-nos a par de um levantamento das existências pictóricas (ver QUADRO N.º 2) e escultóricas (ver QUADRO N.º 3) à data de 1834 e posteriormente em 1837, o percurso realizado pelas mesmas, entendendo a esse respeito, que o mesmo, não poderia ficar confinado ao inventário de 1834, não só pelas falhas nele contidas, mas porque entendemos que o

²⁴⁹ Informação facultada oralmente pelo Doutor António Manuel Falcão e, pelo Irmão Terceiro José Manuel Nunes Martins.

²⁵⁰ Acresce às políticas patrimoniais deste período, a situação calamitosa a que chegara a igreja de S. Domingos, situação que mereceu a atenção do responsável dos Monumentos Nacionais da circunscrição do Sul, visitando os monumentos da cidade e, em particular S. Domingos no ano de 1936, iniciando-se a campanha de obras no ano seguinte. Para maior desenvolvimento confirmar Mário Z. CABEÇAS, “O Restauro da Igreja do Convento de São Domingos de Elvas (1937-1945), Circunstancias e Critérios”, in *A Cidade*, Revista Cultural de Portalegre, n.º 8, Portalegre, Atelier de Artes Plásticas de Portalegre, 1993, pp. 109-133.

percurso dos objectos deverá contemplar de igual forma, todos aqueles que deram entrada na Igreja, provenientes de outros espaços de culto religioso, ou militar, passando a partir de então a constituir parte integrante do património artístico do convento de S. Domingos.

Por outro lado, optámos por estabelecer na selecção dos objectos artísticos uma cronologia balizada entre o século XIII-XIV, onde vamos encontrar desde logo os mais antigos registos de que dispomos e, os séculos XVIII-XIX, datação esta, que se casa com a legislação de 1834. Contudo, tendo este estudo a preocupação de analisar o circuito artístico de algumas destas peças, vimo-nos obrigados a alargar a meados do século XX, estas balizas, já que foi com a intervenção da Ex-Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, através das suas distintas campanhas de obras, que se verificaram alterações nos currículos das peças em estudo.

Quando analisado o inventário referente a S. Domingos,²⁵¹ podemos observar a existência de um item, sob o título de *Painéis*, onde se enumera a pintura existente à data de 1834 (ver DOCUMENTO N.º 27 e 28). Dentro da inventariação realizada, apenas contabilizamos a totalidade de 12 pinturas, as quais «*estavam em grande ruína, bem como todas as guarnições de madeira, não dando por isso valor algum aos mesmos*». A pintura maioritariamente de temática religiosa, porém, não se encontravam incluídas nessa inventariação as obras de maior relevância de todo o templo dominicano.

Porém na inventariação por nós realizada em finais do ano de 2009, contabilizámos, para nosso espanto, aproximado de sessenta e cinco pinturas existentes no espaço global na igreja de S. Domingos (ver QUADRO N.º 4). Analisada a sua distribuição cronológica encontrámos apenas para o XVII trinta e duas pinturas, entre as quais dois conjuntos pictóricos e três individuais. Numericamente inferior revelar-se-ia a produção pictórica no período correspondente ao século XVIII, com um número de vinte e três pinturas, das quais oito são individuais e apenas uma correspondente a um conjunto de pintura decorativa existente nas costas dos assentos que compõem a mesa de reunião da Fraternidade Leiga de S. Domingos de Elvas primitivamente pertença da Ordem de Nossa Senhora do Rosário (ver QUADRO N.º 4).

²⁵¹ A. N. T. T., *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças*, Convento de Nossa Senhora dos Mártires, da Ordem de S. Domingos, Elvas, Cx. 2213, Capilha 3.

Naturalmente que nem toda a realidade pictórica apresentava o mesmo grau de qualidade, variando em função dos artistas, e bem como das exigências culturais e do poder económico. Desenvolveremos de seguida uma análise mais aprofundada das pinturas quinhentistas e setecentistas, que sabemos detentoras, cada qual, de circuitos específicos empreendidos, conferindo uma singularidade distinta a cada pintura no contexto da igreja elvense de S. Domingos.

- Neste sentido, impõem-se-nos desde logo uma análise do retábulo do altar-mor de autoria conjunta, de Simão Rodrigues (c. 1560-1629) e Domingos Vieira (c. 1570-1632), resultante de uma encomenda do donatário da capela-mor, o fidalgo Luís de Mesquita Pimentel (ver FOTOGRAFIA 9).²⁵² Da totalidade de oito tábuas de madeira de carvalho, pintadas a óleo, é-nos ainda assim possível reconstituir a sua primitiva distribuição por intermédio de um registo fotográfico pertencente à antiga Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, onde se pode visualizar o retábulo antes de se ter procedido à sua desmontagem. Nesse sentido sabemos que a fileira superior era composta pela *Virgem da Anunciação* (ver FOTOGRAFIA N.º 10) e o *Anjo Gabriel* (ver FOTOGRAFIA N.º 11), intercaladas por um nicho que recebia uma imagem, na fileira intermédia, figurava *S. João Baptista* (ver FOTOGRAFIA N.º 12), o tema do *Calvário* (ver FOTOGRAFIA N.º 13) e *S. João Evangelista* (ver FOTOGRAFIA N.º 14). A fileira inferior comportava *S. Pedro* (ver FOTOGRAFIA N.º 15), a *Adoração dos Pastores* (ver FOTOGRAFIA N.º 16) e *S. Paulo* (ver FOTOGRAFIA N.º 17), tábuas ladeadas por dois outros nichos, onde existiriam duas imagens devocionais, porém o conjunto retabular encontra-se incompleto com a total ausência das tábuas da pradela, das quais desconhecemos a sua organização e temática.²⁵³

O retábulo-mor de S. Domingos, com uma datação já comprovada documentalmente, entre 1593-1595, constitui no universo das obras de Simão Rodrigues e Domingos Vieira Serrão, um dos primeiros exemplares, tendo em conta a passagem posterior por Portalegre em 1595 e pelo colégio de Nossa Senhora de Coimbra, nos anos de 1597-1600. Estas são de especial registo já que a

²⁵² Capitão-mor da vila de Arronches, encontra-se sepultado na dita capela-mor de que foi instituidor. Por princípio ao lhe ser permitido ser donatário da capela-mor da igreja dominicana elvense, tal facto, pressupunha em contrapartida a doação de uma verba ou a efectivação de uma encomenda como viria a acontecer, com a encomenda do retábulo-mor da referida igreja, ainda em finais do século XIV. Contudo, parecem terem surgido alguns problemas de carácter económico alusivos à capela-mor, já que um documento datado de 1666, nos diz ter a comunidade colocado uma acção no Juiz Cível por «Luiz de Mesquita Pimentel por sete annos decorridos de divida para com a cappela mor do dito convento de que he padroeiro e obrigado a repaguar em cada anno vinte mil reis em dinheiro e um moyo de [...] enquanto durar a guerra com Castela a acção constava em pagar os sete annos ou largar ao dito convento os bens». Para outros esclarecimentos consultar CSDELV/Mç. 25/ Cx. 11.

²⁵³ Relativamente à montagem apresentada para as oito tábuas que compunham o retábulo atribuído a Simão Rodrigues ver Vítor SERRÃO, “Adoração dos Pastores”, in Francisco Faria PAULINO, *A Pintura Maneirista em Portugal*, (...), pp. 255-256.

generalidade das suas obras são, sobretudo, do século XVII. O retábulo em análise é na opinião de Miguel Vallecillo-Teodoro, composto por uma estrutura arquitectónica, considerando o mesmo, que a referida obra é do tipo classicista, reconhecendo-lhe ainda algumas influências do retábulo-mor da basílica do complexo arquitectónico monumental de S. Lourenço do Escorial, edificada também ele no século XVI.²⁵⁴

Tendo em conta as obras de Vítor Serrão, que muito tem contribuído para o aprofundamento do estado analítico e contextualização histórico-artístico da pintura seiscentista portuguesa, contrariamente ao que até então acontecia com a subvalorização deste período por anteriores críticos de arte. Na opinião de Vítor Serrão a presença em Roma de Simão Rodrigues, no pontificado de Sisto V (1585-1590), justifica o seu gosto tardo-maneirista italianizado, modelo que teve bastante sucesso junto da sua clientela em Portugal, em parte devido ao seu discurso pouco complexo e, nesse sentido de fácil apreensão para uma clientela composta na sua maioria por conventos, Colégios, Confrarias e Igrejas. É essa influência dos círculos romanos, conjuntamente com a exercida por Luís de Morales e, das correntes nórdicas romanizadas que contribuem para a formação do carácter artístico de Simão Rodrigues.

Do conjunto retabular de S. Domingos, sobressai entre as oito tábuas conhecidas, a *Adoração dos Pastores*²⁵⁵ (ver FOTOGRAFIA N.º 16), exemplar onde se recorre às representações de figuras populares, assim como, um traço muito próprio da Virgem, representada como uma jovem de postura delicada, conferindo à composição uma certa simplicidade, como nos refere Vítor Serrão, o qual reconhece também nesta pintura não só uma nítida influência de Luís de Morales (c. 1515-1568), como na composição geral a marca do gravador Cornelis Cort.²⁵⁶

²⁵⁴ Miguel Ángel VALLECILLO-TEODORO, *A Retabelística Alto Alentejana en los Siglos XVII-VIII*, (...), p. 95.

²⁵⁵ A pintura da *Adoração dos Pastores* (1820mm x 900mm), pelas características que reúne, constitui a peça referência de todo o conjunto pictórico maneirista do retábulo de S. Domingos de Elvas, o que lhe confere um currículo distinto das restantes sete tábuas, nomeadamente, com a sua participação na Exposição *A pintura Maneirista em Portugal. Arte no tempo de Camões*, ocorrida no Centro Cultural de Belém no ano de 1994. A quando do restauro de que foi alvo no Instituto Português de Conservação e Restauro (antigo Instituto de José de Figueiredo), no ano de 1993, para integrar a referida exposição, verificou-se por observação com reflectografia de infra-vermelho algumas alterações, segundo o desenho subjacente. Entre as alterações referidas consta a orelha do burro, inicialmente desenhada para baixo, tocando o manto da virgem; uma pequena alteração da mão direita do pastor, trajado com vestes amarelas e capuz, tendo-se constatado ainda, ao nível da veste de cor de rosa da virgem, na zona da cintura, um prolongamento das linhas de marcação, as quais se estendem por baixo do manto azul que enverga. Cf. INSTITUTO PORTUGUÊS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO, Processo n.º 233/93.

²⁵⁶ Cf. Vítor SERRÃO, *História da Arte em Portugal: O Renascimento e o Maneirismo*, Lisboa, Presença, 2002, pp. 248-249 e Vítor Serrão, *Adoração dos Pastores*, in Francisco Faria PAULINO, *A Pintura Maneirista em Portugal*, (...), pp. 255.

No que diz respeito ao restante retábulo, nomeadamente a pradela, desconhecemos o percurso empreendido pelas pinturas, sendo estas totalmente desconhecidas para nós, já que só detemos apenas uma fotografia da Ex-Direcção Geral de Monumentos e Edifícios Nacionais, referente do altar-mor da igreja de S. Domingos de Elvas (ver FOTOGRAFIA N.º 9), a qual constituindo-se como um valioso testemunho, nas muitas informações prestadas, não nos permite, ainda assim, a perceptibilidade global de todos os elementos que a compõem.

Com a ocorrência da campanha de obras sob a superintendência da Ex-Direcção-Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais, já no decorrer do século XX, procede-se ao desmantelamento do referido retábulo da capela-mor de S. Domingos de Elvas, com claros objectivos patrióticos, tanto quanto o espírito centralista do Estado Novo²⁵⁷, via nos monumentos nacionais, instrumentos de propaganda política dos ciclos históricos que enaltecera a Nação portuguesa, entre elas o início da nacionalidade e os Descobrimentos. Face aos referidos propósitos, seria retirado um número significativo de elementos artísticos, nomeadamente a talha dos altares, devolvendo a pureza gótica primitiva do edifício e, desse modo obrigando a leituras distintas do que fora uma evolução natural das tendências estilísticas ocorridas até então.

Como fizemos já notar, o desmantelamento das oito tábuas do retábulo do altar-mor, levou a culminar de um ciclo, para o qual havia sido propositadamente criado, terminando uma importante fonte de catequização dos fiéis, que durante aproximadamente três séculos e meio, estas oito tábuas haviam desempenhado. Iniciava-se deste modo um outro período, ao serem cedidos ao antigo Museu Municipal de Elvas (1936-1943), onde permaneceram durante meio século, para mais recentemente serem colocadas na igreja do extinto convento de S. António, da Ordem de S. Francisco, extra-muros.

A descontextualização destas oito tábuas, passam a assumir funções distintas, primeiro como peças museológicas, desprovidas de grande parte do seu significado religioso, sujeitas ao rigor imposto pela instituição que é o museu, para depois voltar novamente ao espaço religioso da igreja franciscana, permanecendo de igual forma descontextualizados, pela comunidade religiosa, por não ser uma igreja sujeita ao culto, salvo acontecimentos pontuais e, pelas oito tábuas não se

²⁵⁷ Yann ARAUJO, “Do Despotismo Iluminado à Pós-modernidade. Um longo percurso no estudo, defesa e protecção do património”, in Maria Emília Vaz Pacheco (Coord.), *25 anos de Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém*, (actas do colóquio), Santarém, Fundação Passos Canavarro, 2003, pp. 319-323.

encontrarem dispostas no seu modo primitivo, alterando certamente toda a sua narrativa e, consequentemente uma assimilação correcta da mensagem implícita no conjunto retabular.

- Contudo, a obra de Simão Rodrigues e Domingos Viera Serrão, haveria de se manifestar cerca de vinte anos mais tarde, por encomenda da Confraria de Nossa Senhora do Rosário, erecta em S. Domingos de Elvas. Tratava-se de uma confraria bastante poderosa economicamente, a mais rica de todas as existentes na igreja dominicana e, muito provavelmente, a mais rica de toda a cidade. Não estranhámos pois que provenha da parte dessa Confraria a encomenda feita aos dois pintores citados anteriormente para a realização de um retábulo (ver FOTOGRAFIA N.º 18 a 21) e pintura sobre pedra na cobertura da própria capela (ver FOTOGRAFIA N.º 22), no ano de 1615, coincidindo com o ano em que ambos os pintores realizavam uma *campanha fresquista*, segundo Vítor Serrão, nos tectos da capela do Santíssimo Sacramento, bem como, na sacristia da antiga Sé de Elvas.²⁵⁸

Não nos desviando da encomenda da Confraria do Rosário, que nos interessa particularmente no contexto da investigação que estamos a desenvolver referente ao retábulo composto por quatro tábuas de pintura a óleo, que à semelhança dos oito painéis que compunham o retábulo da capela-mor, não constava da inventariação de 1834. O retábulo do Rosário (ver FOTOGRAFIA N.º 18 a 21) que agora referenciámos é composto por um menor número de painéis e de menores dimensões, comparativamente com o retábulo do altar-mor, já que se situavam num espaço mais restrito, como é a sacristia da dita confraria. As quatro tábuas tinham as seguintes temáticas: *A Apresentação da Virgem no Templo* (ver FOTOGRAFIA N.º 18), *a Adoração dos Magos* (ver FOTOGRAFIA N.º 19), *a Fuga para o Egipto* (ver FOTOGRAFIA N.º 20) e *O Menino entre os Doutores* (ver FOTOGRAFIA N.º 21). Este compõe-se de quatro tábuas a óleo, embora desconheçamos se estas constituem a totalidade do referido retábulo.

São estas quatro tábuas que chamara a atenção de Reynaldo dos Santos a quando da sua passagem por Elvas no ano de 1939, reconhecendo uma correlação entre as pinturas elvenses e as tábuas do Carmo de Coimbra, chamando a atenção para o facto do painel *O Menino entre os Doutores* (ver FOTOGRAFIA N.º 21) constituir na generalidade uma composição de Martin de Vos segundo um gravado de Johannes Sadeler I. Mais recentemente, as pinturas da Confraria de Nossa Senhora do Rosário, atribuídas a Simão Rodrigues e Domingos Vieira Serrão, teem merecido especial atenção por parte de Vítor Serrão, que tem vindo a estudar as referidas tábuas. Não deixa de ser interessante,

²⁵⁸ Vítor SERRÃO, “Pittura senza tempo em Coimbra, cerca de 1600. As tábuas de Simão Rodrigues e Domingos Vieira Serrão na sacristia da Igreja do Carmo”, in *Monumentos*, n.º 25, 2006, p. 99 e 101.

a possibilidade das mesmas fazerem parte de uma encomenda mais vasta, que incluía a pintura de parte da cobertura da capela da mencionada confraria (ver FOTOGRAFIA N.º 22), onde ainda presentemente se encontram as quatro tábuas.

Interessa porém referir que embora as quatro tábuas se encontram, presentemente, na capela de Nossa Senhora do Rosário, não devem ter sido encomendadas para a dita capela, mas antes para a sacristia da confraria do Rosário onde se encontravam antes de se iniciar a campanha de obras empreendida entre os anos de 1937-1946, no final da qual teriam sido levados para a capela, por ter sido desmantelada a sacristia da confraria.

Recordamos o papel do Estado Novo, sobretudo, na preservação do património construído e nas acções patrimoniais que dissimulavam objectivos políticos, como tivemos oportunidade de apreender anteriormente. A sua aplicação prática à capela da extinta confraria do Rosário, manifestou-se pela limpeza estilística efectuada, deixando a descoberto a referida pintura decorativa sobre pedra, que preenchia parte da cobertura da dita capela.

Dito isto, a pintura da cobertura (ver FOTOGRAFIA N.º 22), tanto quanto nos é possível observar, representa uma espécie de pianha sobre a qual julgamos desenvolver-se a parte central da composição, ou seja, uma cartela que contém uma citação em latim - “SINONOSSENT/ REDIMENDI . [N...L]/ LA TIBIPARIENDI/ REDEMPTOREM/ RATIO//” - a qual não nos permite uma transcrição completa da mesma, por não se encontrar totalmente legível. Dois meninos encontram-se sentados na dita pianha, em pontos opostos, rodeados dos mais diversos elementos, desde frutos a aves exóticas, entre as quais nos é perceptível um pavão, elementos vegetalistas e duas caras de meninos, sendo um de tonalidade mais escura comparativamente ao outro (ver FOTOGRAFIA N.º 21).

As quatro tábuas encontram-se actualmente na capela que fora da Confraria do Rosário, não detendo qualquer informação de posteriores alteração nesse sentido. Existe entretanto a extinção da mencionada confraria, o que constitui do nosso ponto de vista um percurso, ou se quisermos uma dinâmica que vai alterar significamente a existência da capela da dita confraria do Rosário. Ainda que a mesma detenha a mesma denominação, a extinção institucional da confraria, vem retirar naturalmente todo o poder religioso, económico e social que revestiam a dita capela, passando a mesma a ser mais uma das muitas existentes no espaço da igreja dominicana.

- Anote-se ainda outros exemplos relativos à igreja da Ordem dos Pregadores elvenses, nomeadamente à pintura decorativa dos bancos da mesa de reunião da Fraternidade Leiga de S. Domingos (ver FOTOGRAFIAS N.º 23 a 26). Afim de melhor percebemos a pintura de brutescos que verificamos um pouco por todo o território nacional, factor que se deve ao seu baixo custo económico e ao facto da mesma corresponder ao objectivo pretendido: o preenchimento de uma ou mais superfícies vazias, como verificámos oportunamente na capela-mor da igreja de S. Domingos de Elvas, era contudo um trabalho menor feito por artistas secundários.

A partir do terceiro quartel de setecentos, a pintura decorativa de interiores assume uma nova realidade passando a ser executada também em casas da aristocracia, em carruagens, em tapeçarias, em cadeiras, entre outros,²⁵⁹ sendo o seu grande impulsionador Jean Pillement²⁶⁰, de origem francesa e descendente de uma família de larga tradição na arte da pintura decorativa de interiores, pelo que se entende os numerosos trabalhos realizados em Portugal, sobretudo, na região de Lisboa, onde se encontrava a clientela aristocrática, detentora de maior poder económico e actualizada face às modas europeias.

A permanência de Pillement em Portugal, primeiro entre 1750-1754 e, um segundo período entre 1780-1783²⁶¹, ainda que não muito demoradas, permitiu a efectivação de um conjunto significativo de obras, permitindo aos artistas nacionais seguir uma certa técnica na abordagem da paisagem ao nível da pintura decorativa, mais preocupada com as formas e o cromatismo, tanto quanto procura ser mais realista nas representações não só da Natureza, mas antes, no casamento desta com o Homem.²⁶² Naturalmente, a presença na capital do reino facilitaria bastante mais a vida dos seus artistas na aprendizagem destas novas concepções pictóricas, porém, estas mesmas tendências desenvolveram-se de Norte a Sul do país e Elvas não foi excepção. A aceitação desta tipologia de pintura, espelhava as pretensões da sociedade culta do país no decorrer de setecentos, mais vocacionada para o estudo detalhado da Natureza.²⁶³

²⁵⁹ Cf. Nuno SALDANHA, Agostinho ARAÚJO, (dir. de), *Jean Pillement e o Paisagismo em Portugal no século XVIII (1728-1808)*, (catálogo da exposição), Lisboa, Fundação Ricardo Espírito Santo, 1996, p. 239.

²⁶⁰ Embora tivesse tido uma grande relevância, Jean Pillement, nas obras realizadas em Portugal, não podemos deixar de mencionar a presença na primeira metade do século XVIII de Pierre Antoine Quillard e, da sua pintura fortemente marcada pelas cenas galantes, as quais vamos encontrar nas pinturas elvenses a que nos reportamos. Para aprofundar mais sobre este pintor consultar *Ibidem*, p. 192.

²⁶¹ Cf. Nuno SALDANHA, Agostinho ARAÚJO, (dir. de), *Jean Pillement, 1728-1808 e o Paisagismo em Portugal no Século XVIII*, Lisboa, Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, 1996, pp. 238-239.

²⁶² *Ibidem*, p. 23.

²⁶³ *Ibidem*, p. 22.

O conjunto elvense, datado do século XVIII, reúne um total de dezasseis pinturas que decoram as costas dos quatro bancos que circundam a mesa onde reúne actualmente a Fraternidade Leiga de S. Domingos, herdeira da Confraria de Nossa Senhora do Rosário, constituindo a mesa e os bancos peças independentes de mobiliário. A pintura nesta óptica, acaba por deter ainda a função de marcador de lugares, correspondendo cada pintura ao assento de um Irmão, sendo a pintura de maiores proporções a correspondente ao lugar a ocupar pelo superior hierárquico da Fraternidade²⁶⁴ (ver FOTOGRAFIA N.º 27). No tocante às cenas idílicas e quotidianas representadas, a paisagem surge em todas elas, como elemento unificador assim como a representação humana.

- O conjunto das pinturas a óleo sobre tela, existentes e, que integravam um cadeiral, o qual se encontrava no altar-mor a quando da campanha de obras realizadas entre 1936-1943, constitui-se por um total de vinte e cinco telas separadas por pilastras, apresentando-se todo o conjunto emoldurado por uma moldura em talha dourada, mais larga na parte superior e decorada por elementos vegetalistas estilizados que se sucedem repetidamente, assim como, cabeças de putti que surgem pontualmente. Na parte inferior a moldura, mais estreita, apresenta a mesma temática vegetalista, sendo esta, contudo, disposta de forma diferente (ver FOTOGRAFIA N.º 27).

Os santos e santas pertencentes à Ordem dos Pregadores constituem a única temática deste conjunto, apresentando-se os mesmos identificados na parte inferior de cada composição. Esta temática fradesca, típica do século XVIII, para além, de se encontrar no altar-mor como foi anteriormente referido, esteve igualmente no espaço que antecede a antiga sacristia, como nos comprova um registo fotográfico da Ex-Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, no qual se pode observar a colocação das referidas pinturas nas paredes do dito compartimento conventual. A periodização do referido registo leva-nos a supor terem sido para ali transportados antes do início da campanha de obras a que aludimos, por questões de salvaguarda do mencionado património.

²⁶⁴ Ainda assim, esta tipologia de pintura decorativa assumiu ao nível regional os seus próprios artistas e clientelas, o que para o caso de Elvas conhecemos a obra do elvense António de Sequeira, na sala capitular da antiga Sé de Elvas, com pinturas a encimar as oito janelas existentes, as quais tal como os bancos abordados anteriormente são datadas do século XVIII. Para mais informações relativas às pinturas existentes na Sala capitular da Sé de Elvas consultar Artur Goulart de Melo (Coord.), *Arte Sacra nos Concelhos de Elvas*, Monforte e Sousel, Évora, Fundação Eugénio de Almeida, 2008, pp. 101-102.

- Com efeito, no âmbito dos percursos e das dinâmicas empreendidas pelos exemplares pictóricos existentes na igreja de S. Domingos de Elvas é de salientar ainda, duas outras pinturas uma Santíssima Trindade e uma outra do Calvário.

Para o primeiro caso, o da Trindade, detemos referências desde o ano de 1320, ano em que se iniciam os primeiros festejos, atribuídos a D. Estevão bispo de Liège, embora só em 1334 o Papa João XXII a generalize ao restante mundo católico. Neste sentido, interessa referir a importância singular, do significativo culto prestado pelos fieis à Santíssima Trindade, com a fundação da Ordem da mesma denominação, criada para resgate dos cativos e aprovada no ano de 1193, durante o pontificado de Alexandre IV. Deve-se sobretudo, a S. João da Mata (c. 1160-1213) e S. Félix de Valois (1127-1212), a criação da Ordem do Santíssimo Sacramento.²⁶⁵

Já mais tarde a representação da Santíssima Trindade de forma antropomórfica, onde prevaleciam figurações trifontes e tricéfalas, levariam, até pela sua função catequética a que fossem afastadas por decreto de 1563, segundo as posturas tridentinas, que viam estas como heréticas.²⁶⁶ Neste seguimento, já no pontificado de Urbano VIII, este emite uma bula a 2 de Agosto de 1628, tais representações são interditas, ordenando que as mesmas fossem queimadas. Tal recomendação seria renovada no século seguinte.²⁶⁷

A Santíssima Trindade que encontramos no antigo convento dominicano de Elvas é uma pintura a óleo sobre tela, datada do século XVII,²⁶⁸ em bastante mau estado de conservação, o que dificulta de algum modo a sua integral leitura (ver FOTOGRAFIA N.º 28). Esta é uma composição que segue um modelo iconográfico mais ortodoxo, com o Pai e o Filho, notório pelas diferentes idades, sentados lado a lado, segurando cada qual com uma mão uma coroa real. Ao centro de ambas as figuras o Espírito Santo.

Acresce uma chamada de atenção para o canto inferior direito, onde vamos encontrar uma outra imagem feminina, trajada com o hábito da Ordem de S. Domingos, a qual surge de mãos postas como que em oração (ver FOTOGRAFIA N.º 29). Este facto torna-se tão mais importante quanto nos revela a sua encomendadora, assim como, estabelece desde logo um circuito para esta obra

²⁶⁵ Cf. Carlos Moreira de AZEVEDO, (dir.), *História Religiosa de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Circulo de Leitores, 2000, p. 659. De referir que a criação da Ordem teve como factor motivador à sua criação a difícil e desesperante situação das dezenas de milhares de prisioneiros cristãos em poder dos muçulmanos (Berbéria e no reino de Granada).

²⁶⁶ *Ibidem*, p. 662

²⁶⁷ *Idem*.

²⁶⁸ A pintura da Santíssima Trindade mede 1,77 cm de altura e 1,36 cm de largura.

pictórica. Proveniente, muito possivelmente, do convento de Nossa Senhora da Consolação de Elvas, pertença da Ordem dos Pregadores.

Trata-se neste caso de um circuito inter-conventual, ou seja entre dois conventos da mesma Ordem, pelo que julgamos que esta transacção tenha ocorrido no período pós extinção, em que a vida nas comunidades de religiosas femininas era muitas vezes caracterizada pelo incumprimento das normas impostas pelo Governo, nomeadamente, na gestão do património no geral e da pintura em particular, como tivemos oportunidade de verificar numa circular de 25 de Novembro de 1835, referenciada no decorrer deste estudo.

Não acreditamos, porém, ser esta uma situação de venda, mas antes uma doação feita à Ordem Terceira de S. Domingos pela comunidade de religiosas dominicanas, dado ainda existir um número de professoras residentes no decorrer da década de quarenta e cinquenta, afastando a possibilidade, em nossa opinião, de ter sido feita pela última freira (Soror D. Ana Inácia de Gusmão), já que esta passara a ser bastante controlada quer pela igreja elvense quer pelo próprio governo, que exigia permanentes informações alusivas à mesma e à gestão feita do património do dito convento de Nossa Senhora da Consolação.

- O tema do Calvário desde dos finais da Idade Média, onde nos surge Jesus sofredor como mensagem moralizadora e catequética aos olhos dos fieis, influência esta de tradição flamenga, então conhecida por artistas e clero nacional. Não menos importante a existência de encomendadores, institucionais ou particulares, que permitiram a existência de tal temática, seguindo composições teatrais de corpos marcadamente moribundos, no caso de Jesus, que surge na esmagadora parte das vezes na presença de sua mãe, que pela sua condição surge ao fiel, em pose de desmaio causada pela dor, amparada quase sempre por S. João Evangelista, uma terceira figuração comum neste tipo de temática. Com a reforma católica, este tipo de representação perduraria até finais do século XVI.²⁶⁹

Cenário particularmente interessante, prende-se com as correntes espirituais franciscanas, que dentro do cumprimento dos desígnios catequéticos e laudatórios vão contribuir enormemente para o culto da Paixão de Cristo, onde se recorria frequentemente à representação do Calvário, que se

²⁶⁹ *Ibidem*, p. 573.

generaliza a todo o país, quer se represente para gostos mais requintados e eruditos quer a um nível mais popular, como no caso que aqui trazemos.²⁷⁰

O trabalho pictórico existente na igreja de S. Domingos, representando o Calvário (ver FOTOGRAFIAS N.º 30 e 31) é oriundo da Ermida de S. Gonçalo, inserida dentro de uma propriedade com o mesmo nome, pertença da Ordem dos Pregadores até à sua extinção, passando para os bens da Fazenda Nacional em 1837, quando foi inventariada a dita ermida. Trata-se de «*huma Caixa de madeira pintada de verde onde se lanção as esmolas*», na parte superior da qual se encontra a cena do Calvário, de cariz popular, sendo esta datada do século XVIII.

A pintura a óleo sobre madeira, compõem-se pela representação de três figuras, uma central, apresentando Jesus crucificado, ladeado por duas outras figuras femininas, bastante maiores e desproporcionadas face à anterior, sendo estas uma freira dominicana conforme nos indica o hábito que enverga e, do lado oposto o que supomos ser Maria Madalena, coberta por uma capa vermelha que segura com a mão esquerda - imprimindo algum movimento ao conjunto - enquanto com a direita segura um lenço com que enxuga as lágrimas (ver FOTOGRAFIAS N.º 31).

Em ambas as figurações femininas verificamos sinais claros de iconoclastia, tendo sido a imagem da freira a mais danificada ao nível dos olhos, rosto, boca e mãos, sendo visível apenas ao nível da boca e rosto no caso de Santa Maria Madalena (ver FOTOGRAFIAS N.º 31). Tais acções iconoclastas poderão ter ocorrido em qualquer período, contudo, julgamos que as mesmas tenham decorrido no espaço que vai entre 1834 e 1837, por ser um período de tempo em que a capela se encontrava de certo modo mais desprotegida e susceptível de actos deste género, sobretudo, quando ainda muito próximo do fim das Ordens Religiosas.

O percurso do objecto em análise, da ermida de S. Gonçalo para a igreja de S. Domingos, mais do que um simples trajecto entre dois espaços da mesma instituição, proporcionou o fim da função catequética da pintura, mas também, terminar com a sua função mais imediata de caixa de esmolas, funcionalidade que deixou de deter desde que passou a integrar o espólio da igreja de S. Domingos.

- Presumimos que sejam igualmente provenientes da ermida de S. Gonçalo quatro pinturas, segundo podemos presumir pela datação da documentação 1834-1837 (ver DOCUMENTO N.º 28),

²⁷⁰ *Ibidem*, p. 574.

totalizando para o número de quinze o número de pinturas existentes à data da extinção, nos edifícios conventuais de S. Domingos. Colocadas em leilão, as quatro pinturas sabemos apenas que eram de temática diversa, mas muito provavelmente do tipo fradesca. Ao certo, a documentação apenas nos menciona a imagem de S. Tomás de Equino, vendida pelo valor de quatrocentos e oitenta reis, referindo-se às restantes três de forma pouco esclarecedora, apenas que eram de «*Madeira de diversas imagens*»,²⁷¹ as quais acabariam por ser vendidas pelo valor de cento e sessenta reis cada uma.

O percurso destas pinturas, da ermida de S. Gonçalo para a posse de particulares, leva ao abandono do espaço para onde foram possivelmente realizadas e onde se encontravam devidamente contextualizadas, por outro lado, a sua função ainda que possa subsistir, será a título particular e nunca numa perspectiva colectiva, como havia sido a sua existência até ao ano de 1837.

- Já mencionado por inúmeras vezes no decorrer deste estudo, a fotografia do retábulo-mor antes da sua remoção (ver FOTOGRAFIA N.º 9), permite-nos retirar outras informações, nomeadamente, a existência de duas tábuas de grandes dimensões devidamente emolduradas, possivelmente correspondente a outras duas idênticas no muro oposto da capela-mor. Relativamente a estas apenas conhecemos a sua existência desconhecendo a sua temática ou qualquer outro dado mais conciso que nos permitisse uma leitura mais precisa sobre as mesmas. Julgamos, contudo, terem sido estas as pinturas cedidas à Província da Beira Litoral pela Direcção-Geral da Fazenda Pública, tendo as mesmas sido conduzidas para o Hospital dos Covões em Coimbra.²⁷²

²⁷¹ Cf. A. D. P., ADCEL/ 13/ 06/ 03.

²⁷² Cf. Helena MANTAS, Marta GAMA, Filipa AVELLAR, *Igreja de S. Domingos*, Ficha do Inventário do Património Arquitectónico, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2001/ 2007. Entramos em contacto com a administração do Hospital dos Covões em Coimbra, onde através da Dr.ª Ana Miguens não havia conhecimento da existência da pintura por nós referida, sendo a pintura existente no Hospital contemporânea, porém, alertaram-nos para o facto de que no ano de 1974 e os que se seguiram, muitas coisas desapareceram, não especificando a tipologia desses mesmos objectos. Aconselharam-nos ainda a entrar em contacto com a Fundação Byssaia Barreto, pois poderiam deter qualquer informação, já que o seu fundador foi igualmente Director do reformatório, convertido mais tarde em Hospital dos Covões.

Nos registos documentais da Fundação Byssaia Barreto não constava qualquer vestígio dos quadros provenientes de S. Domingos, contudo, haviam descoberto dois postais do interior da capela do dito hospital, para onde possivelmente poderiam ter tido como destino, determinados bens, nomeadamente as quatro pinturas. Os mesmos postais não continham qualquer bem artístico (pintura e escultura) proveniente do convento elvense, demonstrando apenas a existência de dois altares datados do século XIX.

3. 4. 4. Escultura

A realidade escultórica em S. Domingos de Elvas apresenta um elevado número de exemplares contabilizados, quando comparado com as existenciais escultóricas, exemplares esses, que levam ao próprio alargamento cronológico, o qual contempla peças que vão do século XIII-XIV ao XVIII-XIX (ver QUADRO N.º 5). Por outro lado verifica-se uma diversidade de materiais, os quais não apresentam necessariamente uma relação directa com a própria cronologia em que se inserem. Deste modo, vamos encontrar para o século da fundação da Ordem dos Pregadores e no seguinte, a utilização do mármore, mas também de barro vidrado; para o século XVI encontramos ainda o mármore na produção escultórica, embora seja já a madeira a preponderar como material de eleição, tal como verificamos para o século XVII, com uma única excepção, em que o material utilizado pode ser a prata, material mais frequente para o século XVIII, mas que neste caso se verifica no período de transição do século XVII para o século XVIII.

O século XVIII, curiosamente, para além de apresentar o maior número de elementos escultóricos, quarenta e quatro na totalidade (ver QUADRO N.º 2), apresenta igualmente peças em madeira na sua quase maioria, mas também, peças esculpidas em mármore, todas elas existentes no exterior conventual, localização que justifica a natural escolha do material pétreo. O papel conjuntamente com a madeira é igualmente utilizado (Maria e S. João Evangelista, Altar do Calvário), tornando este período bastante mais diversificado no âmbito dos materiais utilizados.

Constituindo-se na sua maioria por escultura de vulto pleno, com excepção dos relevos medievais e os conjuntos escultóricos setecentistas (alçado principal integrado na própria arquitectura) devemos ainda referir as onze esculturas de roca que fazem igualmente parte do espólio dominicano. Por sua vez, quando analisadas na perspectiva de conjuntos e esculturas individuais contabilizamos doze grupos escultóricos e quarenta e duas individuais (das quais dezoito se encontram nos altares, oito na denominada Sala Museu, seis no espaço da igreja, três ao nível exterior, duas na sacristia, duas na parte conventual, duas na casa mortuária e, finalmente uma na sacristia).

Este aumento expressivo da quantidade de obras escultóricas, está directamente relacionada com o tempo em que ocorre, ainda que a nobreza se tenha constituído como mecenas de ordens religiosas, adoptando em especial as Ordens Mendicantes, nomeadamente durante a Idade Média, seria contudo, o século XVIII a marcar de forma singular a arte sacra em Portugal, nomeadamente, no

campo da escultura, onde as imagens, espelho de uma igreja triunfadora, constituíam uma importante ponte de ligação entre o Homem e o sagrado.²⁷³

Interessa ainda sublinhar que à data de 1834, existiam 21 imagens na igreja dominicana, incluindo estas, os inventários de 1834 e posteriormente o de 1837 (ver DOCUMENTOS N.º 25 a 27), referente, este último, especificamente à Fazenda de S. Gonçalo no termo de Elvas (ver QUADRO N.º 3).

- As gárgulas, enquanto elementos escultóricos detentoras da função de escoamento das águas pluviais, encontram-se localizadas em locais específicos como os telhados ou contrafortes dos edifícios. Conhecendo-se a sua utilização desde da civilização egípcia, sendo utilizada igualmente na Antiguidade Clássica, inclusive em Roma surgiam mesmo com formas de diversas espécies animais como os leões, os javalis, ou mesmo golfinhos.²⁷⁴

No Românico a sua utilização permanece, ainda que de uma forma menos desenvolvida, ou se assim o entendermos de uma forma bastante mais simples, quando comparada com o período Gótico. No início do Gótico, as gárgulas são ainda uma herança do Românico, predominando as formas simples, como nos diz Luís Urbano Afonso, prefaciando Viollet-le-Duc. Estas eram esculpidas na extremidade superior, assumindo-se como uma figura monstruosa pelos olhos, orelhas e focinho que ostentavam, assim como a boca de grandes dimensões pela qual escorria a água; na parte inferior eram esculpidas as patas.²⁷⁵

Com a evolução dos tempos assistimos a uma natural evolução das gárgulas, as quais ganham uma maior excentricidade, assim como cresce o seu número em edifícios. As gárgulas tornam-se cada vez mais longas e estreitas, ao mesmo tempo que passam a deter formas humanas, mitológicas e fantásticas, acentuando-se as formas irregulares durante o Gótico tardio. No decorrer do século XVI, as gárgulas tornam-se mais funcionais, na descarga de água, que decorativas, assumindo-se formas de canhão.²⁷⁶ Todavia, não podemos deixar de ter em conta que o barro será o material preferencial no Renascimento português, quer pela sua reconhecida qualidade além fronteiras, quer pela expressividade que essa matéria-prima permite ao escultor.

²⁷³ José António FALCÃO, (dir.), *As Formas do Espírito. Arte Sacra na Diocese de Beja*, Tomo I, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 2003.

²⁷⁴ Luís Urbano AFONSO, “As Gárgulas da Torre do Tombo”, in *Artis*, (Revista), n.º 4, Lisboa, Instituto de História de Arte da Faculdade de Lisboa, Lisboa, 2005, pp. 459-460.

²⁷⁵ *Idem*.

²⁷⁶ *Ibidem*.

A gárgula que aqui analisamos (ver FOTOGRAFIAS N.º 32 a 35), faz parte de um conjunto de cinco, todas iguais, assumindo uma forma antropomórfica na parte superior, a única fracção esculpida em toda a gárgula. Pertencente ao Convento de S. Domingos de Elvas, esta gárgula, tal como as restantes quatro faz actualmente parte do espólio do antigo Museu Municipal de Elvas, onde se encontram actualmente. Constituindo um trabalho em barro vidrado, detém um comprimento aproximado de 73,5 cm e um estado de conservação razoável. O rosto sendo a única parte com trabalho escultórico, caracteriza-se por um certo exagero representativo de elementos como os olhos, de uma circunferência perfeita; o nariz demasiado levantado deixando ver as imensas narinas, assim como a boca com a língua de fora e as orelhas de uma dimensão idêntica aos restantes elementos. De salientar ainda o queixo e o pormenor dos músculos faciais resultantes da carantonha com que o escultor a fez representar (ver FOTOGRAFIAS N.º 32 a 35).

O conjunto das cinco gárgulas de temática antropomórfica pertencentes primitivamente ao convento de Nossa Senhora dos Remédios, da Ordem de S. Domingos, tal como verificamos para casos anteriores, altera as suas funções por questões de ordem política, ao serem destituídas das suas funções pela Ex- Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais e doadas ao antigo Museu Municipal de Elvas. Actualmente o conjunto das cinco gárgulas permanece guardado em depósito juntamente com o restante espólio museológico, passando o referido conjunto a estar sob a tutela camarária.

- O culto de Nossa Senhora dos Mártires é conhecido em Portugal desde do reinado de D. Afonso Henriques, que quando ainda criança foi posto sob o amparo de Nossa Senhora e, mais tarde, já no século XII, a quando da conquista de Lisboa aos mouros, conseguida com sucesso devido à assistência da «*Divina Senhora*».²⁷⁷ Seria de resto sobre um dos cemitérios onde foram enterrados os cristãos mortos na conquista de Lisboa, que se construíra a Igreja dos Mártires²⁷⁸, iniciada ainda no reinado do primeiro rei de Portugal, o mesmo que por voto coloca o reino sob protecção da Virgem Santíssima em 1142, logo após a Batalha de Ourique.²⁷⁹ Em consequência da vitória da referida batalha manda fazer um oratório dedicado a Nossa Senhora dos Mártires, em honra dos

²⁷⁷ Apolinário da CONCEIÇÃO, Inácio RODRIGUES, *Demonstração Histórica da Primeira, e Real Parochia de Lisboa de que he singular Patrona, e titular Nossa Senhora dos Martyres*, Tomo I, Cap. V, Lisboa, Officina de Ignacio Rodrigues, 1750, p. 24.

²⁷⁸ O mesmo sucedera com a igreja de S. Vicente, também ela construída sobre outro dos cemitérios de cristãos mortos na conquista de Lisboa. Para mais informações sobre esta questão ver, *Idem*, p. 29.

²⁷⁹ *Ibidem.*, p. 23-24.

cavaleiros mortos, tornando-se a dita ermida a primeira a ser edificada em Portugal sob a devoção de Nossa Senhora dos Mártires.²⁸⁰

Os fundamentos justificativos para a existência de uma ermida de evocação a Nossa Senhora dos Mártires na cidade de Elvas, como referimos anteriormente, são os mesmos que encontramos em Lisboa, ou seja, a conquista da cidade de Elvas (1229) por D. Sancho II e, a necessidade de enterrar condignamente os cristãos mortos durante a tomada da cidade. Esta tornava-se deste modo, a edificação cristã mais antiga de Elvas, a qual se julga ter sido integrada na actual cabeceira da igreja dominicana, correspondendo à capela de Nossa Senhora dos Mártires.²⁸¹

A existência de duas imagens dedicadas a Nossa Senhora dos Mártires na igreja de S. Domingos de Elvas, ficam assim justificadas, sendo ambas datadas do século XVI. Abordaremos as duas imagens existentes, uma primeira actualmente capela a ela dedicada na igreja dominicana (ver FOTOGRAFIAS N.º36 a 39) e, uma segunda que se encontra fora da referida igreja (ver FOTOGRAFIAS N.º40 a 43).

Trata-se de uma imagem de pé, que segura no braço esquerdo o Menino, olhando para o observador, ainda que apresente a cabeça ligeiramente inclinada para baixo (ver FOTOGRAFIAS N.º36), o que nos poderá indicar tratar-se de uma peça escultórica para ser vista de baixo para cima. Tal hipótese prende-se com a possibilidade de ser esta a imagem pertencente ao nicho central da fileira superior do retábulo-mor da Igreja dominicana, sendo perceptível uma imagem muito semelhante numa na fotografia da Ex- Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, por outro lado, a sua colocação no local anteriormente referido faz todo o sentido, já que se trata da padroeira do convento em análise, sendo-lhe atribuído um lugar de natural destaque.

A imagem em mármore policromado, escavada na parte traseira, apresenta um rosto jovem e sereno, de nariz esguio e uma boca de pequenas proporções, levemente inclinado para o lado esquerdo, adoptando uma construção compositiva em S, registo esse característico ainda do gótico tardio. No que diz respeito à indumentária que apresenta, esta ostenta um vestido emoldurado de cor dourada na orla superior e inferior, a mesma cor dos motivos vegetistas que ostenta sob o

²⁸⁰ A igreja dos Mártires, que como nos refere o autor, onde fora baptizado o primeiro cristão em Lisboa, constituía a primeira paróquia da capital, então situada na actual rua do Ferregial de Cima. Para um maior aprofundamento desta questão ver Alberto PIMENTEL, *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*, Lisboa, Guimarães, Líbano & C.ª, 1899, p. 15.

²⁸¹ Informação oralmente transmitida por um dos irmãos da Fraternidade Leiga de S. Domingos.

fundo vermelho do vestido, assim como a abotoadura igualmente dourada que fecha o vestido ao nível do peito. Este cai em pregas verticais paralelas deixando a descoberto a ponta dos sapatos de cor preta (ver FOTOGRAFIA N.º 36).

Cobre o vestido um manto de cor azul, debruado a dourado, decorado por motivos vegetalistas estilizados, servindo simultaneamente de véu, o qual deixa a descoberto algum cabelo, permitindo ver o seu tratamento ondulado, repartido de igual forma para ambos os lados. O manto de pregueados circulares, de mediana profundidade, confere não só um maior realismo à figura, assim como, maior movimentação ao conjunto sendo ainda de referir a mão direita pendente, segurando uma das pontas do manto (ver FOTOGRAFIA N.º 36 a 39).

No tocante ao Menino, este apresenta-se de forma descontraída, brincando com o seu pé direito, transmitindo a ideia de uma criança inteiramente humana, ao mesmo tempo que com a mão esquerda segura um rolo de pergaminho. Ostenta ao nível da indumentária uma túnica igualmente bordeada a dourado na extremidade inferior, na qual se distingue uma decoração repetitiva, de cor vermelha de temática vegetalista estilizada, tal como na própria túnica; os mesmos bordados a ouro é ainda visível nas extremidades das mangas e, no colarinho aberto, deixando transparecer uma outra peça de roupa de cor branca aberta em V ao nível do peito. Na cintura uma faixa igualmente dourada ajuda a compor a indumentária do Menino (ver FOTOGRAFIAS N.º 36 e 39).

- Uma outra imagem de Nossa Senhora dos Mártires (ver FOTOGRAFIAS N.º 40 a 43) datada da segunda metade do século XVI, a qual integrava o espólio da igreja de S. Domingos de Elvas, evidencia características distintas da mencionada anteriormente. Trata-se de uma escultura de vulto pleno, trabalho em mármore policrome e maciço.²⁸²

A imagem de Maria apresenta um rosto bastante simétrico quanto à sua composição, ostentando uns cabelos ondulados presos por detrás das orelhas, para caírem novamente sobre as costas. Com olhos de configuração amendoada, o que em nossa opinião confere um sentimento de serenidade, estes sobressaem ainda pela sua cor azul. Nossa Senhora olha fixamente em frente (ver FOTOGRAFIA N.º 43). Ao nível da indumentária, apresenta-se envergando um vestido encarnado escuro, decorado por motivos florais estilizados de dois tamanhos, caindo o mesmo em pregas

²⁸² O cónego Aires Varela, decreve-a como sendo uma «*Imagem da Virgem Sm.ª N.ª Sr.ª, lavrada em pedra, com tanta perfeição, que admira*». Para qualquer outro esclarecimento referente a esta temática consultar Aires VARELA, *Theatro das Antiguidades d'Elvas*, Cap. XV, Elvas, António José Torres de Carvalho, 1915, p. 8.

horizontais paralelas de alguma rigidez, cobrindo os pés de Maria, roçando mesmo a base que a sustenta (ver FOTOGRAFIA N.º 40).

Por cima do vestido um manto azul contornado por uma faixa dourada e decorado por estrelas e pequenos quadrados que em conjuntos de cinco formam pequenas cruces, embora esse mesmo elemento geométrico possa surgir isoladamente (ver FOTOGRAFIA N.º 40). Outro elemento a referenciar é o véu que cobre a cabeça, ligeiramente mais repuxado na parte da testa, de modo a deixar ver lateralmente os cabelos. O mesmo véu que cobre a cabeça de Nossa Senhora, parece ser o mesmo que lhe envolve a parte do peito, permitindo ainda assim, ver o vestido junto ao pescoço (ver FOTOGRAFIA N.º 41).

Ambas as mãos, notoriamente grandes e desproporcionadas face à restante composição, seguram o Menino que apresenta a mão esquerda mutilada, enquanto a direita se apoia sobre a barriga (ver FOTOGRAFIA N.º 41). À semelhança da Virgem apresenta um rosto simétrico, com os lábios e as maçãs do rosto num tom mais rosado (ver FOTOGRAFIA N.º 43).

Relativamente ao seu percurso, parece ter saído do templo dominicano para preencher o nicho da antiga Porta dos Mártires integrada na muralha fernandina e, destruída a quando da construção da cerca amuralhada seiscentista, retornando a imagem de Nossa Senhora dos Mártires à igreja de S. Domingos, onde se mantém até ao ano de 1949.²⁸³ O seu percurso alargava-se ao antigo Museu Municipal de Elvas e, posteriormente à Biblioteca Municipal da mesma cidade, onde se encontra presentemente em depósito.

Todos estes percursos foram dando à imagem de Nossa Senhora dos Mártires novos ciclos existenciais, inicialmente como intermediária entre o Homem e Deus, enquanto a sua presença se verificou na igreja de S. Domingos. A quando da sua passagem à Porta dos Mártires, a sua função passa a ser de guardiã quer da cidade, pelo seu acesso pela Porta de que é padroeira, quer daquele que entra e espera um bom acolhimento por parte dos habitantes. Por fim passa a integrar o Museu Municipal, e deixa de ter “vida própria”, para passar a ser apenas mais uma peça catalogada entre as restantes, perdendo o seu sentido catequético e de intermediária. A alteração institucional com a passagem de museu a biblioteca, torna a imagem da Virgem ainda mais descontextualizada, tanto

²⁸³ Cf. Eurico GAMA, *Duas Imagens de Nossa Senhora dos Mártires*, (...), p. 20. A imagem de Nossa Senhora dos Mártires mede aproximadamente 1,30 cm.

quanto isolada numa ínfima dependência da biblioteca, retirando qualquer função à imagem de Nossa Senhora dos Mártires.

- O culto a Nossa Senhora do Rosário tem início com a Ordem dos Pregadores, quando a Virgem entrega o rosário (cada série associada a um dos mistérios da redenção), sendo a fundação da primeira Confraria atribuída ao fundador da Ordem dos Pregadores, a qual deteria o maior sucesso junto das populações, evoluindo cronologicamente no sentido crescente. Contudo a devoção a Nossa Senhora do Rosário encontra na peste que assola a Europa no decorrer do século XIV um obstáculo ao seu culto, ultrapassado no século seguinte pelo frade dominicano bretão Alain de la Roche, que funda uma confraria em Colónia, bem como, por outras iniciativas, nomeadamente, no decorrer do século XVI e, em particular no pontificado de Gregório XIII, que institui a festa do Rosário no primeiro domingo de Outubro, em comemoração da Vitória da Europa contra os Turcos na Batalha de Lepanto (1571) na Grécia, ocorrida durante o pontificado de Pio V, da Ordem dos Pregadores.²⁸⁴

Relativamente à realidade portuguesa, sabemos ter sido instituída a primeira confraria do Rosário em 1479, no convento de S. Domingos de Lisboa, constituindo esta a primeira fundação da referida confraria em território Nacional. O seu carácter de particular devoção junto das comunidades dominicanas, dada a relação directa do culto com S. Domingos de Gusmão, levaria o papado a proibir desde a fundação da ordem a edificação de capelas ou altares com o título de Nossa Senhora do Rosário que não fosse nas igrejas dominicanas. Mais tarde já no século XVI, São Pio V, reconhece ao Mestre Geral da Ordem dos Pregadores, o privilégio de erigir as confrarias do Rosário fora dos conventos, direito privativo este, confirmado por Leão III em 1889.²⁸⁵

A sua instituição no convento dominicano elvense decorre, tanto quanto nos é dado a conhecer pela documentação arquivística, em finais da primeira metade do século XVI, início da segunda, já que sabemos ter sido efectuada escritura para a capela da Confraria de Nossa Senhora do Rosário²⁸⁶ no ano de 1563 (provavelmente correspondente à actual capela da mesma denominação) e, extinta já

²⁸⁴ Cf. Henri Dominique LACORDAIRE, O. P., (...), pp. 92-93.

²⁸⁵ Cf. AAVV, *Confraria de Nossa Senhora do Rosário. Memória do Tricentenário (1686-1986)*, Pova do Varzim, Igreja Matriz de Pova do Varzim, 1987, pp. 16-18; Frei Luís de SOUSA, *op. cit.*, fl. 177 e, Henri Dominique LACORDAIRE, *op. cit.*, pp. 91-93 e W. A. HINNEBUSCH, O. P., *op. cit.*, pp 123 e seguintes.

²⁸⁶ Viria a existir mais tarde outras confrarias e associações laicas, de entre as quais gostaríamos de salientar a Ordem Terceira de S. Domingos, «*chamada de penitencia, ou milícia de Cristo, erecta no convento de S. Domingos de Elvas em 19 de Março de 1723, sendo provincial o Mestre Doutor, Prior, Frei Antonio do Sacramento, consultor do Santo Ofício e director, o Padre Frei Álvaro da Silva*». Para confirmação: BIBLIOTECA DE S. DOMINGOS, Livro dos Termos de eleição do prior, superior e mais oficiais da Ordem. Arq. 48.

no século XX, sendo o documento mais recente datado de 1980. A mesma documentação referente à dita confraria, que vai do século XVII ao XX, permite-nos perceber a acumulação de bens que a mesma foi fazendo ao longo dos séculos, já não referenciando o empréstimo de dinheiro a juros, tornando-a muito possivelmente uma das confrarias mais ricas da cidade, o que lhe permitia a encomenda de obras de arte, quer pela própria instituição do Rosário, quer a título particular, nas ofertas feitas pelos irmãos que a constituem.

O período de implementação das confrarias do Rosário em Portugal, situa-se no século XVI, porém, é no século XVIII que verificamos nas confrarias nacionais e, na confraria de Nossa Senhora do Rosário elvense em particular, um maior gasto por parte da mesma e, de que é exemplo o retábulo setecentista, obra do entalhador lisboeta Manuel Nunes da Silva, tendo ficado a encomenda orçada no total de um conto cento e cinquenta mil reis, valor só ultrapassado, na opinião de Miguel Vallecillo-Teodoro pelo retábulo de mármore da antiga Sé de Elvas.²⁸⁷

A imagem de Nossa Senhora do Rosário (ver FOTOGRAFIAS N.º 44 a 47), trabalho em prata policromada, datada de finais do século XVII (ver DOCUMENTO N.º 29), traduz-se em nossa opinião em outro dos exemplos que no século XVIII exemplificam o poder económico dos Irmãos da confraria, que lhes permite realizar algum gasto com encomendas, como a anteriormente citada. Trata-se da imagem de Nossa Senhora do Rosário em pé, segurando no braço esquerdo o Menino, encontrando-se ambos coroados com coroas de prata, enquanto que na mão direita segura o Rosário. Traja com vestido, manto e véu gravados com motivos vegetalistas e florais, panejamentos angulosos estes, que já revelam alguma dinâmica, expresso no atravessar do manto na sua frente, assim como na perna direita reflectida (ver FOTOGRAFIA N.º 44). A serenidade e a firmeza transparecem no rosto da Virgem (ver FOTOGRAFIA N.º 47).

O Menino desnudo, de olhar fixo, apresenta toda a iconografia do Menino Salvador do Mundo - imagem devocional proveniente de modelos importados do Norte da Europa a partir do século XVI -²⁸⁸ segurando na mão esquerda a orbe - representação do mundo – enquanto o braço direito se ergue com os dedos colocados para concessão da bênção. De referir ainda o cabelo ondulante que o Menino ostenta, terminando em caracóis salientes (ver FOTOGRAFIAS N.º 47).

²⁸⁷ Miguel Ángel VALLECILLO-TEODORO, *Retablística Alto Alentejana en los siglos XVII-XVIII*, (...), p. 203.

²⁸⁸ Artur Goulart de Melo BORGES, *Arte Sacra em Viana do Alentejo*, (catálogo do inventário artístico da Arquidiocese de Évora), Évora, Fundação Eugénio de Almeida, 2008, p. 16.

Sendo-nos desconhecido o encomendador desta imagem, sabemos, contudo, por via documental, que o seu autor foi Domingos Queiroz, tendo realizado a mesma a 9 de Outubro de 1693, com atesta uma declaração e recibo passado pelo próprio, tendo sido o seu valor de 135.560 (ver DOCUMENTO N.º 29).

O fim da confraria de Nossa Senhora do Rosário implica novas dinâmicas junto da instituição dominicana, mas sobretudo, dos fiéis, com a limpeza estilística já referida anteriormente, mas também com a alteração das imagens colocadas para a adoração dos fieis, nomeadamente, a imagem de prata aqui em análise, em posse da Fraternidade Leiga de S. Domingos e guardada na secretaria da referida instituição, onde se encontra actualmente. A imagem deixou assim de cumprir o seu papel de intermediária entre os fiéis e Deus.

- S. Domingos (1170-1221) e S. Francisco (1181/2-1297/9) sendo ambos fundadores da Ordem dos Pregadores e dos Frades Menores, respectivamente, erigidas no século XIII e, de extrema importância no decorrer de toda a Idade Média Europeia. Sendo as duas principais Ordens Mendicantes a que nos referimos, é frequente encontrarmos em ambos os conventos as imagens de ambos os fundadores das Ordens Mendicantes, tanto mais que a pregação e a pobreza foram princípios assumidos por ambos, embora detivessem vivências desses mesmos princípios distintos.

Dos dois conjuntos escultóricos existentes na igreja de S. Domingos, optamos pelo que se encontra exposto no altar-mor do referido templo, datadas ambas do século XVII e, sendo ambas feitas pelo mesmo artista por encomenda do convento, como deixam transparecer (ver FOTOGRAFIAS N.º 48 e 49). A imagem representando S. Domingos (ver FOTOGRAFIA N.º 48) em pé, de acentuada policromia dourada e preto (esta última ao nível da capa), que dão um grande contributo apelativo, assim como, os apontamentos decorativos de temática vegetalista, em enrolamentos estilizados na faixa central, a mesma temática no hábito e, na capa onde o dourado sobressai em mistura com o fundo negro e, o efeito atractivo torna-se mais evidente.

De salientar ainda a faixa que toda a capa apresenta ao longo de toda a extremidade, ajudando a quebrar a repetição decorativa, conferindo, por outro lado, um toque mais pormenorizado à própria peça de indumentaria que o fundador da Ordem dos Pregadores e, deste convento em particular, traz vestido. Relativamente aos sapatos, estes embora sejam pretos, apresentam-se ponteados a dourado (assim como verificamos para o caso de Nossa Senhora do Carmo), assentando a imagem sobre uma peanha de cor azul. Ainda sobra a roupagem, esta apresenta algum movimento, não tanto

no hábito ou na faixa central que cai em linhas em V, numa primeira fase, para caírem desordenadamente, mas sobretudo, na capa que no lado esquerdo se mostra esvoaçante praticamente até a baixo (ver FOTOGRAFIAS N.º 48).

Iconograficamente a imagem de S. Domingos de Gusmão, apresenta alguns dos seus elementos identificadores, nomeadamente, a cruz da Ordem de que foi fundador, a qual segura na mão direita, enquanto na mão esquerda segura o livro, outros dos seus elementos identificadores. A imagem traz ainda na cabeça um resplendor. O facto de apenas acompanharem a imagem estes dois elementos, prende-se com o facto desta imagem, ser uma das três esculturas que compunham o retábulo-mor da igreja de S. Domingos de Elvas, neste caso a fileira inferior.

Apresenta-se de barba e resplendor e um rosto de vincado misticismo (comprido e magro), o que caracteriza em parte alguma obra escultórica alentejana, sinónimo de religiosidade.²⁸⁹

•A segunda Imagem, do Patriarca S. Francisco Xavier (ver FOTOGRAFIAS N.º 49), tal como a do Patriarca S. Domingos é uma imagem em pé, sobre uma peanha azul (idêntica à de S. Domingos), policroma e datada do século XVII. Apresenta no sua mão direita um crânio, símbolo de conhecimento e, na mão esquerda uma cruz, sendo ambos elementos pertencente à sua iconografia, trazendo ainda sinalizadas as marcas dos estigmas (mãos e pés) e, ostentando um resplendor.

Relativamente à indumentária que traja, o hábito, este apresenta uma policromia dourada sobre um fundo preto, sendo totalmente preenchido por uma decoração repetitiva de temática vegetalista estilizada, tornando-o como no caso anterior, bastante mais atractivo aos fiéis. À cintura um cordão que cai sobre o seu lado direito tocando a base, cordão no qual estão os três nós representativos das três virtudes franciscanas (pobreza, castidade e obediência). O hábito ainda que baixando até à base, em linhas paralelas ainda pouco movimentadas, deixa a descoberto os pés com o intuito de deixar ver os estigmas, assim como a ausência de sapatos, no cumprimento do voto de pobreza.

De salientar, por outro lado, a perna direita flectida, provavelmente o único elemento que expressa algum movimento em toda a imagem. Ao nível do rosto, apresenta um rosto demasiadamente marcante, pelas mesmas razões que apontamos para o patriarca da Ordem dos Pregadores, conferindo-lhe um misticismo e, conseqüentemente, uma religiosidade bastante grande. Apresenta

²⁸⁹ Informação transmitida oralmente pelo Dr. José António Falcão.

um olhar direccionado ligeiramente para a esquerda e, faz-se representar de barba, exactamente a mesma, que encontramos em S. Domingos, razão que nos fortalece a hipótese de se tratar de um mesmo escultor, muito provavelmente da região, pelas características alentejanas inerentes a ambos os patriarcas. Tal como havíamos dito para o caso de S. Domingos, também S. Francisco fazia parte da escultura, que muito provavelmente preenchia o restante nicho da fileira inferior do retábulo-mor da igreja de S. Domingos de Elvas.

- Embora a cabeça do Homem tenha vindo a ser utilizada decorativamente na arquitectura e, a sua utilização remonte a tempos bastante mais longínquos, chegando os autores a remeter a sua utilização para as antigas religiões animistas.²⁹⁰ Interessa-nos particularmente o recorrente uso que se fez dos mascarões durante o Renascimento, como elemento decorativo na arquitectura, como fora referido, quer como elemento de fontes, embora os estudiosos remetam o mascarão associado a fonte para o período barroco, o que vem nobilitar mais ainda a existencia de três mascarões (ver FOTOGRAFIAS N.º 50 a 53) colocados num vão, nas escadas de acesso aos dormitórios do convento de S. Domingos de Elvas, os quais nos poderia passar despercebidos, dado estarem os mesmos sujeitos à brancura da cal, a quando do procedimento da caição das parede onde se encontra, o que uma vez mais vem comprovar a total ausência de qualquer sensibilidade artística, quer pelos factos atrás relatados, quer, uma vez mais, pela insensibilidade de quem ali as colocou, já durante o ciclo militar.

As características dos três mascarões levou-nos desde logo a sustentar a hipótese dos mesmos terem integrado uma fonte, desempenhando a dupla função, decorativa e prática, ainda que nunca tenhamos encontrado qualquer referência documental sobre a mesma, porém, conhecemos algumas referências de pontos de água existentes no convento elvense, os quais nos permitem uma hipotética localização dos mascarões.

A única documentação encontrada foi o auto de posse do extinto convento realizado a 12 de Julho de 1834 que refere as citações que se seguem: «*segue a grande Caza/ denominada de Portaria, pela qual se vai aos Dormitórios que sendo quatro; em quadrado tem todos janellas com vidraças, para/, para um Serviço Jericó (?) com Fonte de Repucho, que fica no centro.*»²⁹¹ e segue a descrição «*Tem igualmente o extincto uma Botica collocada em uma magestoza Caza, que tem*

²⁹⁰ Jorge Henrique Pais da SILVA, Margarida CALADO, *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*, Lisboa, Presença, 2005, p. 232.

²⁹¹ A. N. T. T., *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças*, V/ D/ 45 (3), fl. 2 v – 3.

*comunicação pela Portaria, cuja/ Caza adornada com ricas estantes e balcão próprios daquelle ministério, tem muito valor alli collocadas, mas não se e tirarem do laboratório com esbandalharem e tirarem dos deus lugares: tem a Botica Sinco cazas, e duas varandas para assistência do Boticário: Duas Cazas do laboratório com Água para todo o gasto, e destilações: mais duas Cazas para despejos e uma para o pizo dos remédios, hum pequeno quintal com agua, e hum alpendre para deposito de lenha».*²⁹²

Ficam deste modo contabilizadas três pontos de água, um no claustro, ao centro e de repuxo, e duas outras pertencentes à antiga Botica do convento de S. Domingos de Elvas, encontrando-se uma no seu interior «para todo o gasto»²⁹³ e outra exterior no que então era designado por quintal. Tendo em conta a tipologia de mascarões, tratava-se de uma fonte de algum cuidado estético-artístico, contudo a fonte claustral por ser de repuxo, não coincidia por certo com os três mascarões, o que nos restringe desde logo à Botica Conventual.

Se a documentação não nos permite avançar mais, contudo, a hipotética hipótese de se tratar de três mascarões pertencentes à Botica são em nossa opinião a possibilidade mais coerente, tendo em conta o único documento que conhecemos referente a pontos de água existentes no extinto convento. Por outro lado, parece-nos notória uma cuidada descrição da Botica a quando da realização do Auto de posse do extinto convento, deixando transparecer a mesma descrição pelas suas próprias palavras tratar-se de uma «magestoza Caza» (com as armas reais a sobrepor a porta, ainda que do século XVIII), pelo que se tratava de uma dependência de grande importância para o próprio convento.

Salientando o facto dos três mascarões terem outrora desempenhado a função de carrancas numa fonte de serventia à botica, estes encontram-se actualmente nas escadas de acesso aos dormitórios do extinto convento, completamente descontextualizados da sua função.

- A Sagrada Família – Nossa Senhora, José e o Menino – tem Três momentos importantes na sua representação artística: *O Presépio*, *A Fuga para o Egipto* e *Jesus entre os Doutores*. Estas constituem uma das temáticas mais recorrentes, artisticamente falando, pelos diversos artistas ao longo dos tempos, devendo-se naturalmente à estrutura familiar – Mãe, Pai e o Menino – mas

²⁹² *Idem.*

²⁹³ *Ibidem.*

também aos sentimentos e valores nela implícita, fruto de catequização para os fieis que deveram ver nestas imagens o ideal de família e, nesse sentido, um exemplo a seguir.

Salientamos, contudo, uma pequena nota relativa às representações da Sagrada Família, já que a mesma nos parece importante no contexto, para uma melhor compreensão das mesmas. No caso da Fuga para o Egipto, a mesma ocorre por Herodes, rei da Judeia, querer matar Jesus, segundo Mateus um anjo apareceu em sonho a José e comunicou-lhe «Levanta-te, toma o menino e sua mãe e foge para o Egipto! Fica lá até que eu te avise, porque Herodes vai procurar o menino para o matar José levantou-se, de noite, com o menino e a mãe, e retirou-se para o Egipto; e lá ficou até à morte de Herodes. Assim se cumpriu o que o Senhor tinha dito pelo profeta: “do Egipto chamei o meu filho”». ²⁹⁴

A Fuga da Sagrada Família, ocorreu como tantas outras famílias que procuraram salvar os seus filhos do que viria a ser designada a Matança dos Inocentes.

A Sagrada Família que se encontra na Igreja de S. Domingos de Elvas é uma representação de *Presépio*, onde Maria (ver FOTOGRAFIAS 54 e 55) e José (ver FOTOGRAFIAS 56 e 57) surgem ajoelhados perante o Menino (ver FOTOGRAFIAS 58 e 59) que acabara de nascer. Datado de finais do século XVII, início do século XVIII, a imagem da Virgem caracteriza-se por se representar por um rico vestido decorado com motivos vegetalistas e florais, sendo o mesmo preso por um firmal. O vestido cai na parte da cintura em linhas horizontais, pela pressão causada pelo firmal, sendo que da cintura para baixo cai em canudos até aos pés, verticais e paralelos na generalidade. Apresenta esta peça vestígios de douramento (ver FOTOGRAFIA N.º 54).

O manto e o véu são duas peças distintas, constituindo o primeiro, o maior elemento de dinâmica em toda a representação, já que se abre esvoaçantemente. O manto apresenta vestígios de policromia vermelha na parte interior e verde no seu exterior, sendo de referir ainda, a decoração a dourado com motivos vegetalistas estilizados, conferindo ainda uma maior riqueza a toda a indumentaria. O véu em policromia dourada cai sobre os ombros e as costas da Virgem deixando visualizar duas madeixas encaracoladas que caem sobre ambos os ombros (ver FOTOGRAFIA N.º 54). Apresenta-se a virgem com as mãos colocadas em oração, detendo um olhar profundamente maternal (ver FOTOGRAFIA N.º 55) que o direcciona inteiramente para seu filho Jesus.

²⁹⁴ Mt. 2, 13-14.

O Menino, cronologicamente do mesmo período, não apresenta qualquer indumentária, assim foi representado deitado, apresentando a perna esquerda um pouco mais flectida. Os membros superiores estão repousados em diferentes partes, ou seja, a mão esquerda sobre a barriga e, a contrária sobre o peito (ver FOTOGRAFIA N.º 58). Ao nível do rosto, este apresenta-se bastante cheio e rosado, à semelhança de sua mãe, tal como os lábios, de um vermelho bastante vivo (ver FOTOGRAFIA N.º 59). O cabelo é em tonalidades de castanho claro.

A imagem paternal, de José (ver FOTOGRAFIA N.º 56), encontra-se, tal como a Virgem, envergando uma indumentária bastante rica, com policromia vermelha e dourada, decorada por elementos vegetalistas estilizados. O vestido cai em pregas pouco profundas, paralelas e que o cobrindo a imagem até aos pés. Por cima um manto, elemento de maior dinâmica pelo movimento que sugere, este, apresenta ainda alguns vestígios de policromia verde e vermelho em lados distintos do manto. A sua decoração é igualmente distinta, sendo de motivos vegetalistas no lado vermelho e, geometrizada no lado verde.

A mesma imagem paternal, tal como a da Virgem, apresenta-se de joelhos, as mãos sobrepostas sobre o peito (ver FOTOGRAFIA N.º 57) e, um olhar direccionado para Jesus, seu filho. O seu rosto, com barba, na mesma tonalidade que a do cabelo, castanha, é bastante menos cheio que o da Virgem, para além, de ser um rosto sobre comprido, factores que no seu conjunto contribuem para um semblante bastante mais místico do que qualquer uma das outras duas imagens deste conjunto escultórico.

Já no tocante ao seu percurso, este não era um conjunto inicialmente pertencente à igreja de S. Domingos de Elvas, mas antes um conjunto dado à mesma, já em finais da década de oitenta do século XIX. Pertencente à igreja do Convento de Nossa Senhora dos Remédios, da Ordem de S. Paulo, a quando da sua posse pelo Ministério da Guerra com o seu auto de entrega firmado a 31 de Agosto desse mesmo ano²⁹⁵, todo o seu recheio foi distribuído pelas igrejas da cidade de Elvas, o que justifica a sua presença no dito templo dominicano.

- A data mais recuada na história do culto da imaculada Conceição remonta ao século XIV e é a Constituição do bispo de Coimbra, então D. Raimundo Evrard, permitindo que fosse realizada anualmente a festa a oito de Dezembro. Seguiram-se outros prelados, nomeadamente o de Lamego

²⁹⁵ Nuno GRANCHO, “O Convento de Nossa Senhora dos Remédios, da Ordem de S. Paulo, em Elvas: diálogos fragueamentados”, in *Elvas-Caia*, Revista Internacional de Cultura e Ciência, n.º 7, 2009, p. 66.

ainda no século XIV, ou em Braga com a instituição do ofício da Conceição da Virgem Santíssima, já no século XV.²⁹⁶

Dois séculos passados e o culto da Imaculada Conceição já se havia alargado ao restante território nacional. No Concílio Diocesano da Braga (1634), o clero promete defender a Imaculada Conceição e, logo no ano de 1637 no Sínodo bracarense, conforme se vinha a manifestar franciscanos e pessoas singulares, a prestação pública de juramento em defender a Conceição imaculada de Nossa Senhora. Seguiu-se o Concílio Diocesano de Coimbra no ano de 1639, sendo bispo D. João Mendes de Távora.²⁹⁷

Com a aclamação de D. João IV é celebrada na capela real, a 8 de Dezembro de 1640 missa em honra de Nossa Senhora da Conceição, proclamando em 1646 o dito monarca, a Virgem como padroeira do reino e defendê-la até à morte. Nenhum monarca voltou a usar coroa, sendo a mesma pertença de Nossa Senhora da Conceição.²⁹⁸ Foram emitidos cartas aos Juízes e Vereadores, Procuradores das Câmaras para que fosse eleita padroeira do reino Nossa Senhora da Conceição.

A eleição estava efectivada, contudo, faltava a confirmação papal, a qual chegou já no decorrer do rei D. Pedro II. Era papa Clemente X, responsável pelo breve – *Eximia dilectissimi* - expedido a 8 de Maio de 1671, dando a confirmação de Nossa Senhora da Conceição como padroeira de Portugal.²⁹⁹

A imagem existente na igreja de S. Domingos dedicada a Nossa Senhora da Conceição (ver FOTOGRAFIA N.º 60), detém altar próprio no lado da epístola. A imagem bastante alterada devido aos restauros realizados, leva-nos quase a data-la como sendo do século XIX ou XX, sobretudo pela policromia utilizada, quando na verdade se trata de uma imagem do século XVIII.

A Virgem da Conceição surge-nos envergando um vestido branco e rosa vivo ao nível dos ombros, decorado por motivos vegetalistas e florais, caindo em canudos paralelos não tendo os mesmos grande profundidade. Por cima dos ombros observa-se um manto azul, decorado por motivos vegetalistas e florais e, uma linha fina de cor dourada contorna todo o comprimento do manto. É

²⁹⁶ Cf. Padre Miguel de OLIVEIRA, Padre Moreira das NEVES, *A Padroeira de Portugal: notas e documentos*, Lisboa, Edições Letras e Artes, 1940, pp. 15-18.

²⁹⁷ *Idem*, pp. 19-20.

²⁹⁸ *Ibidem*, pp. 20-23.

²⁹⁹ *Ibidem*, p. 27.

presa esta peça no sítio da cintura por uma espécie de cordão, para além de ser visível alguma pedraria falsa, na decoração de pequenas flores existentes no manto (ver FOTOGRAFIA N.º 60).

De mãos colocadas em oração, a imagem surge-nos coroada e com a cabeça ligeiramente direccionada para o lado direito, olhando determinada nessa direcção. Aos seus pés a meia-lua e sete querubins envolvidos por uma nuvem, alguns dos quais direccionando o olhar para Nossa Senhora da Conceição (ver FOTOGRAFIA N.º 60).

As situações aqui apontadas no âmbito dos circuitos empreendidos pelos exemplos arquitectónicos, pictóricos e escultóricos referentes ao convento de Nossa Senhora dos Mártires, da Ordem dos Pregadores, na cidade de Elvas, revelam realidades distintas relativamente às causas que levaram a determinados percursos realizados no âmbito das três artes abordadas no estudo aqui apresentado. Tais dinâmicas, geradoras desses mesmos percursos, devem-se no caso de S. Domingos, a factores de ordem institucional e política, podendo coincidir ambos os factores, como no caso da extinção das Ordens Religiosas, enquanto resultado das questões políticas ocorridas em Portugal.

Dentro do que entendemos serem questões de ordem política, parece-nos que a campanha de obras efectuada entre os anos de 1936 a 1943 é disso um bom exemplo. Efectuada pela Ex- Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais³⁰⁰, instituição emblemática do Estado Novo, que valorizava acima de tudo a identidade com o passado esplêndido português, ou seja, o período da fundação da Nacionalidade e os Descobrimentos portugueses³⁰¹. É nessa perspectiva que temos que olhar para a referida campanha de obras empreendida na igreja de S. Domingos, como propaganda política por parte do Estado Novo, ao retirar o “supérfluo” para evidenciar o estilo Gótico, dos alvares da nacionalidade.

No tocante à dinâmica criada pelas questões institucionais, de que é exemplo o fim da confraria de Nossa Senhora do Rosário existente na igreja dominicana elvense, responsável pelo percurso, ainda que interno, de algumas obras de arte, alterando simultaneamente os ritmos religiosos que a existência da dita confraria imprimia nos fieis para com o culto do Rosário.

³⁰⁰ Cf. Criada pela lei n.º 1700 de 8 de Julho de 1924, no governo de Álvaro Castro, contava com delegações sedeadas em Lisboa, Porto, Coimbra e Évora.

³⁰¹ Cf. Yann ARAÚJO, (...), p. 319

Considerações finais

Numa primeira parte da nossa tese que tinha por finalidade desenvolver uma aproximação ao tema central da nossa dissertação, delineámos três conjuntos de questões a ter em conta no decurso do estudo que agora se conclui, às quais julgamos ter dado resposta com a investigação desenvolvida. Eram essas questões: as Ordens Religiosas implantadas no extinto território diocesano, a importância dos grandes centros urbanos nessa mesma implantação e o número de fundações que antecederam e procederam à criação do Bispado, constituem, neste contexto, um dos grupos anteriormente referidos.

O segundo grupo de questões que ambicionávamos ver respondido no decurso da investigação realizada, numa aproximação ao núcleo que consideramos ser o principal no âmbito deste estudo, prendia-se com a Arquitectura, do extinto convento S. Domingos de Elvas, nomeadamente, na evolução que o complexo arquitectónico foi apresentando até à sua extinção, o que cremos ter feito de forma eficaz, tendo em conta as vicissitudes históricas que determinaram o estado actual do antigo complexo arquitectónico conventual.

O interesse primordial em que reside esta investigação, suscitou, naturalmente, um conjunto de temas que gostaríamos de ver desenvolvidos, segundo havíamos referenciado nos objectivos principais, inclusos na Nota Introdutória. Para o caso da Arquitectura apenas falta completar o período entre o século XIX e XX, visto que o mesmo corresponde já a uma ocupação militar e não religiosa do imóvel. No que à Pintura e Escultura diz respeito, impunha-se-nos, para além, de um levantamento dos objectos existentes no espaço conventual, a escolha de alguns desses mesmos objectos artísticos, para uma devida contextualização e caracterização das mesmas. O circuito empreendido por alguns desses objectos, em 1834 e, posteriormente já no século XX com a intervenção da Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, viria a determinar fins tão distintos como os que pudemos verificar e apresentar.

Em resultado da investigação empreendida no contexto deste estudo, verificámos um mesmo número de fundações religiosas quer no período que antecede a criação da antiga Diocese de Elvas quer no período que se segue à fundação da mesma, denotando-se simultaneamente um maior número de fundações nos centros urbanos mais relevantes, destacando-se Elvas, Olivença e Campo Maior, em número proporcional à ordem anteriormente referida, tal como

referimos no Cap. I deste estudo, intitulado *A Importância da Diocese Elvense como Pólo Aglutinador de Casas Religiosas*.

Após uma análise das Ordens Religiosas implantadas em território diocesano, averiguamos a prevalência das instituições mendicantes (dominicanos e franciscanos), com um total de dez fundações no período estabelecido entre o século XIII e o século e o XVII e, entre estas, o número de dez anterior da constituição do bispado elvense, no decorrer da segunda metade do século XVI. Nesse sentido, tornou-se por demais evidente que as comunidades religiosas mendicantes detiveram um importante papel na evangelização durante todo o período medieval, na geografia abrangida no estudo que aqui apresentamos.

A investigação permitiu-nos ainda no decorrer do Capítulo I e sob o mesmo título anteriormente referido, assegurar a primazia do Convento de Nossa Senhora dos Mártires, da Ordem dos Pregadores, que subsistiu durante aproximadamente um século e meio como o único existente nos territórios que viriam a constituir o bispado elvense, sendo igualmente o primeiro convento dominicano, existente abaixo da linha do Tejo. Por outro lado, o complexo arquitectónico de S. Domingos de Elvas, e em particular a sua igreja, constitui a maior edificação gótica na cidade de Elvas, permanecendo como a construção conventual mais relevante até à data da sua extinção.

Outro aspecto que o nosso estudo permitiu aferir foram as diferentes realidades encontradas para a extinção das Ordens Religiosas, a qual, não deixa de ir ao encontro de idênticas ocorrências verificadas em território nacional. As diversas fases históricas que acompanham todo este processo constituem importantes meios contextualizadores, numa primeira fase com a extinção da Companhia de Jesus, no decorrer da segunda metade do século XVIII e, posteriormente com a Lei de 30 de Maio de 1834, onde se extinguem os conventos de S. Domingos, S. Francisco S. João de Deus e S. Paulo, permanecendo abertos até à morte da última freira os Conventos de Santa Clara e das Dominicanas, como aludimos no Cap. III: *A Realidade das Ordens Religiosas na Cidade de Elvas*.

A Arquitectura volta a assumir-se como um campo independente, no capítulo III, numa continuidade do tratamento que lhe havia sido dado no capítulo anterior, demarcando a própria cronologia (século XIX e XX), uma profunda alteração de todo o espaço conventual, que passa a desempenhar novas funções. Foi através da investigação documental efectuada,

tivemos oportunidade de constatar a campanha de obras realizada, de adaptação às novas funções militares, que passa a desempenhar, com excepção da Igreja, desde 1838, data em que se procede à sua entrega ao Ministério da Guerra.

Como consta do Capítulo III: *Pintura*, do levantamento dos exemplares pictóricos por nós realizado, é possível reconhecerem-se obras pertencentes a duas distintas fases estilísticas. Uma primeira fase que situamos entre finais do século XVI e meados da primeira metade do século XVII, na qual se incluem os dois retábulos atribuídos à dupla Simão Rodrigues e Domingos Vieira, reconhecidas como as principais obras pictóricas pertencentes ao extinto convento de S. Domingos de Elvas. Por outro lado, vamos encontrar uma segunda fase estilística, na qual nos deparamos, na sua maioria, com obras de artistas locais, assim como, uma maior diversidade de temáticas. Desenvolve-se esta segunda fase, entre meados da primeira metade do século XVII e o final do século XVIII.

Ainda no mesmo capítulo, embora já sob o título *Escultura*, a investigação viria a demonstrar ser esta a vertente artística com maior número de obras inventariadas, apresentando uma cronologia tão extensa quanto a do próprio convento de S. Domingos, ou seja, entre os séculos XIII e o século XIX, sobressaindo o século XVIII por apresentar o maior número de peças (quarenta e quatro na totalidade), não fosse esse o século de ouro para a arte sacra em Portugal. A qualidade técnica mediana caracteriza-se, no caso específico da escultura, por ser bastante transversal a toda a sua cronologia, sendo que encontramos três tipologias escultóricas: vulto pleno, relevo e figuras de roca.

Reunindo, os três campos artísticos por nós estipulados (Arquitectura, Pintura e Escultura) e, depois de uma análise realizada à documentação reunida para o estudo que aqui apresentamos, passamos a deter perspectivas interessantes no âmbito do circuito empreendido pelos elementos artísticos pertencentes a S. Domingos de Elvas. Neste sentido, denotam-se duas diferentes tipologias de circulação dos objectos artísticos, correspondentes a duas distintas cronologias, não obstante situações pontuais ocorridas fora das balizas cronológicas definidas.

Uma primeira forma de circulação que corresponde ao momento que tem início logo após o ano de 1834 e percorre todo o século XIX, marcado, sobretudo, pela passagem do complexo conventual a quartel militar. Uma segunda forma de circulação, já no século XX, onde os circuitos de objectos pictóricos e escultóricos, demonstrarem uma preferência local,

nomeadamente para instituições que vêem os seus fundos aumentados através de muitos objectos provenientes dos extintos conventos elvenses. Acresce, no decorrer do mesmo século, a circulação de objectos artísticos para um plano nacional, particularmente no caso da pintura, embora esta não tenha qualquer expressão significativa. Averiguamos, por outro lado, as motivações que potencializaram os diversos circuitos empreendidos pelos objectos artísticos, as quais ocorrem na sua quase totalidade na esfera do poder político e institucional.

